



Working Papers  
em Linguística

Análise(s) do(s)  
Discurso(s)

2016

v. 17

**N. 2**



## Working Papers em Linguística, v. 17, n. 2, 2016

Centro de Comunicação e Expressão - CCE  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC  
Florianópolis - SC - Brasil

Editora-chefe Izete Lehmkuhl Coelho  
Coeditor João Paulo Zarelli Rocha  
Comissão Editorial Atilio Butturi Júnior  
Pedro de Souza  
Sandro Braga  
Editoração Christiane Maria Nunes de Souza  
Clóvis Alencar Butzge  
Guilherme Ribeiro Colaço Mäder  
Raquel Chaves

### Conselho Editorial

Adair Bonini, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Adja Balbino de Amorim Barbieri Durão, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Adriana Fischer, Centro Universitário de Brusque, Brasil  
Aline Cacilda Koteski Emilio, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil  
Ana Cláudia Souza, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Ana Paula Oliveira Santana, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
André Berri, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Clarice Nadir von Borstel, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil  
Cláudia Regina Brescancini, Pontifícia Universidade Católica – RS, Brasil  
Cristiane Lazzarotto-Volcão, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Cristine Gorski Severo, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Edair Maria Gorski, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Edwiges Maria Morato, Universidade Estadual de Campinas, Brasil  
Fabio Luiz Lopes da Silva, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Felício Wessling Margotti, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Helena Guerra Vicente, Universidade de Brasília, Brasil  
Heronides Maurílio de Melo Moura, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Izabel Christine Seara, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Josias Ricardo Hack, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Leandra Cristina de Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Leonor Scliar Cabral, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Lucélio Dantas Aquino, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil  
Luizete Guimarães Barros, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Magdiel Medeiros Aragão Neto, Universidade Federal do Amazonas, Brasil  
Mailce Borges Mota, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Maria Inêz Probst Lucena, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Maria Izabel de Bortoli Hentz, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Maria Teresa Santos Cunha, Universidade do Estado de Santa Catarina  
Márluce Coan, Universidade Federal do Ceará, Brasil  
Mary Elizabeth Cerutti-Rizzatti, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Maurício Eugênio Maliska, Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil  
Monica Mano Trindade, Universidade Federal da Paraíba, Brasil  
Morgana Fabiola Cambrussi, Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil  
Nara Caetano Rodrigues, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Nelita Bortolotto, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Nívea Rohling, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil  
Otávio Goes de Andrade, Universidade Estadual de Londrina, Brasil  
Renato Basso, Universidade Federal de São Carlos, Brasil  
Roberta Pires de Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Rodrigo Acosta Pereira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Ronald Taveira da Cruz, Universidade Federal do Parnaíba Piauí, Brasil  
Rosângela Hammes Rodrigues, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Rosely Xavier, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Simone Bueno Borges da Silva, Universidade Federal da Bahia, Brasil  
Tarcísio de Arantes Leite, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Terezinha da Conceição Costa-Hübes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil  
Vidomar Silva Filho, Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil  
Werner Heidermann, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil



## Sumário

### NÚMERO TEMÁTICO ANÁLISE(S) DO(S) DISCURSO(S)

APRESENTAÇÃO .....	3
Atilio Butturi Junior, Sandro Braga, Pedro de Souza	
ARTIGOS	
<hr/>	
O CORPO COMO HETEROTOPIA DO SUJEITO .....	6
Cleudemar Alves Fernandes, Antônio Fernandes Júnior	
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS .....	19
Solange Gallo, Marcio José da Silva	
CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA E MATERIALIDADES VOCAIS: QUANDO AS PALAVRAS FALHAM .....	34
Liliane de Souza Castro, Luciana Iost Vinhas	
 <i>NEGRO É O INFERNO!</i>	
UM ENSAIO SOBRE AS CORES DOS HOMENS, DOS DEMÔNIOS E DOS DEUSES .....	46
Walker Douglas Pincerati	
ANÁLISE DISCURSIVA DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS DESTINADAS À PREVENÇÃO DO HIV/AIDS E A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE SOROPOSITIVA .....	72
Arthur Vinicius Nunes	
A NEGAÇÃO DA RAÇA E O DISCURSO LIBERAL-MERITOCRÁTICO .....	96
Maíra Sevegnani	
DISPUTAS DE SENTIDO DE JUVENTUDE: O QUE A MEDIDA PROVISÓRIA ENCERRA .....	120
Raquel A. L. S. Venera	



## APRESENTAÇÃO

A proliferação do campo de estudos do discurso e as transformações de seus conceitos e práticas exigem um esforço constante para repensar nos limites da linguagem e ultrapassar os binarismos do acontecimento da AD. É sob a égide de uma análise discursiva ampliada, de modo a ser compreendida como um campo complexo de saberes, pressupostos teóricos, pactos ontológicos e práticas de análise, que este número temático da *Working Papers – Análise(s) do(s) Discurso(s)* – foi organizado.

O esforço remete ao início das atividades de um Grupo de Pesquisa, o *Grupo de Estudos do Campo Discursivo*, no final de 2016, na Universidade Federal de Santa Catarina. O Grupo é marcado justamente pela heterogeneidade e por um esforço de adensar e complexificar as relações e os tensionamentos possíveis entre diferentes abordagens dos fenômenos discursivos, que ainda permanecem um lugar fundamental para a interpretação e para práticas teóricas politicamente marcadas, no interior dos dispositivos acadêmicos que têm como objeto a linguagem e as redes com as quais se relaciona, constitutivamente.

O presente número, que aqui vem a lume, distingue-se tanto pela qualidade de seus escritos quanto pelo imperativo de produção de diálogos neste vasto campo dos estudos do discurso. Os artigos reunidos partem de problematizações que, de maneira mais ou menos ortodoxa, se debruçam sobre temas caros às diversas possibilidades de Análises de Discursos: a produção dos sujeitos, as resistências, a ideologia, as políticas linguísticas, os dispositivos de saber-poder, os processos de racialização, a biopolítica e as práticas de liberdade.

O primeiro artigo da presente edição ancora-se na discussão sobre o corpo como heterotopia, seguindo uma perspectiva foucaultiana. Intitulado “O Corpo como heterotopias do sujeito” e escrito por Cleudemar Alves Fernandes (Universidade Federal de Uberlândia) e Antônio Fernandes Júnior (Universidade Federal de Goiás), o texto investiga as relações entre corporalidade e subjetividade, tomando por objeto de discussão um vídeo do programa *Se ela dança, eu danço*, exibido pelo Sistema Brasileiro de Televisão em 2011.

O segundo dos artigos é de autoria de Solange Gallo e Marcio José da Silva (pesquisadores da UNISUL). “Uma análise discursiva dos Repositórios Institucionais”



parte de pressupostos teóricos da AD Francesa (notadamente, de Michel Pêcheux) e da reflexão sobre os Repositórios à luz de conceitos como o de arquivo e formação discursiva. Para os autores, trata-se de pensar, ainda, na possibilidade de leitura dos repositórios segundo à ordem da *escritorialidade*.

“Constituição subjetiva e materialidades vocais: quando as palavras falham” é o terceiro artigo do presente número da Working Papers. No texto, Liliane de Souza Castro (Universidade Federal do Rio Grande) e Luciana Iost Vinhas (Universidade Federal de Pelotas) evocam os debates acerca da materialidade vocálica e, a partir da AD Francesa, traçam uma análise acerca da fala de uma mulher em privação de liberdade, descrevendo relações entre discurso, voz, subjetividade e ideologia.

Walker Douglas Pincerati (Universidade Federal do Pampa) é o autor do quarto artigo desta edição temática da Working Papers. Intitulado “*Negro é o Inferno! Um ensaio sobre as cores dos homens, dos demônios e dos deuses*”, o texto de Pincerati evoca discursos de racialização e sua relação com dispositivos nacionais e religiosos, analisando os enunciados sobre o negro como uma metáfora que remete ao infernal e que dicotomiza com os sentidos da branquitude.

O quinto artigo da edição de Análise(s) do(s) Discurso(s) da revista Working Papers em Linguística é de autoria de Arthur Vinicius Nunes (Universidade Federal de Santa Catarina). “Análise discursiva de campanhas publicitárias destinadas à prevenção do hiv/aids e a construção da subjetividade soropositiva” parte da discussão foucaultiana dos dispositivos, das disciplinas e da biopolítica para analisar, segundo a égide de um *dispositivocrônico da aids*, os discursos vinculados na contemporaneidade sobre a prevenção do hiv.

Maíra Sevegnani (Universidade Federal de Santa Catarina) é autora do sexto artigo deste número, intitulado “A negação da raça e o discurso liberal-meritocrático”. Sevegnani investiga, desde Foucault e Agamben, a permanência de um dispositivo racista que opera nos enunciados da *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186*, de autoria do partido Democratas, que aciona discursos biológicos e estatísticos a fim de defender uma ubuesca meritocracia, pautada na cisão estratégica entre *conceitos sociais* e *conceitos científicos*.

O último dos artigos, que fecha a presente edição temática, intitula-se “Disputas de sentido de juventude: o que a Medida Provisória encerra”. De autoria de Raquel A. L. S.



Venera (Universidade da Região de Joinville), o artigo parte da Análise do Discurso e das contribuições de Eni Orlandi, inquirindo sobre os sentidos construídos sobre a “juventude” que se materializam nos enunciados da Medida Provisória n.º 746, de 2016, que institui a *Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral*, mas que têm se inscrito, historicamente, no jogo discursivo de políticas precedentes para/sobre a juventude no Brasil.

Finalizada a apresentação deste número temático, gostaríamos de agradecer aos autores e aos colaboradores desta edição – editores, pareceristas, revisores – e convidar os pesquisadores e entusiastas das análises dos discursos para a leitura dos artigos que ora vem à tona.

Atilio Butturi Junior

Sandro Braga

Pedro de Souza

*Os Organizadores*



## O CORPO COMO HETEROTOPIA DO SUJEITO

THE BODY AS THE SUBJECT'S HETEROTOPIA

Cleudemar Alves Fernandes  
Docente da UFU  
[cleudemar@ufu.br](mailto:cleudemar@ufu.br)

Antônio Fernandes Júnior  
Docente da UFG  
[tonyfer@uol.com.br](mailto:tonyfer@uol.com.br)

**Resumo:** Este estudo toma o corpo como um espaço de enunciação, que reflete posicionamentos de sujeito por meio de discursos nele materializados. Logo, o corpo é considerado como suporte de um sujeito objetivado socio-historicamente. Para tal proposição, ancoramo-nos na obra de Michel Foucault, mais especificamente nas noções de espaço, heterotopia, utopia e subjetividade; e procedemos à análise de um vídeo apresentado no concurso do programa *Se ela dança, eu danço*, exibido pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), em janeiro de 2011. Nesse vídeo, a coreografia proposta pelo candidato John Lennon da Silva resulta de uma releitura da peça de balé clássico *A Morte do Cisne*. Nosso foco recai nas transformações dos posicionamentos dos sujeitos que compõem o júri e na objetivação do sujeito dançarino antes, durante e após a coreografia.

**Palavras-chave:** Corpo; Heterotopia; Sujeito; Subjetividade.

**Abstract:** This study is embodied as an enunciation space, which reflects the subject's position, through discourses materialized in it; thus, the body is considered as a support of a social-historical objectified subject. For this proposition, we are anchored in Michel Foucault's thought, specifically in the notions of space, heterotopias, utopia, subjectivity; and we analyze a video presented in the talent show contest *Se ela dança, eu danço*, from the Sistema Brasileiro de Televisão – SBT, in January, 2011. In this video, the choreography proposed by the contestant John Lennon da Silva results from a rereading of the classic ballet *The Dying Swan*. We focus on the transformation of the subjects' position

that composes the jury and on the objectification of the dancer subject before, during and after the choreography.

**Keywords:** Body; Heterotopia; Subject; Subjectivity.

Corpo incompreensível, corpo penetrável e opaco, corpo aberto e fechado: corpo utópico. Corpo absolutamente visível, em um sentido: sei muito bem o que é ser olhado por alguém da cabeça aos pés, sei o que é ser espiado por trás, vigiado por cima do ombro, surpreso quando percebo isto, sei o que é estar nu; no entanto, este mesmo corpo que é tão visível, é afastado, captado por uma espécie de invisibilidade da qual jamais posso desvencilhá-lo. (FOUCAULT, 2013, p. 10).

### **Considerações iniciais**

As pesquisas em Análise do Discurso, de uma maneira geral, abordam diferentes e variadas materialidades na medida em que refletem a inscrição social e histórica dos sujeitos em enunciação e produzem sentidos para (ou entre) os sujeitos. São materialidades linguísticas, imagéticas etc., que possibilitam o estudo da discursivização. No rol desses trabalhos, o corpo é considerado como um espaço de enunciação, pois reflete posicionamentos de sujeito, exprimindo discursos nele materializados. Logo, o corpo é suporte de um sujeito objetivado social e historicamente.

Diante desse campo de possibilidades, este estudo tece considerações sobre o corpo como heterotopia do sujeito, no sentido de que o corpo sofre transformações pelas vestimentas, maquiagem, fantasias, movimentos etc. Desloca-se por diferentes espaços físicos e sociais, e, ao se transformar e mover, revela transformações decorrentes dos posicionamentos do sujeito ligado, ou preso, a ele.

Em um primeiro momento, apresentaremos algumas reflexões teóricas, buscadas no pensamento de Michel Foucault, mais especificamente nas noções de heterotopia, utopia e subjetividade, visando mostrar o corpo como heterotopia do sujeito. Em seguida, procedemos à análise de um vídeo apresentado no concurso do programa *Se ela dança, eu danço*, exibido pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), em janeiro de 2011. Nesse vídeo, a coreografia proposta e exibida pelo candidato John Lennon da Silva, no programa *Se ela dança, eu danço*, resulta de uma releitura da peça de balé clássico *A morte*

*do Cisne*, peça escrita pelo compositor francês Camille Saint-Saëns em 1886 e coreografada pelo russo Mikhail Fokine no início do século XX, para ser interpretada pela lendária bailarina clássica Anna Pavlova. No programa, o dançarino propõe uma versão em *street dance*, que, antes de ser exibida, gerou estranhamentos e preconceitos por parte do júri (BARBOSA, 2011). Interessa, aos propósitos deste estudo, problematizar o corpo do bailarino como superfície de inscrição de discursos e analisar a objetivação do sujeito que, no vídeo em questão, se dá pelos lugares, socialmente marcados, dos sujeitos envolvidos: bailarino e jurados. Destacamos o olhar dos jurados que, ao recair sobre o corpo do sujeito que adentra o palco, pela sua aparência, à qual se inclui a vestimenta, objetivam-no como incapaz e inadequado, ou melhor, marginalizam-no. Essa objetivação do sujeito é modificada a partir do momento em que se inicia a coreografia propriamente, conforme mostraremos em nossa análise.

## **2 O corpo como espaço heterotópico**

Em *O Corpo utópico*, Foucault (2013) afirma que o sujeito não se pode deslocar sem o corpo, não pode deixá-lo onde está e ir para outro lugar: “é nesta [...] concha da minha cabeça, nesta gaiola [...] que será preciso mostrar-me e caminhar; é através desta grade que será preciso falar, olhar, ser olhado” (FOUCAULT, 2013, p. 7). Se o sujeito está preso a um corpo, o corpo é a materialidade visível do sujeito, é seu suporte. Assim, é no corpo que são imputadas marcas identitárias, sociais e históricas do sujeito. Porém, não se trata de características físicas, mesmo porque o sujeito muda de papel, muda de lugar social, muda de posicionamentos. Se o corpo dá visibilidade a essas mudanças, o corpo é um espaço modificável, e está sempre em relação com os posicionamentos do sujeito.

Nos estudos discursivos em perspectiva foucaultiana, o espaço é pensado como o que nos é oferecido sob a forma de relações de posicionamentos e, apesar de Galileu ter promovido uma dessacralização do espaço ao abri-lo para o infinito, Foucault aponta a sacralização dos diferentes espaços que comandam nossa vida. Refere-se a espaços que se opõem: o público e o privado, o social e o familiar, o cultural e o útil, o do lazer e o do trabalho etc. Por meio de suas análises literárias, Foucault (2001) argumenta que não vivemos em espaços homogêneos. Isso posto, o autor elege os espaços de fora como ob-



jetos para reflexão, e assim afirma: “[...] o espaço no qual vivemos, pelo qual somos atraídos para fora de nós mesmos, no qual decorre precisamente a erosão de nossa vida, de nosso tempo, de nossa história, esse espaço que nos corrói e nos sulca é também em si mesmo um espaço heterogêneo” (FOUCAULT, 2001, p. 414).

No texto em que apresamos a citação acima, Foucault apresenta dois grandes grupos de espaço que, pelos seus posicionamentos, estão ligados a todos os outros. As *utopias*, posicionamentos sem lugar real, espaços essencialmente irreais; e as *heterotopias*, que se referem a lugares reais, delineados pela instituição sociedade, nos quais os posicionamentos reais estão representados e invertidos. Esses lugares são utopias realizadas, lugares de representações culturais. O lugar existe realmente e nele há a representação de posicionamentos culturais. São lugares que estão fora de todos os lugares. Acerca das heterotopias, Foucault afirma: a) toda cultura no mundo constitui heterotopia; b) os funcionamentos das heterotopias são diferentes para cada uma e sofrem mudanças na história; c) em um mesmo lugar, há vários espaços e/ou posicionamentos (o jardim, por exemplo); d) as heterotopias ligam-se a recortes do tempo, daí a noção de *heterocronia*, considerando que os homens rompem com o tempo tradicional. Segundo Martins (2002, p. 97), “[...] museus e bibliotecas são heterotopias nas quais o tempo não cessa de acumular e de se empilhar até o cume de si mesmo”.

As utopias, espaços irreais, possibilitam as fábulas; já as heterotopias, apesar de Foucault afirmar encontrá-las constantemente em Jorge Luís Borges, estancam a linguagem, esterilizam o lirismo das frases. Há, entre esses dois grandes espaços, um lugar que os mistura. Seria o espelho: “[...] o espelho, afinal, é uma utopia, pois é um lugar sem lugar. No espelho, eu me vejo lá onde não estou, em um espaço irreal que se abre virtualmente atrás da superfície, eu estou lá longe, lá onde não estou” (FOUCAULT, 2001, p. 415). Mas essa utopia do espelho é também uma heterotopia na medida em que o espelho existe de verdade, ele é real. “É a partir do espelho que me descubro ausente no lugar em que estou, porque eu me vejo lá longe” (FOUCAULT, 2001, p. 415).

Sendo a heterotopia um espaço que se transforma, e sendo o corpo um espaço-suporte de um sujeito, ao contrário do que Foucault afirma sobre a utopia, o corpo heterotópico desloca-se e situa-se em diferentes lugares, nos quais o sujeito se mostra e se transforma, também, pelas propriedades corpóreas. O corpo não será transparente, ele torna visível um sujeito em sua potência, ele é finito em sua duração, conectado a ações,

visível, desprotegido, e, como na utopia, sempre transfigurado. É, pois, o corpo esse barco que ancora e mostra o sujeito em diferentes portos.

Também diferentemente do corpo utópico, em um corpo heterotópico, tatuar-se, maquiarse, usar máscaras é fazer o corpo entrar em outros espaços socioenunciativos, não se trata de atribuir-lhe poderes secretos e forças invisíveis. A máscara, o sinal tatuado, o enfeite colocado no corpo é sim toda uma linguagem, como mostra Foucault ao discorrer sobre o corpo utópico, mas não “[...] uma linguagem enigmática, [...] cifrada, secreta, sagrada, que evoca para este mesmo corpo a violência do deus, a potência surda do sagrado ou a vivacidade do desejo.” (FOUCAULT, 2013, p. 12). A máscara, a tatuagem, o enfeite colocam o corpo em outros espaços sociais, que têm lugares diretamente no mundo. Reside aí a relação do corpo com o discurso, uma vez que os discursos se materializam pela linguagem verbal e por elementos de natureza não verbal, tais como imagens, gestos, exibição de aspectos corporais, vestimenta, e ainda pela presença de traços suprassegmentais. Os sujeitos inscrevem-se em práticas discursivas que os mostram inscritos em um lugar social.

Na aula proferida em 21 de novembro de 1973, Foucault (2006, p. 55-56) explica que “[...] a vinculação da função-sujeito a um corpo determinado é coisa que só se pode fazer de maneira descontínua, incidente, momentânea, por exemplo, em cerimônias”. Nessa mesma aula, em momento posterior, a relação entre sujeito e corpo é explicada no sentido de mostrar que o sujeito não se reduz a um indivíduo corpóreo, mas é necessário um corpo que funcione como suporte para o sujeito, para o exercício da função-sujeito. Para a sustentação desses apontamentos, Foucault (2006) toma a figura do Rei como referência. O Rei é uma posição-sujeito, com um corpo, mas quando ocorre o falecimento desse corpo, o Rei continuará existindo, pois, como uma função, terá outro corpo como suporte, para sua existência.

O Rei, para assegurar sua soberania, deve ser um sujeito com corpo [...] este corpo do rei, que mantém juntas todas essas relações de soberania, não pode desaparecer como o indivíduo X ou Y que acaba de morrer. É necessária, portanto, certa permanência do corpo do rei; é necessário que o corpo do rei não seja simplesmente sua singularidade somática, tem de ser, além disso, a solidez de seu reino, da sua coroa. [...] a relação de soberania põe em ligação, aplica algo como um poder político no corpo, mas nunca faz a individualidade aparecer. (FOUCAULT, 2006, p. 57).

Nesse sentido, o que está em questão não é o corpo, mas o sujeito de ação, produzido por uma exterioridade social, cultural e política. E isto se aplica a todo sujeito uma vez que a exterioridade atua sempre, por meio de discursos, na produção da subjetividade, e o sujeito é um efeito da subjetividade.

O corpo como heterotopia do sujeito, em sua materialidade, em sua carne, para além de produto de suas próprias fantasias, ou melhor, da atribuição de suas utopias, apresenta inscrições sociais, históricas e ideológicas do sujeito. Assim é que o corpo do religioso, por exemplo, se apresenta caracterizado como tal pelas vestimentas que o envolvem e o diferenciam do corpo de um sujeito profano. “É em torno dele [do corpo] que as coisas estão dispostas, é em relação a ele [...] que há um acima, um abaixo, uma direita, uma esquerda, um atrás, um próximo, um longínquo” (FOUCAULT, 2013, p. 14).

O corpo está também diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o suplicam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica [...] o corpo é investido por relações de poder e dominação. (FOUCAULT, 2003, p. 25).

Se o corpo é tomado como força produtiva e submisso, ele encontra-se investido de um sujeito de ação, que está posto em relação a outros sujeitos, definidos e distintos entre si pelas suas posições. Foucault mostra que há também mecanismos, que ele denomina “tecnologia da política do corpo”, que se valem de saberes e não da violência ou da ideologia, voltados para o controle de suas forças, e “[...] essa tecnologia [...] formula-se em discursos contínuos e sistemáticos.” (FOUCAULT, 2003, p. 26).

Há toda uma “[...] tecnologia de poder sobre o corpo que a tecnologia da ‘alma’ [...] não consegue mascarar nem compensar, pela boa razão de que não passa de um de seus instrumentos.” (FOUCAULT, 2003, p. 29). Alma é compreendida como sujeito de ação, conforme se encontra em Foucault (2004), sobre o qual recaem as relações do saber e poder.



No poder disciplinar, [...] a função-sujeito vem se ajustar exatamente à singularidade somática: o corpo, seus gestos, seu lugar, suas mudanças, sua força, seu tempo de vida, seus discursos, é a tudo isso que vem se aplicar e se exercer a função-sujeito do poder disciplinar. A disciplina é essa técnica de poder pela qual a função-sujeito vem se superpor e se ajustar exatamente à singularidade somática. (FOUCAULT, 2006, p. 69).

O poder disciplinar volta-se para a produção de corpos dóceis, para a vinculação da função-sujeito ao corpo, visa a produzir individualidades no sentido de fazer do sujeito apenas um corpo sujeitado, o que se configura como fabricação do indivíduo. Porém, como o corpo está mergulhado diretamente em um campo político, como o sujeito é um sujeito de ação, há nesse ínterim a resistência, que é própria às relações de poder entre sujeitos. A resistência à submissão, a reação, a contestação às forças dominadoras impõem ações ao sujeito, cujos posicionamentos o levam a tomar o próprio corpo como instrumento de luta.

O discurso é parte integrante de um jogo de lutas, de antagonismos próprios à vida dos sujeitos em sociedade, historicamente produzidos, e a resistência é também uma forma de poder nas lutas, e consiste em uma prática discursiva. Diante desses apontamentos, no presente estudo, consideramos o corpo como suporte e/ou superfície de inscrição de discursos, sobre o qual se inscrevem posições de sujeito, socialmente construídas, para além das características biológicas e físicas. Em decorrência dessa posição, pensamos com Foucault (1995, 2004) sobre a subjetividade produzida pelo exterior, por meio de discursos, que, de diferentes formas, atuam na produção da subjetividade e se mostram por meio de um funcionamento discursivo. A subjetivação consiste justamente no processo constitutivo dos sujeitos, pela produção da subjetividade que possibilita, em uma acepção foucaultiana, a objetivação dos sujeitos. A subjetividade, vista da exterioridade, apresenta-se como uma construção histórica sob determinadas condições e se dá na relação com o discurso. Uma vez que o sujeito é produzido nas relações discursivas, há uma relação entre subjetividade e discurso, e o funcionamento do discurso na produção da subjetividade segue na direção de possibilitar ao sujeito assumir posicionamentos: “[...] efeito de partido, o pertencimento a um grupo, a uma escola, [...] tudo nos remete às condições de formação do sujeito [...] pensadas, porém, em termos sociais.”

(FOUCAULT, 2004, p. 40). Dessa maneira, Foucault (1995) considera a objetivação do sujeito como efeito da subjetivação, pelos saberes e pelos poderes que o envolvem.

À luz desses apontamentos buscados em Foucault, na próxima seção analisaremos o vídeo de John Lennon da Silva, candidato a uma vaga no programa *Se ela dança, eu danço*, exibido pela rede de televisão SBT, com o objetivo de problematizar os enfrentamentos entre os sujeitos (jurados e bailarino) e o modo como, ao corpo do bailarino, são associados discursos que o objetivam de dada maneira antes de ele apresentar-se no palco e de maneira bastante diferente depois da apresentação.

### **3 John Lennon da Silva: heterotopia do corpo e objetivação do sujeito**

Refletir sobre o corpo como heterotopia do sujeito, como o que explicita diferenças e transformações do sujeito, requer, nos estudos discursivos sob a perspectiva foucaultiana, considerar a produção da subjetividade como uma construção histórica, social, marcada pela exterioridade. Essa linha de investigação nega que o sujeito seja o centro ou o ponto de origem dos discursos, contrapondo-se a um princípio difundido, sobretudo, pelo cartesianismo. Ao dar ênfase ao primado da exterioridade como princípio constitutivo dos processos de subjetivação, o pensamento foucaultiano afasta-se também de análises transcendentais ou a-históricas, uma vez que seus interesses sempre se voltaram para os estudos sobre o modo como os indivíduos se constituíram como sujeitos, entendendo o sujeito como uma forma histórica, em constante processo de transformação.

Foucault, citado por Revel (2005, p. 85), afirma que “no curso de sua história, os homens jamais cessaram de se construir, isto é, de deslocar continuamente sua subjetividade, de se constituir numa série infinita e múltipla de subjetividades diferentes”. Em se tratando do corpo como materialidade das diferentes posições do sujeito, que é também afetado pela exterioridade, pelo social, vemos que a sexualidade, o trabalho ou movimento ético de si sobre si mesmo interligam-se ao corpo, incidem sobre ele.

Nesse sentido, podemos afirmar que todo corpo/sujeito se encontra afetado pelo exterior, seja pelo encontro com outros corpos, consigo mesmo e com o mundo. Esse encontro e/ou inter-relações podem ocorrer entre sujeitos, ou no sujeito consigo mesmo, apontando para as forças do corpo e da subjetividade que, mesmo sendo moldadas, ainda criam estratégias de resistências capazes de ir além das formas fixas que tentam

classificá-los ou enquadrá-los em lugares preestabelecidos. Essas questões interessam-nos diretamente, pois corroboram a ideia de corpo como suporte para a subjetividade e de espaço sobre o qual incidem discursos produzidos historicamente.

Conforme assinalamos, o vídeo escolhido para análise integrou um programa de dança transmitido pela emissora de televisão SBT, em janeiro de 2011. Nesse vídeo, um jovem negro, magro, proveniente de uma origem humilde, trajando roupas simples e bem diferentes do que se “espera” de um dançarino, apresenta-se perante o corpo de jurados do concurso. No palco, ele anuncia que desenvolverá uma versão da peça *A morte do Cisne* pelo viés do *popping*, um estilo de dança integrado ao *street dance*, conforme afirma na entrevista que antecede a apresentação da coreografia. Tal estilo caracteriza-se por movimentos que ora lembram os movimentos bruscos de um robô, ora a leveza das ondas das águas.

Ao apresentar o seu nome, John Lennon da Silva, e mencionar a coreografia escolhida, *A Morte do Cisne*, os jurados colocam-se de forma a devassar o corpo e a identidade do jovem dançarino por meio de afirmações como: “Já ouvi esse nome [...] não me parece estranho”; “É aquele amigo do Paul...”. Em relação à vestimenta, indagam: “Você veio aqui dançar? Assim? Com essa roupa?”. Por fim, o questionamento sobre a coreografia escolhida: “Você conhece a versão original?”. A entrevista inicial, perante os jurados, é entrecortada por alguns depoimentos do candidato que afirma o seu desejo de ser dançarino, seu sonho de ser artista e viajar pelo mundo. Encerra-se a entrevista, a dança corporifica-se no palco e, ao final, os jurados aplaudem de pé, menos um deles, o professor de dança João Wlamir, que se emocionou com o desempenho do dançarino e, em lágrimas, mal conseguia expressar-se sobre o que acabara de assistir.

Durante a entrevista inicial, o corpo de John Lennon da Silva é esquadrihado pelo olhar do outro, no caso o júri, que o objetiva de uma forma preconceituosa, talvez por ser negro, magro e estar trajando roupas não “compatíveis” com dada ordem discursiva vinculada ao universo da dança, em especial uma dança que tem como referência uma famosa peça do balé clássico. Constrói-se, desde o início do vídeo, uma objetivação do sujeito, que ali se apresenta como candidato a uma vaga no programa, como pertencente a uma identidade socialmente construída: um corpo “marginal”, fora do padrão “esperado” para o campo da dança, reforçado pelo estereótipo consagrado ao clássico espetáculo *A morte do cisne*, ou de uma visão tradicional do universo da dança.



Como referido anteriormente, sujeito e subjetividade são construções históricas marcadas pela mutabilidade. No vídeo em questão, o corpo de John Lennon da Silva, desacreditado inicialmente por expressar aos olhos do júri uma dada posição social, alcança outros espaços, aflora outra constituição imagética discursiva ao longo da coreografia, na qual o corpo e o sujeito, antes vistos como “marginais”, rompem essa objetivação e passam à condição de artista. Embalado pela memória do balé clássico, o sujeito reinventa essa referência e constrói outro espaço de enunciação do corpo e da subjetividade.

Se o júri se caracteriza pelo pertencimento a um espaço social e discursivo estabelecido como aquele que exerce o poder de classificar e julgar, a ver e a dizer o corpo e as ações do outro, o dançarino também se posiciona, inverte o jogo e, ao resistir, produz enfrentamentos, negando dizeres e posturas iniciais que o enquadravam em estereótipos discursivamente construídos. Essa inversão decorre do uso do próprio corpo, heterotópico porque, ao embalar os movimentos da dança, promove uma transformação do sujeito diante do olhar de fora, atesta sua existência em relação aos posicionamentos dos sujeitos.

No momento inicial do vídeo, durante a realização da entrevista, assim como durante a coreografia executada, temos o confronto de posições-sujeito que, imersas em relações de poder, sofrerão inversões, e, conseqüentemente, mudança de condutas nas (re)avaliações de si e dos outros. Talvez, aos olhos do júri, a execução de outra leitura de um balé clássico tenha que seguir certa ordem discursiva, ou uma dada inscrição em certo formato (utopia), na medida em que se elege ou se firma um dado espaço como fixo e imutável. Por outro lado, o dançarino desloca a coreografia do balé clássico para outro espaço de discursivização e a ressignifica. Nesse enfrentamento, John Lennon da Silva assume posição, não se intimida ante os preconceitos, e executa a sua versão *street dance* do balé clássico. Há, nessa inter-relação entre os sujeitos do vídeo, relações de poder que se alternam, um movimento de inversão dos posicionamentos dos sujeitos e, como desdobramento, reconfigurações dos espaços sociais ali construídos. Essas reconfigurações decorrem da heterotopia resultante das transformações corpóreas, posto que as heterotopias existem pelas relações de posicionamentos dos sujeitos. O espaço-corpo heterotópico transforma o sujeito pelas transformações que os movimentos inscrevem no próprio corpo.

Tais apontamentos reiteram argumentos já citados, quando afirmávamos, em diálogo com Foucault, que não tratávamos do corpo como espaço físico e/ou biológico, mas como suporte para o sujeito, para o exercício da função-sujeito. Afinal, o discurso é parte integrante de um jogo de lutas, de antagonismos próprios à vida dos sujeitos em sociedade, historicamente produzidos, e a resistência é também uma forma de poder nas lutas.

Ao deslocar a coreografia do balé clássico para o campo da dança de rua, John Lennon da Silva constrói outros modos de dizer e ver “A morte do Cisne” e outros modos de ver e dizer o próprio corpo, que desloca do lugar de marginalizado para a condição de artista. O corpo, enquanto materialidade de discursos, mostra-se como efeito de subjetividades. Reside nessas transformações a dimensão heterotópica do corpo, na qual os espaços e os sujeitos sofrem reconfigurações e estabelecem contrapositionamentos.

### **Considerações finais**

A noção de heterotopia cunhada por Foucault implica refletir sobre a transformação dos espaços em relação com os posicionamentos dos sujeitos. Trata-se de espaços que têm existência no mundo e que se transformam social e culturalmente ao serem tomados como cenários de sujeitos em práticas discursivas. Os espaços socioculturais são produzidos e transformados em conformidade com a subjetividade dos sujeitos, também socio-historicamente produzida e transformada.

Inscrita na Análise do Discurso, nossa proposta de refletir sobre o corpo como um espaço heterotópico partiu de apontamentos foucaultianos que consideram o corpo um suporte do sujeito, como materialidade pela qual o sujeito se apresenta aos olhos dos outros, mostra-se pertencente ou inscrito em domínios sociais e culturais. Como o sujeito não é fixo, move-se socialmente, constitui-se por discursos dispersos, marcados por incompletude. O corpo, pelas caracterizações que porta, é um objeto de visibilidade, de identificações do sujeito como pertencente a partidos, a torcidas, a domínios sociais, enfim; é o que possibilita ao sujeito ir e vir, transfigurar-se em conformidade com os posicionamentos assumidos, em conformidade com as inscrições históricas e discursivas do sujeito.

A percepção do corpo como um espaço heterotópico para o sujeito decorre da constatação foucaultiana do sujeito como efeito de subjetividade. Se o sujeito e a subjetividade são discursivamente constituídos, o corpo torna-se materialidade que possibilita a objetivação do sujeito, permite ao sujeito, mais que se mover, mostrar-se movente por deslocar-se de um espaço sociodiscursivo para outro. Autoriza, igualmente, a irrupção de subjetividades opostas. A propósito, este é um aspecto central no vídeo analisado. Quando John Lennon da Silva adentra o palco e se coloca diante dos olhos do júri, estes o objetivam, pelas suas características físicas, como um sujeito pertencente a dado lugar social ao qual seria negada a possibilidade do feito proposto pelo dançarino. Afloram nesse primeiro contato posicionamentos de sujeitos, ou sujeitos como efeito de dada subjetividade. Porém, como assinalamos, ao assistir à apresentação do candidato, esses sujeitos que compõem o júri têm seus posicionamentos transformados, deslocam-se para um lugar oposto àquele onde estavam antes da apresentação. A heterotopia do corpo mostra-se pelos movimentos que compõem o balé e oferece-se na transformação desse espaço-corpo tomado como materialidade para objetivação do sujeito. Em poucos minutos, coberto com os mesmos apetrechos, ao entregar-se ao bailado, o marginal torna-se estrela.

### **Bibliografia**

FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault - uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 229-249.

\_\_\_\_\_. Sobre as maneiras de escrever a História. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Michel Foucault - arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 62-77. (Ditos & Escritos, v. II).

\_\_\_\_\_. Outros Espaços. In: MOTTA, M. B. (Org.). *Michel Foucault - estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 411-422. (Ditos & Escritos. v. III).

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2003.

FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. Tradução de Márcio Alves Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.



\_\_\_\_\_. *O poder psiquiátrico*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_. *O corpo utópico, as heterotopias*. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

MARTINS, C. J. Utopias e heterotopias na obra de Michel Foucault: pensar diferentemente o tempo, o espaço e a história. In: Rago, M. et al. (Org.) *Imagens de Foucault e Deleuze: Ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002. p. 85-98.

REVEL, J. *Foucault: conceitos básicos*. Tradução de Carlos Piovezani, Niltom Milanez. São Carlos: Editora Claraluz, 2005.

Data de submissão: 07/12/2016

Data de aceite: 22/12/2016

## UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

### DISCOURSE ANALYSIS OF INSTITUTIONAL REPOSITORIES

Solange M. Leda Gallo

Docente da Unisul

[solangeledagallo@gmail.com](mailto:solangeledagallo@gmail.com)

Márcio José da Silva

Doutorando do PPGCL da Unisul

[marcioect@bol.com.br](mailto:marcioect@bol.com.br)

**Resumo:** Neste trabalho, apresentamos uma análise discursiva dos Repositórios Institucionais (RI) a partir das noções de arquivo, formação discursiva, acontecimento enunciativo, entre outras, enquanto noções do dispositivo teórico da Análise de Discurso. Primeiramente, abordamos a diferença entre a noção de arquivo institucional e a noção de arquivo discursivo, sendo a primeira de natureza empírica, para a qual o arquivo é determinado politicamente (entre outros fatores), enquanto a segunda é de natureza simbólica e é determinada histórica e ideologicamente. Em seguida, propomos o RI como acontecimento enunciativo no discurso das bibliotecas. Finalmente, consideramos os RI como uma discursividade cujo funcionamento se dá em consonância com o Discurso de Escritorialidade. Ao longo da análise, apresentamos diversos efeitos de sentido que se produzem a partir deste modo de funcionamento e que remetem tanto a processos de apropriação institucional e de mercadorização do conhecimento científico-acadêmico quanto ao fato de que o RI parece funcionar como uma vitrine na qual a instituição expõe este conhecimento que é tomado como sendo “sua produção”.

**Palavras-chave:** Repositórios institucionais; Análise do Discurso; Discurso de escritorialidade.

**Abstract:** In this paper, we present a discourse analysis of Institutional Repositories (RI) from the notions of archive, discursive formations, enunciative event, among others, as part of the theoretical device of Discourse Analysis. Firstly, we approach the difference

between the notions of institutional archive and discursive archive describing the first as empirical, for which the archive is determined politically (among other factors), while the second is symbolic, and is determined historically and ideologically. Then we propose the RI as an enunciative event in the discourse of libraries. Finally, we consider the RI as a discursivity whose operations are in consonance with the Oralwriting Discourse. Along the analysis, we present several effects of meaning that are produced from this mode of operation and that cover institutional appropriation and productification of scientific-academic knowledge, while exposing that RI seems to operate as a shop window in which institutions can expose knowledge that is taken as ‘its own production’.

**Keywords:** Institutional repositories; Discourse analysis; Oralwriting discourse.

## Introdução

Os Repositórios Institucionais (RI) surgiram a partir de uma mobilização mundial em favor do acesso aberto à informação científica e vêm ganhando espaço no cenário científico-acadêmico atual (MURAKAMI; FAUSTO, 2013; KURAMOTO, 2014, 2015). Com o desenvolvimento da Internet, este movimento pelo acesso aberto à informação científica (Open Access) ganhou força a partir da década de 1990, quando, em decorrência dos altos custos das assinaturas dos periódicos, a comunidade científica começou a questionar a lógica do sistema tradicional de publicações científicas. O *Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica*, lançado em 2005, pode ser considerado um dos primeiros desdobramentos políticos deste movimento no Brasil.

Há na literatura corrente um efeito de consenso em relação à definição de Repositório Institucional. Apesar de pequenas variações na redação dos enunciados, todos se aproximam da definição elaborada por Leite et al. (IBICT, 2012) e adotada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), ao apresentar “boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica” numa cartilha cujo texto completo se encontra disponível na página oficial da instituição. Neste texto, o RI é definido como

[u]m tipo de biblioteca digital. [...] um serviço de informação científica – em ambiente digital interoperável – dedicado ao gerenciamento da pro-

dução científica e/ou acadêmica de uma instituição. Contempla a reunião, armazenamento, organização e, sobretudo, a ampla disseminação da informação científica produzida na instituição (IBICT, 2012, p. 7).

Neste trabalho, mobilizamos a noção de arquivo, enquanto dispositivo teórico da Análise de Discurso (AD), para analisar o funcionamento discursivo dos RI. Abordar a noção de arquivo na perspectiva da AD implica em considerar tanto a dimensão institucional quanto a dimensão discursiva, sendo a segunda constituída a partir de determinações históricas e ideológicas.

## **2 O RI enquanto arquivo**

Para pensar no RI enquanto arquivo em sua dimensão institucional, apoiamo-nos na noção de arquivo em seu sentido mais geral, conforme apresentada por Pêcheux (1994, p. 51), como “[...] campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Nesta perspectiva, é preciso considerar primeiramente que o arquivo não é composto apenas pelo conjunto dos documentos que são reunidos, (re)organizados, armazenados empiricamente sob o domínio da instituição e que, de acordo com as políticas desta instituição, ficam disponíveis (ou não) a um possível leitor. Esse conjunto que a instituição consegue reunir, seja numa biblioteca tradicional, seja num RI, será sempre um recorte, uma amostra finita de um amplo “campo de documentos” constituído tanto pelos documentos que a instituição consegue captar quanto por inúmeros outros que, apesar de igualmente pertinentes, ainda continuam dispersos por motivos nem sempre conhecidos.

Romão, Leandro-Ferreira e Dela-Silva (2011, p. 11) consideram que o arquivo se constitui como um lugar de autoridade, e que

[t]al autoridade tem relação com o modo como o arquivo inscreve efeitos de saturação de certos sentidos a partir de certas instâncias de poder, quais sejam, poder dizer, poder ordenar, poder fazer circular e poder produzir ressonâncias a partir de uma instituição tida como oficial. Ou seja, a inscrição do político fervilha no e pelo arquivo.

O arquivo que se dá a conhecer a partir da c(h)ancela institucional é sempre “um arquivo” dentre inúmeros outros que, apesar de possíveis, ficam silenciados, esquecidos.

Ele é sempre materializado (politicamente) a partir de gestos de leitura. Entretanto, é preciso considerar que, conforme aponta Pêcheux (1994), a construção de arquivos ocorre sempre sob uma ilusão de completude, na qual aquilo que está nele reunido é tomado como sendo tudo que existe acerca da referida questão, conferindo a este arquivo configurado institucionalmente um efeito de fecho, uma margem supostamente tangível. Arelada a essa ilusão de completude, há ainda o fato de que, à medida que se vão estabilizando determinados sentidos e consolidando um saber a partir desse arquivo, instaura-se um efeito de evidência que atua contendo a polissemia e faz parecer óbvio, verdadeiro e suficiente tudo aquilo que é dito nesse arquivo acerca da questão.

Reconhecer esses aspectos é o primeiro movimento a ser feito em direção à dimensão discursiva do arquivo. Do ponto de vista discursivo, o arquivo ao qual se tem acesso é sempre um dentre tantos outros possíveis, não só porque há inúmeros documentos pertinentes que permanecem fora dele, mas também porque há sempre outros dizeres e outros efeitos de sentido possíveis que permanecem à margem, sempre na eminência de (não) se inscrever. O trabalho do analista é, conforme propõe Pêcheux, desconstruir esses efeitos e refletir sobre o arquivo enquanto uma discursividade afetada pela materialidade da língua e da história, considerando sua opacidade, seus gestos de leitura subjacentes, suas relações consigo mesmo e com as memórias que o constituem.

Seguindo a proposta de Pêcheux (1994), estamos promovendo sobre os RI um gesto de leitura no qual pretendemos extrapolar sua dimensão de arquivo institucional para formular algumas considerações acerca de seu funcionamento discursivo. Buscamos por outros sentidos possíveis além daqueles que já são dados como evidentes na perspectiva institucional. Nesta senda, surgem muitas questões a serem trabalhadas, tanto em relação aos sujeitos e mecanismos que atuam nos processos de captação, reorganização e disponibilização dos documentos tomados como pertinentes a este arquivo, quanto em relação às memórias que são mobilizadas em sua constituição.

### **3 A Análise**

Nossa análise incide sobre dois pontos que consideramos imprescindíveis. O primeiro diz respeito ao funcionamento dos RI enquanto instância de (re)organização, e o segundo, ao seu funcionamento como instância de circulação, na medida em que ele gerencia e disponibiliza/dissemina aquilo que é tomado como sendo a “produção de uma instituição”.



Em relação à questão da (re)organização, é preciso considerar que o repositório institucional configura seu arquivo transportando para a Internet textos que, em sua grande maioria (ou em sua totalidade), são formulados fora dela. Entretanto, transportar os textos não equivale a transportar efetivamente os sentidos, pois os possíveis efeitos de sentido nunca são indiferentes às especificidades das diferentes materialidades nas quais os textos se inscrevem (ORLANDI, 2001a). O transporte produz uma reorganização dos textos, fato que, no caso dos RI, proporciona uma textualização distinta e por vezes contraditória em relação àquela materializada em periódicos, anais de eventos e outras mídias já utilizadas para a circulação desses textos. Pensar esta nova textualização implica em considerar outras possibilidades de circulação e, com elas, outros efeitos de sentido possíveis. Vejamos:

**Figura 1.** Extrato da página principal do RI-UFSC

The image shows a screenshot of the UFSC Institutional Repository (RI-UFSC) homepage. The page is divided into several sections:

- Buscar DSpace:** A search bar with a 'Ir' button.
- Navegar:** A navigation menu with links for 'Todo o repositório', 'Comunidades e Coleções', 'Por data do documento', 'Autores', 'Títulos', and 'Assuntos'.
- Minha conta:** A section with an 'Entrar' link.
- Discover:** A section with links for 'Autor' and 'Assunto', listing various categories and counts.
- Repositório Institucional da UFSC:** The main title and a welcome message in Portuguese, explaining the repository's mission and objectives.
- Comunidades no Repositório:** A section titled 'Selecione uma comunidade para navegar nas coleções.' with a link for 'UFSC [90830]'.
- Submissões recentes:** A list of recent submissions, including titles, authors, and dates.

**Fonte:** Repositório da UFSC (2016).

Nossa análise incide sobre dois pontos que consideramos imprescindíveis. O primeiro diz respeito ao funcionamento dos RI enquanto instância de (re)organização, e o segundo, ao seu funcionamento como instância de circulação, na medida em que ele gerencia e disponibiliza/dissemina aquilo que é tomado como sendo a “produção de uma instituição”.

A Figura 1 refere-se à página inicial do RI da Universidade Federal de Santa Catarina. Neste exemplo vemos um modelo de organização que é praticamente unânime entre os RI nacionais, uma vez que praticamente todos são formulados a partir de uma mesma plataforma: o software DSpace<sup>1</sup>. Apesar de algumas diferenças no *layout* das páginas, nos RI que adotam esta plataforma os textos são organizados por “coleções”, e as referidas coleções são distribuídas em “comunidades”, sendo que as comunidades correspondem a setores da estrutura organizacional da instituição. Este modo de organização por comunidades parece seguir um modelo de disseminação e compartilhamento de conteúdos semelhante ao que se verifica em redes sociais (como o Facebook e o já extinto Orkut, por exemplo), fato que promove um deslocamento em relação ao modo de organização tipicamente adotado em bibliotecas tradicionais e outros modelos de arquivos institucionais voltados para materiais produzidos no âmbito acadêmico-científico.

Ora, assumindo o RI como uma discursividade *on-line*, uma das regularidades observadas entre os diversos RI nacionais é que, de modo semelhante ao que ocorre numa biblioteca tradicional, nos repositórios institucionais a memória discursiva que dá sustentação à organização dos textos mantém categorias como: autor, título, assunto e data de publicação. Entretanto, discursivamente é preciso considerar que, apesar de estar constituída a partir dessas memórias que remetem ao Discurso de Escrita<sup>2</sup> e ao modo de organização das bibliotecas, essa organização formula-se automaticamente por meio de

---

<sup>1</sup> O DSpace é um software de código aberto, registrado sob licença BSD open source, distribuído livremente na Internet. Trata-se de um projeto cooperativo liderado pelo MIT e pela HP. No Brasil, o IBICT, em parceria com a USP, disponibiliza gratuitamente uma versão desta plataforma traduzida para a língua portuguesa. Disponível em: <http://dspace.ibict.br>.

<sup>2</sup> Segundo Gallo (2011), Discurso de Escrita é uma macrocategoria de funcionamento discursivo que contempla textos nos quais é possível identificar efeitos de autoria e legitimidade. Os textos do Discurso de Escrita possuem também efeitos de unidade e fecho. Um texto se inscreve no Discurso de Escrita não porque está formulado como um texto grafado, mas porque sua estrutura e funcionamento seguem a padrões que se tornaram reconhecidamente válidos pelas diversas instâncias de poder que atuam na língua e, conseqüentemente, nos processos de constituição, formulação e circulação dos textos.

um algoritmo de programação que ordena os textos a partir de dois critérios: a quantidade e a atualidade das postagens.

No que diz respeito à atualidade, o campo “submissões recentes” apresenta uma textualidade dinâmica, na qual as diversas postagens são continuamente reordenadas por meio de uma “rolagem automática” que coloca a postagem mais atual sempre em posição de destaque, silenciando outra mais antiga que desaparece da tela. É interessante notar que, de modo semelhante ao que ocorre em redes sociais, ao colocar em posição de destaque uma determinada postagem devido à sua atualidade, este mecanismo de ordenação automática desconsidera parâmetros normalmente adotados no âmbito científico-acadêmico, como aqueles relativos ao reconhecimento do(s) autor(es) dentro da comunidade científico-acadêmica, à qualidade e/ou à relevância técnico-científica do conteúdo postado, por exemplo.

Ao definir a ordenação dos textos de acordo com sua atualidade, o RI apresenta-se como uma textualidade digital, na qual textos formulados em condições de produção típicas do Discurso de Escrita circulam aí com efeito de provisoriedade, sem efeito de unidade, diferente do que ocorre nos periódicos científicos, que publicam e colocam em circulação textos científico-acadêmicos. Num RI, podemos visualizar simultaneamente *links* que permitem acesso aos mais diversos tipos de textos científico-acadêmicos e administrativos (teses, dissertações, artigos científicos, resenhas, documentos administrativos em geral, vídeos institucionais e de estudantes, vídeo-aulas, livros digitalizados, fotos etc.) ordenados de acordo com sua data de postagem.

Na textualidade do RI é possível acessar a versão digital de diversos livros, artigos científicos e outros textos que, apesar de já estarem devidamente publicados sob a égide do Discurso de Escrita, aí são novamente “tornados públicos” e circulam junto com outros textos cuja legitimidade científico-acadêmica não é reconhecida (GALLO, 2015). Do ponto de vista discursivo, temos aí uma questão importante: nos RI, os efeitos de sentido que produzem textos consagrados/legitimados pelo Discurso de Escrita são os mesmos efeitos de sentido produzidos pelos textos que não gozam dessa mesma legitimidade?

Primeiramente, vemos que os textos normalmente considerados como “não legítimos” do ponto de vista científico-acadêmico (como fotos e vídeos produzidos pelos estudantes, por exemplo) parecem ganhar um “efeito de legitimidade” que se produz não

só pelo fato de circularem junto com textos já consagrados, mas também porque no repositório eles ganham maior visibilidade e, à medida que são feitos os downloads desses textos, mostram-se aparentemente mais úteis.

Por exemplo, em relação ao critério quantitativo, percebe-se que, nas categorias “autor” e “assunto” destacadas no canto esquerdo da tela, os textos estão ordenados (em ordem decrescente) de acordo com a quantidade de postagens atribuídas a cada um dos tópicos. Assim como ocorre na seção “submissões recentes”, a ordenação não estabelece qualquer relação com a qualidade, nem com a relevância científico-acadêmica do material postado. É interessante notar que, devido a esse critério quantitativo, nessas categorias um texto é apresentado/disponibilizado em posição de destaque simplesmente pelo fato de ter sido postado no RI dentro de uma coleção específica cuja quantidade total de textos seja maior que a de outras.

Outro aspecto que consideramos importante do ponto de vista discursivo é que, na textualidade do RI, as categorias “autor” e “assunto” parecem não corresponder àquilo a que normalmente se referem em outras discursividades típicas do Discurso de Escrita. Na categoria “assunto”, vemos uma coleção denominada como “teses”, ou seja, no RI a denominação “teses” refere-se não a um tipo de publicação acadêmica, mas a um assunto ou tema de interesse. Compondo a categoria “autor”, temos, além de nomes próprios, também o nome comercial de uma editora e nomes/siglas que designam os diversos setores da estrutura administrativa da instituição. Assim, a função-autor<sup>3</sup> está atribuída a uma identificação de “usuário” definida em cada novo cadastro, de modo que, se um texto for postado no RI a partir do *login* atribuído a um setor administrativo da instituição (Direção do CCB, Curso de Artes Cênicas, INEP etc.) ou a uma editora, é esta unidade institucional que será reconhecida no RI como “o autor” do referido texto.

Relacionamos essa função-autor a uma nova posição-sujeito que se inscreve na forma-sujeito relativa à formação discursiva (FD) responsável pela caracterização do discurso das bibliotecas, responsável, portanto, por suas determinações históricas, sociais e

---

<sup>3</sup> A noção de função-autor é proposta por Orlandi (1996) a partir de uma releitura acerca do princípio de autoria em Foucault. Divergindo deste autor (para quem a autoria pressupõe contornos específicos, não sendo válida em qualquer discurso nem de forma constante), Orlandi (1996, p. 77) considera a autoria como um princípio geral, sendo que, mesmo quando um texto não possui um autor específico, sempre se atribui uma autoria a ele. Para ela, o autor é “a função que o eu assume enquanto produtor de linguagem.” A função-autor se estabelece na/pela relação deste eu com a exterioridade que o constitui enquanto sujeito-autor na medida em que, sob o apagamento (histórico-ideológico) de sua condição de “sempre já sujeito”, ele se vê na origem de seu discurso e passa a representar(-se) – pela linguagem – (n)esse papel [de autor] inscrito na ordem social.

ideológicas, que, por sua vez, estabelecem o que pode e deve ser dito nessa FD. Sendo a forma-sujeito a dimensão universal do sujeito ideal da FD, essa dimensão materializa-se sempre parcialmente em uma posição-sujeito que pode tanto identificar-se com ela quanto contraidentificar-se. Consideramos, nesse caso, que a posição discursiva que se identificaria com a forma-sujeito da FD em questão seria aquela que traria exclusivamente a memória de uma biblioteca tradicional. Por outro lado, essa posição-sujeito que faz seu gesto de leitura das obras da biblioteca a partir da organização de um determinado software (DSpace), que determina uma forma material própria, é uma posição-sujeito que se contraidentifica na FD: inscreve-se na FD, ao mesmo tempo em que, para tanto, força a entrada de saberes externos a essa FD (vindos de outro discurso) que reformulam os sentidos do discurso das bibliotecas.

Consideramos essa tomada de posição, na forma da contraidentificação, como sendo característica do que chamamos um acontecimento enunciativo. Indursky (2007, p. 85) dirá que “[o] acontecimento enunciativo produz tensão nas fronteiras internas da FD, pois faz balançar a unidade imaginária do sujeito, ao introduzir e situar saberes na tênue fronteira de uma FD, o que torna difícil determinar o seu exato pertencimento”.

Em outras palavras, diremos que um repositório institucional se constitui em um acontecimento enunciativo no discurso das bibliotecas. Esse acontecimento pode ser descrito teoricamente como um atravessamento do pré-construído (saberes externos que dão sustentação ao que é dito) que vem de outra FD (relativa à escritorialidade) e que atravessam a FD dominante (relativa ao discurso das bibliotecas) na forma de um discurso transversal. Esse movimento descreve uma posição-sujeito em contraidentificação no discurso. Assim podemos explicar a função-sujeito (login) que se realiza nessa posição-sujeito.

Aprofundando um pouco mais a análise, ao identificarmos nos RI essas características destacadas acima, podemos dizer que eles possuem um funcionamento discursivo que se aproxima daquilo que Gallo (2011) define como Escritorialidade. A autora define o Discurso de Escritorialidade como uma macrocategoria discursiva que funciona entre o Discurso de Escrita e o Discurso de Oralidade, incorporando características de ambos. Trata-se de um discurso sem margens estabilizadas, cujo funcionamento se sustenta num



efeito indiscernível entre memória metálica<sup>4</sup> e memória discursiva, de modo que promove um efeito de diluição das fronteiras simbólicas (estabelecidas histórica e ideologicamente) entre os discursos de Escrita e Oralidade.

No discurso de Escritorialidade, muito comum em textualidades digitais que circulam na internet (como é o caso dos RI), materializam-se algumas indistinções específicas (não ocasionais) entre as outras duas macrocategorias discursivas (Escrita e Oralidade). Uma delas é que textos cujo funcionamento discursivo fora da Internet é predominantemente marcado pelo Discurso de Oralidade, ao serem transportados para a textualidade digital, parecem adquirir algumas características tipicamente atribuídas aos textos formulados sob condições de produção determinadas pelo Discurso de Escrita (como fecho, unidade, legitimidade e efeito-autor, por exemplo). Gallo (2016) demonstra que, paralelamente a esse efeito, quando textos formulados no discurso de Escrita são transportados para este tipo de textualidade, produz-se um deslocamento no sentido contrário, de modo que estes parecem perder algumas dessas características, sobretudo no que diz respeito ao seu reconhecimento.

No RI, o Discurso de Escritorialidade materializa-se por meio de efeitos de sentido que afetam inclusive o estatuto da autoria, algo cujos sentidos parecem já bem estabilizados em outros discursos que colocam em circulação os textos científicos (p. ex., o discurso da divulgação científica, o próprio discurso das bibliotecas etc.). Referimo-nos aqui ao fato de que o modo de (re)organização dos textos no RI produz um apagamento do sujeito-autor, bem como um efeito de apropriação institucional da autoria, um efeito que reforça o (efeito de) sentido de apropriação já bastante marcado na definição de RI apresentada pelo IBICT, quando este afirma que o repositório atua gerenciando e disseminando a produção científica e acadêmica “da instituição”. Além disso, destacamos que o ato de “tornar público” na textualidade do RI um texto já publicado, além de evidenciar

---

<sup>4</sup> A memória metálica está associada às novas tecnologias de linguagem (televisão, computador etc.). Segundo Orlandi (2001b), trata-se de uma memória seriada, onde não há esquecimento, uma memória “achatada”, sem profundidade, que não se produz pela historicidade e sim por acúmulo, pela quantidade de informação. A memória metálica compõe arquivos que se organizam não por sua inscrição literária (autores, épocas, áreas etc.), mas de acordo com seus significantes, organizados enquanto palavras-chave, enumerados em bancos de dados informatizados. O funcionamento da memória metálica possui uma dinâmica fluida, sem efeito de fecho, sempre priorizando o acesso rápido, fato que evidencia um efeito de achatamento do tempo. O funcionamento da memória metálica incorpora aspectos característicos do Discurso da Oralidade e, diferentemente da memória de arquivo, não exige de seus usuários conhecimentos prévios sobre os conteúdos a serem pesquisados, nem domínio das técnicas básicas de pesquisa em arquivos tipicamente produzidos e disponibilizados sob a ótica do Discurso de Escrita.

esta dimensão utilitarista presente nas práticas científico-acadêmicas atuais, parece promover um efeito de desapropriação, porque, apesar de serem resguardados os direitos autorais, cada texto disponibilizado no RI ganha status de “bem público e universal”, um efeito de sentido que atua recobrando (pelo menos em parte) o estatuto de propriedade privada inerente às condições de produção no Discurso de Escrita. Entretanto, a instituição parece apropriar-se deste mesmo bem como sendo “sua produção”. Sobre este efeito discorreremos mais adiante.

Neste ponto, percebe-se uma contradição. Vejamos. Segundo consta na literatura corrente acerca dos RI, o principal argumento utilizado para justificar a ampla disseminação da produção de uma instituição é que o conhecimento (científico e acadêmico) deve ser considerado como bem público e universal. Este argumento, sustentado desde a década de 1990 pelos movimentos em defesa dos Arquivos Abertos, remete a alguns pressupostos iluministas que estão na base do direito à informação enquanto segmento do direito internacional público, sobretudo o “sapere aude” (“atreve-te a saber”), defendido por Immanuel Kant em *O que é o Esclarecimento*, que preconizava o saber laicizado como um direito universal de todo ser humano, fato que remete à obrigação de publicar o conhecimento e trazê-lo à luz do debate público. Trata-se de um movimento global que propõe “um modelo de acesso democrático a conteúdos e ferramentas (softwares) como forma de viabilizar a universalização do conhecimento (FIGUEREDO LIMA, 2009, p. 223)”.

Entretanto, este argumento vem sendo utilizado como sustentação para dizer que tal produção deve ser considerada como um bem público pelo fato de que ela é formulada a partir de pesquisas científicas geralmente custeadas por recursos públicos, seja porque a instituição é efetivamente mantida pelo Estado, seja porque atrelada a ela exista algum tipo de verba pública oriunda, por exemplo, de agências de fomento e apoio à pesquisa. Então, produz-se um deslizamento no qual, aquilo (o conhecimento) que antes era assumido como bem público e universal, algo cujo valor não é monetário, agora é tomado como sendo a “produção da instituição” e recebe estatuto de mercadoria a ser distribuída livremente pelo fato de que seu processo de produção foi financiado com verba pública.

Notemos que, discursivamente, dizer “produção” é um modo de não dizer “produto”. Assim, na constituição do significante “produção”, há memórias que atuam tanto para estabilizar sentidos de continuidade nas/das práticas científicas quanto para negar

o status de mercadoria atribuído ao conhecimento científico e assim reforçar o imaginário de que há, necessariamente, uma conexão utilitarista entre ciência e sociedade, por meio da qual o desenvolvimento científico e tecnológico de uma nação se dá como resposta às demandas sociais. Ao pensar que efeitos de sentido podem emergir quando se define o RI como um “serviço de informação” dedicado a gerenciar e disseminar esta suposta “produção da instituição”, é possível supor que, paralelamente ao efeito de apropriação institucional da autoria, o funcionamento dos RI indica que nele se materializa um processo de mercadorização do conhecimento, algo que se vem estabelecendo em diversas instâncias sociais, inclusive no meio científico-acadêmico.

O repositório institucional parece funcionar como uma espécie de vitrine onde a suposta “produção da instituição” é exposta para dar-lhe visibilidade e para gerar indicadores quantitativos de sua performance e de sua produtividade. Apoiados em Aubert e Haroche (2013), que brilhantemente abordam a questão da visibilidade nas sociedades contemporâneas, defendemos que, no cenário científico-acadêmico atual, a visibilidade institucional se impõe como um mecanismo de legitimidade e reconhecimento, de modo que “ser visível” não é mais questão de escolha em termos de políticas institucionais, é uma condição de sobrevivência. A visibilidade parece atuar como um tipo de dispositivo de controle por meio do qual supostamente se pode julgar a qualidade, a relevância, e, por que não dizer, a utilidade desta instituição.

### **Considerações finais**

De acordo com a definição formulada pelo IBICT, o efeito de sentido que se apresenta como evidente é que o RI se constitui como um “serviço de informação” extremamente útil, algo que funciona como uma ferramenta tecnológica (neutra e objetiva) capaz de prestar um verdadeiro “serviço de utilidade pública”. Em outras palavras, o RI é definido pelo IBICT como um serviço “dedicado” a reunir, armazenar e organizar “tudo” que é produzido na/pela instituição, um serviço que, além de ajudar os pesquisadores-colaboradores da instituição na organização de seus trabalhos, dá a eles maior visibilidade, aumenta o impacto de suas publicações, bastando para isso que eles sejam diligentes e tenham a nobre atitude de fazer o autoarquivamento de seus textos, vídeos e tudo que puder ser compartilhado livremente. Assim, sendo resguardados os direitos autorais por meio de licenças abertas (do tipo *Creative Commons*, por exemplo), supostamente

“tudo” que é produzido na/pela instituição é disponibilizado gratuitamente na Internet para livre acesso, de modo que “todos” podem não só se beneficiar da referida produção, como também verificar com total transparência e fidedignidade numérica os indicadores gerados no repositório e, a partir deles, avaliar a relação custo/benefício desta instituição.

Entretanto, analisando discursivamente esta definição de RI e seu funcionamento, emergem diversos efeitos de sentido que remetem ao fato de que, conforme dito anteriormente, o RI parece funcionar como uma vitrine na qual a instituição expõe aquilo que é tomado como sendo “sua produção”. Esta produção “da instituição” é exposta como uma mercadoria, um bem de consumo que, por ter sido (eventualmente) produzido com dinheiro público, deve ser amplamente disseminado e livremente compartilhado. Nesta vitrine, a própria instituição também é mercadoria e, se desejar manter-se “pertinente” e útil na sociedade, precisa ter seu repositório institucional constantemente atualizado para que, por meio dele, possa ampliar a visibilidade de “sua produção”, possibilitando maior acesso e uso daquilo que é produzido e, desse modo, gerar indicadores estatísticos/quantitativos de sua performance e de sua produtividade.

Ao ampliar a visibilidade institucional, reforçamos o imaginário de que, por meio dela, é possível promover uma efetiva transparência em relação ao uso do dinheiro público. Ao que parece, toda instituição de ensino e pesquisa precisa ter um RI para tornar-se (ela mesma) mais visível e, supostamente, mais reconhecida e mais confiável, como se esta visibilidade pudesse lhe conferir uma espécie de selo de qualidade.

Nossa análise permitiu desfazer esses efeitos, mostrando que suas determinações vêm das “clivagens subterrâneas” (PÊCHEUX, 1994) do arquivo digital. Ou seja, não é sem consequências que se submete a produção científica de todo o país às determinações materiais de um software estrangeiro que propõe uma organização externa ao discurso das bibliotecas, uma organização própria ao discurso de escritorialidade. Como vimos, esse discurso promove uma legitimidade seguindo critérios de quantidade de visualizações e não de reconhecimento por pares, o que vinha caracterizando o funcionamento do discurso da escrita e do discurso acadêmico-científico. A consequência disso é que estamos, com os RI, adentrando uma outra forma de relação com a produção científica do país: estamos aceitando critérios quantitativos e de mercado para a avaliação dessa produção. As consequências disso apenas começamos a delinear no horizonte.

## **Bibliografia**

AUBERT, Nicole; HAROCHE, Claudine. Ser Visível para Existir: a injunção da visibilidade. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Tirantias da visibilidade: o visível e o invisível nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Editora FAP-UNIFESP, 2013. p. 13-29.

FIGUEREDO LIMA, Marcia H. T. de. Consequências do Movimento pelo Acesso Livre – Open Access – e o Direito à Informação Científica. In: SAYÃO, Luis F. et al. (Org.). *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação*. Salvador: Ed.UFBA, 2009. p. 219-230.

GALLO, Solange. M. L. Processo de Legitimação no Discurso de Escritorialidade. In: SEMINÁRIOS DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 7., 2015, Recife. *Anais eletrônicos...* Recife: UFPE, 2016. Disponível em:

<http://anaisdosead.com.br/sead7.html>. Acesso em: 23 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Escritorialidade e Autoria: algumas considerações sobre os repositórios institucionais. In: JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS DO DISCURSO, 3., 2015, Maringá. *Anais eletrônicos...* Maringá: Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2015. Disponível em:

<http://www.anais.jiedimagem.com.br>. Acesso em: 23 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Da escrita à escritorialidade: um percurso em direção ao autor online. In: RODRIGUES, Eduardo A. et al. (Org.). *Análise de Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre – uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas: Editora RG, 2011. p. 219-230.

IBICT. *Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica*. Elaborado por Fernando Leite et al. Brasília: IBICT, 2012. 34p. il. Cartilha. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/703>. Acesso em: 23 jul. 2016.

INDURSKY, Freda. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise de Discurso: Apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p. 77-91.

KURAMOTO, Hélio. A informação científica e seu acesso livre: que direção o Brasil está adotando? *Bibliotecas Universitárias: pesquisas, experiências e perspectivas*. Belo Horizonte, v. 2, edição especial, p. 6-28, fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Mudança nos paradigmas da comunicação científica do terceiro milênio. In: MOURA, Maria Aparecida (Org.). *A construção social do acesso público à informação no Brasil: contexto, historicidade e representações*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 255-266.



MURAKAMI, Tiago. R. M.; FAUSTO, Sibebe. Panorama atual dos Repositórios Institucionais das Instituições de Ensino Superior no Brasil. *InCID: Revista de Ciências da Informação e Documentação*. Ribeirão Preto, v. 4, n. 2. Edição especial, p. 185-201, jul./dez. 2013.

ORLANDI, Eni P. Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana. In: \_\_\_\_\_. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Editora Pontes, 2001a. p. 149-162.

\_\_\_\_\_. Televisão e Memória. In: \_\_\_\_\_. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Editora Pontes, 2001b. p. 179-183.

\_\_\_\_\_. Nem escritor, nem sujeito: apenas autor. In: \_\_\_\_\_. *Discurso e leitura*. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 75-83.

PÊCHEUX, Michel. Ler o Arquivo Hoje. In: Orlandi, Eni P. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Tradução de Betânia Mariani et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 49-59. (Coleção Repertórios).

REPOSITÓRIO da UFSC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br>. Acesso em: 12 dez. 2016.

ROMÃO, Lucília Maria S., LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina; DELA-SILVA, Silmara. Arquivo. In: MARIANI, Betânia; MEDEIROS, Vanise; DELA-SILVA, Silmara (Org.). *Discurso, arquivo e...* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011. p. 11-21.

Data de submissão: 14/12/2016

Data de aceite: 23/12/2016

## **CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA E MATERIALIDADES VOCAIS: QUANDO AS PALAVRAS FALHAM**

SUBJECTIVE CONSTITUTION AND VOCAL MATERIALITIES: WHEN WORDS FAIL

Luciana Iost Vinhas  
Docente da UFPel  
[lucianavinhas@gmail.com](mailto:lucianavinhas@gmail.com)

Liliane de Souza Castro  
PIBIC da FURG  
[lilis.castro@hotmail.com](mailto:lilis.castro@hotmail.com)

**Resumo:** A partir da análise da fala de uma apenada em regime de privação de liberdade na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, localizada na cidade de Porto Alegre (RS), objetivamos refletir sobre a relação entre maternidade e cárcere a partir do aparato teórico da Análise de Discurso de linha francesa. Observamos como, na materialidade significativa, ocorre o atravessamento da estrutura carcerária na fala da apenada, atentando especialmente para as repetições de palavras, compreendidas como um excesso intradiscursivo (ERNST, 2009), o qual remete ao funcionamento da relação entre inconsciente e ideologia. Consideramos que o excesso aponta para algo do Real que não consegue ganhar corpo no Simbólico, sendo possível teorizar sobre os efeitos do Aparelho Repressivo de Estado na forma como a apenada se subjetiva.

**Palavras-chave:** Materialidades vocais; Maternidade; Discurso; Aparelho Repressivo de Estado.

**Abstract:** Analyzing the speech of a female inmate from Madre Pelletier Female Penitentiary, from Porto Alegre (RS), our objective is to think about the relation between maternity and prison through the theoretical apparatus of the French Discourse Analysis. We observed how the trespassing of the prison's structure in the speech of the inmate occurs in the significant materiality. We pay special attention to the repetition of words, which is understood as an intradiscursive excess (ERNST, 2009). This excess refers to the operation of the relation between unconsciousness and ideology. We consider that the excess points to something from the Real that cannot be materialized in the Symbolic. Therefore, it is possible to theorize about the effects of the Repressive State Apparatus in the way the inmate subjectivizes herself.

**Keywords:** Vocal materialities; Maternity; Discourse; Repressive State Apparatus.

## Introdução

Dentre as inúmeras possibilidades de existência material da ideologia, a voz se destaca como representante daquilo que não pode nem deve ser dito. No jogo conflituoso entre as formações discursivas que disputam entre si o protagonismo no processo de interpelação do indivíduo em sujeito, há sempre a possibilidade de algo concernente ao funcionamento do inconsciente burlar o funcionamento “pleno” da ideologia. É com base nesses pressupostos que entendemos, no presente trabalho, que existe uma materialidade que coloca em circulação algo de um lugar próprio do sujeito, lá onde a ideologia não alcança – o impossível do funcionamento da ideologia. Entendemos que se trata de algo que fala sobre a singularidade subjetiva (SOUZA, 2013). Temos, então, a voz como forma de existência material que mais intensamente articula inconsciente e ideologia.

A voz como materialidade de análise, na Análise de Discurso de tradição pècheuxiana (AD), é de recente exploração neste terreno (DOROW, 2002; MALISKA, 2006; PIOVEZANI, 2009; SOUZA, 2013; VINHAS, 2014; VINHAS, 2016; GONÇALVES, 2016). Apesar disso, mostra-se como uma materialidade extremamente produtiva para se compreender sobre as operações discursivas relacionadas à constituição subjetiva. É esse o objetivo do presente artigo: tentar escutar o que a materialidade vocal nos diz sobre a constituição subjetiva de uma apenada da Penitenciária Feminina Madre Pelletier (localizada em Porto Alegre/RS). No entanto, não se trata de uma apenada qualquer, visto que foi obrigada a parir seu filho durante o período em que se encontrava presa. Essa mãe foi entrevistada a fim de se compreender mais sobre o atravessamento da instituição prisional na forma como ela se constitui; os efeitos desse atravessamento podem ser observados na maneira como ela operacionaliza vocalmente aquilo que a determina (de maneira inconsciente e ideologicamente determinada).

Desse modo, trabalharemos sobre a relação que se dá entre a maternidade e o cárcere a partir da forma como a voz opera. Pretendemos identificar, na sua fala, as regularidades que apontam para o atravessamento da estrutura carcerária (e da estrutura subjetiva inconsciente) na constituição da subjetividade desse sujeito, tendo como foco a maternidade. A relevância do tema se justifica na necessidade de refletirmos, enquanto sujeitos ativos na construção da formação social, sobre os efeitos do Aparelho Repressivo de Estado na forma como a apenada se subjetiva enquanto mãe.

## **2 Entre a análise e a teoria: movimento dialético de trabalho sobre o *corpus***

Na Análise de Discurso desenvolvida por Michel Pêcheux, temos que um dos seus pressupostos básicos está ancorado na compreensão de que o dispositivo teórico-analítico procura “compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2003, p. 15). Pêcheux acreditava que a principal base para o funcionamento da ideologia estava materializada na língua, ou seja, seria através da língua que ocorreria o processo de interelação ideológica. Tal é a principal diferença entre o pensamento do autor e de seu mentor, Louis Althusser, o qual tratava do funcionamento da ideologia através dos Aparelhos Ideológicos de Estado, principalmente.

Ao dar relevância especial ao trabalho da língua na forma como o sujeito se des-contraindifica com a ideologia, Pêcheux mobiliza o objeto de estudo da Linguística, por isso se torna impossível um afastamento dessa região do conhecimento na construção do quadro epistemológico do seu dispositivo teórico-analítico. Linguística, Materialismo Histórico-Dialético e Teoria do Discurso, compreendida como a Semântica de base discursiva proposta por Pêcheux, atravessadas pela teoria da subjetividade de natureza psicanalítica (PÊCHEUX; FUCHS, 1997), completam a proposta de investigação da língua como efeito de um trabalho ideológico (e inconsciente).

A questão do trabalho do inconsciente neste jogo foi sendo introduzida gradativamente por Pêcheux no seio de sua teoria. É com o texto que serve de Anexo à obra *Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio* (PÊCHEUX, 2009) que Pêcheux trata da impossibilidade de o sujeito se identificar plenamente com a ideologia, posto que uma das suas características fundamentais é a resistência, e só existe resistência porque o funcionamento subjetivo é regulado pela instância inconsciente. A identificação do sujeito com uma determinada formação discursiva não ocorre, então, de forma plena, posto que a possibilidade de o sentido ser outro (e de ocorrer uma torção do sujeito em relação àquilo que o determina) é próprio desse processo.

Sobre tal ponto, Beck e Esteves (2012) afirmam que a resistência é inerente ao processo de identificação, ao passo que a revolta fala sobre a relação de contraindificação do sujeito com a formação discursiva. Finalmente, com a desvinculação do sujeito com a formação discursiva que o determina, ocorre a desidentificação através da revolução. O

sujeito está sempre regulado pela ideologia; contudo, a forma como ele se relaciona com aquilo que o determina não é sem falhas e é, portanto, sempre passível de ser outra.

As formas como o sujeito consegue fazer flutuar o processo de identificação se dão através da existência material da ideologia. Nesse sentido, temos a língua como principal elemento para concretizar tanto a relação de subordinação do sujeito no que concerne aos discursos com os quais ele se identifica quanto, também, a relação de determinação do inconsciente. Uma palavra, uma expressão ou uma proposição podem significar como materialidades de uma determinada posição ideológica, como, também, podem fazer funcionar algo que está fora do controle do sujeito, na instância inconsciente. É por isso que Freud fala em atos falhos, sintomas, sonhos e chistes: estas seriam as formações do inconsciente, responsáveis por colocar em circulação algo que não faz parte da instância consciente do sujeito interpelado pela ideologia.

No presente estudo, damos importância especial à voz como responsável por inserir na cadeia significante algo justamente dessa ordem – a ordem da falta de controle, a ordem que mais fala do próprio sujeito, da sua singularidade constitutiva. Souza e Pereira (2014) referem que os traços físicos dos sons da fala conduzem o analista a ouvir outra coisa, e essa “outra coisa” tem ligação, justamente, com aquilo que foge à determinação da ideologia e atua à sua revelia.

Os autores, ao analisarem a voz de Marina Lima em duas gravações de uma de suas canções, compreendem a voz como “traço material que constitui o sujeito que canta” (SOUZA; PEREIRA, 2014, p. 152). No presente trabalho, estendemos essa teorização a qualquer sujeito que se apropria da linguagem oral para colocar em circulação sentidos, os quais se materializam nas propriedades físicas da voz, operando, assim, um desdobramento da compreensão de Souza e Pereira (2014).

No entanto, apesar de aqui estarmos mencionando questões referentes à voz como elemento necessário para o processo de constituição do indivíduo em sujeito, em nossa análise, vamos nos deter em um aspecto não próprio das características físicas da voz. Em função disso, recorreremos à designação “materialidades vocais”, ou seja, a diferentes formas de a ideologia ganhar corpo a partir da oralidade. Nesse sentido, decidimos analisar uma certa regularidade na fala da apenada entrevistada no que diz respeito à repetição de determinadas palavras na linearidade significante. Considerando a voz como basilar para as reflexões sobre a relação entre inconsciente e ideologia no processo de



subjetivação dos indivíduos em sujeitos, vamos nos deter em uma das particularidades materializadas na linguagem oral, a qual não tem lugar para ocorrer na escrita, considerando essa materialidade como parte daquilo que compõe a voz. As repetições, então, são aqui entendidas como uma forma de materialização da relação entre ideologia e inconsciente, e esse constituinte da materialidade vocal também fala daquilo que singulariza a constituição subjetiva no âmbito do som. Embasamos nossa proposta a partir do exposto em Orlandi (1990, p. 87):

Desses processos de distanciamento dos mecanismos que domesticam o plural dos sentidos (tanto pela consensualidade do social como pela coerção de um “interior”), resulta que, no discurso de amor não temos polifonia (concerto de vozes harmônicas) mas **cacofonia**: rupturas, murmúrios, explosões da forma, explosões que não são apenas possíveis mas desejadas. Um amálgama de vozes. Sentidos difusos. Desorganização das construções (do corpo da linguagem e de seu sentido) que marcam a presença de **dois**, no discurso de **um**.

Considerando que nossa análise está baseada na fala de uma apenada que se refere ao filho recém-nascido na prisão, entendemos a necessidade de relacionar a “cacofonia” referida por Orlandi, enquanto algo de estranho que irrompe na linearidade significativa através de diferentes formas físicas (rupturas, murmúrios, explosões da forma etc.), à singularização na constituição subjetiva, sendo as repetições aqui mencionadas como elementos que apontam para esse processo. A citação de Orlandi se mostra ainda mais produtiva por a autora relacionar a voz ao discurso de amor, o que facilmente pode ser remetido à fala da mãe ao tratar do filho.

Ainda precisamos comentar um pouco sobre as condições de produção do discurso, tendo em vista que a entrevista foi realizada com uma apenada que estava em regime de privação de liberdade na Penitenciária Feminina Madre Pelletier no ano de 2013. Necessitamos colocar em circulação os sentidos de que a mulher entrevistada, mãe de dois meninos, estava inserida na prisão (aqui compreendida como braço executor do Aparelho Repressivo de Estado, nos termos defendidos por Althusser). As marcas identificadas na fala da apenada apontam tanto para o funcionamento da ideologia quanto para o funcionamento do inconsciente, sendo que a relação com a ideologia se dá pelo

atravessamento do Aparelho Repressivo de Estado na forma como a apenas se subjetiva.

Podemos começar nosso movimento dialético entre teoria e análise a partir do recorte apresentado em (01). A apenas explica como ela escolheu engravidar de seu segundo filho, de forma planejada, mas, mais tarde, acabou por se arrepender da gravidez e tentou, de diversas formas, abortar. Não conseguindo fazê-lo, disse que, depois de parir a criança na prisão, a encaminharia para adoção. No entanto, depois de seu nascimento, decidiu por mantê-la consigo:

(1) Primeira sequência discursiva recortada da fala da apenas:

SD1: aí eu dizia não mas eu não quero essa criança **não quero não quero não quero** ele vai sofrê comigo vô dá ele pra alguém... aí dizia qui ia dá... até qui quando eu vi o nenê... aí sabe fico aquele alvoroço eu falei assim não eu não vô dá o meu filho esse é **MEU** filho...tá...mas tu não disse que ia dá? Eu disse não esse daqui é **MEU**...não vai sê de mais ninguém...ih eu vô registrá no **MEU** nome...ele é **MEU** filho... né... no caso o outro é meu também... só qui ele tem o sobrenomi do pai mas esse daqui é **MEU** só **MEU**.

Percebemos, na fala da apenas, a ocorrência de repetições de palavras/expressões que apontam para sentidos relacionados ao processo de interpelação ideológica que dizem respeito à maternidade. Em especial, conforme destacado na sequência, chama a atenção a recorrência do possessivo MEU, fazendo referência ao filho que nasceu enquanto ela estava na Penitenciária. Quando a entrevista foi realizada, a criança estava quase completando seis meses de vida, momento em que deveria ser retirada da prisão e seguir para os cuidados de alguém de fora.

Ao chamarmos atenção para o excesso de emprego do possessivo (com base em Ernst, 2009), podemos compreender mais sobre o funcionamento da ideologia e do inconsciente. Apesar de a apenas ter ciência de que a criança sairá da prisão para ser acolhida por outras pessoas, esquece da falta de controle sobre o que acontecerá com seu filho e marca, através da repetição linguística na linearidade significativa, a impossibilidade de o filho ser somente dela. Em um primeiro momento, ela deseja retirar a criança em formação de seu corpo; em seguida, depois do seu nascimento, decide que a criança

seria somente sua, começando por seu nome, pois o bebê receberia o seu sobrenome (ao contrário do que ocorrera com o seu primeiro filho).

Interpretamos que, mesmo afetada pelo funcionamento do Aparelho Repressivo de Estado, o qual tem o objetivo de normatizar as subjetividades e transformá-las em corpos regulados por leis, a apenada se posiciona de forma contrária àquilo que a lei determina, materializando o desejo de ter o filho sempre perto de si, apesar do afastamento iminente. Essa contradição ganha forma de existência material através da repetição da palavra MEU, que coloca em circulação a identificação da apenada com o lugar discursivo materno e, ao mesmo tempo, questiona os saberes jurídicos que a determinam. Além disso, ao dizer que o filho teria o seu sobrenome, e que a criança seria registrada no seu nome, a mãe materializa o avesso do discurso androcêntrico e patriarcal, posicionando-se de forma contrária àquilo que ocorrera com o seu primeiro filho, quando foi direcionada para registrá-lo no nome do homem com quem teve somente uma relação sexual – uma relação sexual planejada durante o seu período fértil, porque desejava engravidar.

O uso em excesso do possessivo coloca em circulação aquilo de uma ordem que foge ao controle da ideologia, pois diz respeito a algo que é próprio do funcionamento da singularidade subjetiva. Ao mesmo tempo, questionamos se essas repetições estão operando no sentido de negar os efeitos do Aparelho Repressivo de Estado na forma como se subjetiva, posto que, em pouco tempo, o filho deixaria de ser *dela dela dela* e passaria aos cuidados de uma pessoa de fora da penitenciária. E nessa contradição que o sujeito se constitui e revela a sua própria constituição.

É na repetição que a apenada dá vida ao impossível da língua, ao real da língua: a língua, caracteristicamente incompleta, foge ao controle do sujeito. O sujeito não sabe que não consegue controlar o que diz (esquecimento número 2), e o excesso de emprego da palavra MEU vai na direção de que o sujeito jamais vai conseguir expressar linguisticamente tudo o que sente, o seu desejo subjetivo. Quando o sujeito se depara com essa impossibilidade, surge aquilo não previsto no funcionamento das formações discursivas: surge a falha no ritual, o equívoco na língua. Todo esse funcionamento é regulado pelo esquecimento número 2.

Sendo assim, ao analisarmos como o Aparelho Repressivo de Estado (ARE) afeta a subjetividade de uma apenada na condição materna, concluímos que essa relação se materializa através das marcas linguísticas na fala da apenada. Nesse sentido, invocamos

um dos três conceitos-chave abordados por Ernst (2009), em que, no discurso em análise, percebemos o excesso na repetição de expressões que a apenas utilizou para referir-se à sua relação com os filhos, provavelmente buscando afirmar a relevância dos sentidos relacionados à maternidade e expressando algo da ordem da subjetividade, ou seja, algo que o sujeito está impedido de materializar linguisticamente.

É dessa forma que pensamos sobre essa repetição como a ideia de *excesso* trazida por Ernst (2009), constituindo-se como um “acréscimo necessário” ao sujeito que visa a garantir a estabilização de determinados efeitos de sentido em vista da iminência (e perigo) de outros a esses se sobreporem. Dessa forma, a apenas busca enfatizar a forma como vê a si mesma e ao filho na relação materna: É DELA, SÓ DELA. Além disso, a questão do significante que tange ao sobrenome (somente dela) dado à criança nos dá indícios de o quanto ela faz questão de ter esse filho só para ela. Parece que a repetição aponta para algo que o sujeito não consegue materializar linguisticamente; o excesso sinaliza algo que não pode ser simbolizado, mas significa no sujeito através da repetição.

Trazemos, ainda, mais duas sequências discursivas para análise. A apenas conta sobre a tentativa de abortar o segundo filho. É importante mencionar que ela decidiu engravidar porque estava em um relacionamento com outra mulher, e as duas planejaram juntas a gravidez. No entanto, a apenas disse que só concordaria se quem engravidasse fosse ela. Na terceira sequência, a apenas fala sobre o seu primeiro filho, o qual não está com ela na prisão.

(2) Segunda sequência discursiva recortada da fala da apenas:

SD2: mas no começo como eu tive muita dificuldade di... por causa di tá na casa da mulher di favor minha mãe passando fomi meu filho passando fomi... ih tudo eu tentei tirá... o nenê... tipo no começo eu não tava mais aceitando mais a gravidez... já não tava mais com a guria tava sozinha solteira... abandonada vamô dizê assim... ih eu não aceitava mais a gravidez... não queria mais um nenê... dizia não... não quero mais essa criança... **não quero não quero não quero**... aí eu tomei comprimido aquele que toma ih toma por baixo né tudo... daí isso foi indo.

(3) Terceira sequência discursiva recortada para a análise:

SD3: ele tá na S.O.S... casas di acolhimento para crianças desamparadas...daí ele tá lá... já faz **nove meses** qui eli tá lá **nove meses qui eu não**

**vejo ele...** ontem fez **nove meses que eu não vejo ele...**então tá assim...to  
desaBANdo né.

Na segunda sequência discursiva, a apenada utiliza-se da repetição da expressão “não quero” para reiterar o quanto a gravidez havia se tornado algo fora de sua vontade, por sua condição enquanto mãe solteira, enquanto pessoa que já havia sido presa e que estava novamente realizando atividades relacionadas ao tráfico. Não querer um filho naquelas condições parecia ser “o correto”, de acordo com os saberes constituídos historicamente acerca da maternidade, que colocam em circulação que a boa mãe seria aquela heterossexual, zelosa, “correta”, e não uma “fora da lei”. Mais uma vez, a apenada marca, pelo *excesso* intradiscursivo, a reiteração desses saberes.

Na SD3, o excesso da expressão “nove meses” na fala da apenada, além de enfatizar a relação temporal em que não tem contato com o outro filho, aponta também para uma falta subjetiva: a apenada não consegue, através dos mecanismos sintáticos e enunciativos da língua, expressar o que sente sobre a sua relação com o filho. A falta que sente desse filho se materializa no excesso observado na fala da mãe. Isso significa que a língua não dá conta de materializar aquilo que é da ordem do impossível, que não pode e não deve ser simbolizado, mas resiste, produzindo efeitos na ordem significativa. É nesse sentido que podemos dizer que as repetições marcam a relação entre o desejo do sujeito e a incompletude da língua.

Lembramos, aqui, de Souza (2011), quando o autor faz referência a um texto de Orlandi que trata sobre discurso e amor.

O discurso de amor”, diz Orlandi – “está sempre prestes a romper o limiar da transgressão e do non-sense”. Trata-se de uma modalidade de discurso que se deixa levar ao máximo pela incompletude da linguagem. Entretanto, se se leva em conta a contradição e a dispersão inerente a toda formação discursiva, o discurso de amor se caracteriza por expor o dizer à sua mais absurda irreverência. Trata-se de lançar um desafio à linguagem que, em sua ordem própria, toca qualquer discursividade, ou seja, trata-se de perturbar o vínculo entre as palavras e os sentidos por um descompromisso com a ordem (SOUZA, 2011, p. 92).

No que diz respeito à análise aqui empreendida, entendemos que, pelas materialidades vocais, é preciso se aproximar do funcionamento desse “discurso de amor”, percebendo quando a incompletude da linguagem ganha concretude material. A apenas, então, desafia a linguagem através das repetições, provocando-a para que palavras digam aquilo que ela sente, do impossível subjetivo ser colocado na materialidade significativa. É assim que o discurso de amor permite remeter “diretamente à esfera do sujeito e à de sua singularidade (eu diria ao plano em que o dizer é pura possibilidade de subjetivação, à revelia inclusive da ordem de discurso que atravessa sua fala)” (SOUZA, 2011, p. 92-93).

### **Para um efeito de conclusão**

Concluindo a presente reflexão, podemos afirmar que a forma como a apenas se subjetiva estaria vinculada a saberes da ordem da maternidade, sendo que o atravessamento da estrutura carcerária produz efeitos no sentido de a apenas desejar ter o filho somente para si, apesar de a lei não permiti-lo. Essa contradição entre o funcionamento da lei e o desejo subjetivo produz um excesso na materialidade vocal que materializa um impossível da língua e da própria voz. Consideramos que o excesso aponta para algo do Real que não consegue ganhar corpo no Simbólico, sendo possível teorizar sobre os efeitos do Aparelho Repressivo de Estado na forma como a apenas se subjetiva.

Interpretamos que esse excesso tem relação com a resistência. E é por isso que encerramos a presente reflexão com uma citação de Pêcheux (1990, p. 17) sobre o tema. Segundo o autor,

[...] não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar; alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras...

As repetições, entendidas como da ordem da materialidade vocal, também poderia ser acrescidas aos jogos subjetivos (ideológicos e inconscientes, portanto) que o funcionamento da língua permite que aconteçam.



## Bibliografia

BECK, M.; ESTEVES, P. M. O sujeito e seus modos – identificação, contraidentificação, desidentificação e superidentificação. *LEITURA: Análise do Discurso: objeto e método*, Maceió, v. 2, n. 50, jul./dez, 2012. Disponível em <http://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/1152>. Acesso em: 22 abr. 2015.

DOROW, C. M. F. *A ironia no discurso do tribunal do júri: um fazer marcado pela prosódia*. 2002. 167 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2002.

ERNST, A. G. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do *corpus* discursivo. Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 4. ed., 2009, Porto Alegre, RS. *Anais do IV SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2016.

GONÇALVES, J. S. S. *A voz no discurso jurídico: o Supremo Tribunal Federal entre a madeira e o vento*. [Trabalho apresentado no I Colóquio Internacional sobre Voz: abordagens em Análise de Discurso e Psicanálise]. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MALISKA, M. E. A voz e a angústia. In: LEITE, N. V. (Org.). *Corpolinguagem*. Angústia: o afeto que não engana. Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 149-156.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: Princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

\_\_\_\_\_; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 163-252.

SOUZA, P. Gritos e sussurros: rasgos vocais em discurso. In: RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L.; BRANCO, L. K. A. C. (Org.). *Análise de discurso no Brasil: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas: Editora RG, 2011. p. 87-106.

\_\_\_\_\_. O sujeito no discurso: modulações operadas pelo drama na voz. In: PETRI, V.; DIAS, C. (Org.) *Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: Editoria da UFSM, 2013. p. 175-190.

\_\_\_\_\_; PEREIRA, F. J. M. Entre o corpo e a enunciação. O retorno à voz em Marina Lima. *RUA [online]*, n. 20, 2014.

VINHAS, L. I. *Discurso, corpo e linguagem: Processos de subjetivação no cárcere feminino*. 2014. 303 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

\_\_\_\_\_. Elementos para a consideração da materialidade prosódica na constituição do arquivo. *Fórum Linguístico*, v. 13, p. 1022-1036, jan./mar. 2016.

Data de submissão: 14/12/2016

Data de aceite: 22/12/2016

## **NEGRO É O INFERNO! UM ENSAIO SOBRE AS CORES DOS HOMENS, DOS DEMÔNIOS E DOS DEUSES**

BLACK IS HELL! AN ESSAY ABOUT MEN'S COLORS, DEMONS AND GODS

Walker Douglas Pincerati<sup>1</sup>  
Docente da Unipampa  
[pincerati@gmail.com](mailto:pincerati@gmail.com)

**Resumo:** Neste texto, problematiza-se o par *negro.branco* na formação social brasileira, trabalhando a hipótese de que 'negro' não é cor, mas a metáfora do corpo do ser infernal. Estatísticas oficiais, a história da formação do Brasil, um enunciado de um Deputado Federal Pastor, o quadro *Libertação dos Escravos* de Pedro Américo (1889) e a história da construção das catedrais góticas medievais são evocadas para analisá-lo, o par, desde o ponto de vista linguístico-discursivo. Nota-se, destarte, uma longa história do alinhamento dos significantes *branco-luz-deuses-céu-liberdade...* e *negro-escuridão-demônios-inferno-escravidão...* atuando ainda no nosso país.

**Palavras-chave:** Negro; História do negro; História do Brasil; Iluminismo; Artes.

**Abstract:** The aim of this paper is to question the pair *black.white* in the Brazilian social construction. The hypothesis approached is that 'black' is not color, but a metaphor for the body of an infernal being. Official statistics, the history of the Brazilian formation, a Pastor and Federal Deputy's statement, the painting *Liberation of Slaves* (1889) by Pedro Américo, and the story of gothic cathedrals in the Middle Ages, are evoked as references for the analysis from a linguistic-discursive standpoint. It is worth mentioning that a long story of alignment of the signified *white-light-gods-heaven-freedom...* and *black-darkness-demons-hell-slavery...* are still in process in our country.

**Keywords:** Black people; Black people history; History of Brazil; Enlightenment; Arts.

---

<sup>1</sup> É professor adjunto da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA Jaguarão, doutor em Linguística pela UNICAMP, imortal da ALBSC seccional Jaraguá do Sul, pesquisador-convidado no Centro de Pesquisa *Outrarte*: psicanálise entre ciência e arte (IEL/UNICAMP).

## 1 Inferno dos negros

*Como dizia o padre Viera, montava-se a nova versão do inferno nas terras desses longínquos Brasis. O inferno feito não mais da tinta vermelha da madeira, mas dos corpos dos escravos combinados às fornalhas dos engenhos.*

Schwarcz e Starling (2015, p. 66)

### 1.1 Apresentação do ser negro no Brasil

*Embora a Constituição de 1824 definisse como iguais a todos os homens livres, incluídos aí os libertos, na prática os descendentes de escravos foram sistematicamente excluídos das benesses do Estado. Não por acaso, nesse contexto de reivindicações generalizadas, os negros ganharam as ruas, defendendo seu direito de serem incluídos na nação e no Estado que ia se constituindo.*

Schwarcz e Starling (2015, p. 254)

Como o desejo neste texto é provocar e avançar na reflexão sobre a formação do discurso racista vigente na sociedade brasileira; discurso esse que tem efeitos de sentidos nefastos – como logo se verá – no corpo dos homens e das mulheres não-brancos e não-brancas, não há como não começar com uma definição de *racismo*.

Contudo, como o objetivo aqui não é tratar especificamente do racismo, mas sim problematizar a *cor da pele* como fonte de mal-estar ao e no *corpo do ser negro*, tomarei a definição – longa, mas satisfatória porque abrange temas que surgirão adiante – dessa noção constante na *Introdução do Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2009-2010: Constituição cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça*, organizado e publicado pelo Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Sociais (LAESER), nucleado no Instituto de Economia da Universidade do Rio de Janeiro (IE/UFRJ):

O preconceito social, étnico e racial denota uma predisposição psicológica de um indivíduo contra o outro que não lhe é igual em termos econômicos [...], fenotípicos [...] ou culturais [...]. Embora nem sempre isso ocorra, estes planos econômicos, fenotípicos e culturais podem estar mesclados, se reforçando mutuamente.

Esta predisposição parte de associações psicológicas entre o portador do preconceito e o alvo de seu menosprezo, associando-o – por ignorância, tradição, distúrbios mentais, ojeriza, ódio, má-fé ou por interesses puramente instrumentais de ganhos materiais, políticos e simbólicos com o rebaixamento da condição social de quem lhe é diferente – a algum conjunto de atributos negativos nos mais variados aspectos. *Tal sentimento*

*não chega a se manifestar necessariamente através de uma prática discriminatória, podendo ser portada pelos sujeitos preconceituosos de forma oculta. Todavia, o preconceito atua no sentido do afastamento entre o sujeito e o objeto (na verdade, outros sujeitos) dos sentimentos preconceituosos. Quase inevitavelmente, em algum momento, este preconceito se revelará ao mundo em determinadas situações de contato interpessoais, especialmente diante de momentos de contenda. Assim, quando tais predisposições transcendem o aspecto puramente psicológico e se tornam uma prática social, elas se derivam para práticas discriminatórias. (PAIXÃO et al., 2010, p. 20-21; ênfase minha).*

Antes de comentar essa citação, é importante assinalar que a noção de *corpo* operante aqui é simbólica. Ou seja, o corpo é entendido como *efeito* da inscrição no organismo do significante. Não se despreza, portanto, os efeitos psíquicos e psicossomáticos que incidem e constituem o corpo do homem e da mulher *de cor* desde seu nascimento ou mesmo antes dele. O padrão de beleza não é preto ou pardo; os anjos, os príncipes e as princesas nos desenhos infantis não são *de cor*; as árvores genealógicas dos pretos e pardos foram cortadas na escravidão... Muito mais poderia ser dito, mas isso basta para se considerar que o sofrimento do corpo negro é provocado no seio da civilização ocidental, onde vige a ideologia racista que antagoniza significativamente *branco* e *negro*.

Essa ideologia, que funciona em silêncio, tem se manifestado no Brasil de forma patente, dado o momento atual de forte dualismo e contendas na política nacional. Além do mais, pululam nas redes sociais manifestações e acusações de cunho racista, uma vez que não só o tema foi posto em pauta pelos governos petistas, como também pela luta pela “liberdade de expressão” na internet exercitada e defendida por todos os grupos e facções políticas, econômicas e religiosas. Há, ademais, as contendas relativas ao avanço dos programas das ações afirmativas, como as cotas nas universidades federais brasileiras em diversos níveis. Isso será retomado adiante.

Especificamente neste ponto, é curioso observar que no debate *a favor versus contra* relativo às ações afirmativas à população *de cor* não entra em pauta a Resolução 68/237, de 23 de dezembro de 2013, da Assembleia Geral das Nações Unidas, que proclama a *Década Internacional dos Afrodescendentes*. Ela começou no dia 1º de janeiro de 2015 e terminará no dia 31 de dezembro de 2024, e tem como tema *Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento* (UNITED NATIONS, 2014a).

Nessa proclamação da *Década Internacional*, todos os países membros, logo o Brasil também, são convocados à adoção concreta e à efetiva implementação daquilo que estabelecem a *Declaração e Programa de Ação de Durban* e a *Convenção Internacional para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial*: a adoção concreta e efetiva implementação de instrumentos, políticas e programas de combate e eliminação do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e da intolerância, com ênfase particular às mulheres e às crianças e jovens (UNITED NATIONS, 2014b, p.4, 5). Isso porque, justifica a Resolução 69/16, de 18 de novembro de 2014, da mesma Assembleia:

Estudos e achados de corporações internacionais e nacionais demonstram que os afrodescendentes ainda têm acesso limitado e desqualificado à educação, saúde, moradia e seguridade social. Em muitos casos, sua situação permanece *largamente invisibilizada e insuficientemente reconhecida*, bem como não são respeitados seus esforços para remediar e compensar sua condição presente. (UNITED NATIONS, p. 3, ênfase minha).<sup>1</sup>

Essa última Resolução, que consiste num amplo programa de atividades a ser implementado na *Década Internacional* (UNITED NATIONS, p.5-12), determina, dentre várias outras atividades, (i) o estabelecimento de legislação anti-discriminação direta ou indireta, (ii) ferramentas legais de monitoramento da efetivação dessa legislação, (iii) adoção de programas de combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância, (iv) a implementação no currículo educacional da história, cultura e contribuição da população afrodescendente, (v) ações que promovam a efetiva participação dos afrodescendentes nas estruturas públicas e políticas, com a promoção dos direitos humanos, e...

Assegurar que os livros didáticos e outros materiais escolares expressem fatos históricos de forma acurada, no que diz respeito a tragédias e atrocidades no passado, em particular a escravidão, o tráfico de escravos, o comércio transatlântico de escravos e o colonialismo, de modo a evitar a perpetuação de estereótipos e a distorção ou a falsificação desses fatos, as quais podem levar ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância. Inclui-se o papel dos respectivos países no:

(i) suporte a pesquisas e iniciativas educacionais;

---

<sup>1</sup> Todas as traduções neste texto são minhas.



(ii) reconhecimento às vítimas e seus descendentes pelo estabelecimento de locais de memória nos países que se beneficiaram e/ou foram responsáveis pela escravidão, o tráfico de escravos, o comércio transatlântico de escravos, o colonialismo e o passado trágico onde não há nada, bem como nos pontos de partida, chegada e relocação; assim como pela proteção de locais culturais relacionados. (UNITED NATIONS, p. 6).

Em face disso, são dignas de nota as manifestações expressivas de políticos, de membros do judiciário, de religiosos, de educadores e de parte da mídia brasileira em desqualificar, atacar e amaldiçoar a África, suas culturas e seus habitantes, as manifestações culturais e religiosas de matriz africana, as políticas de ações afirmativas, o Estatuto da Igualdade Racial, dentre muitas outras contendas e embates que temos assistido, lido e ouvido no Brasil (cf. MAGNONI, 2016). Há uma nítida ocultação ou abatimento da *questão negra* no Brasil (cf. PINCERATI, 2008).

Qual é a tarefa do linguista em face dessa demanda? Ora, o racismo é um fato de linguagem, pois é fruto da atividade humana, da organização das sociedades e do trabalho histórico da ideologia. Tanto é que a noção de ‘raça’ na espécie humana não é validada pela Genética, conquanto funcione “perfeitamente” no seio da sociedade ocidental. Pertence, portanto, ao campo do discurso, ao campo da linguagem. Se “na vida dos indivíduos e das sociedades, a linguagem constitui o fator mais importante que qualquer outro” (SAUSSURE, [1916] 2002, p.14), uma análise linguístico-discursiva das formas de manifestação da ideologia racista instanciadas nos dizeres abre o debate à *questão negra* no Brasil. A necessidade de reconhecimento dessa questão emana dos documentos já trazidos e a serem ainda trazidos logo mais aqui. No plano nacional, essa questão urge ser pautada para não ser abatida. Passemos, então, aos números.

## 1.2. Números negros

*Num território marcado pela escravidão de africanos, o mero fato de ser de uma cor diversa do negro já representava mérito com direito a nobilitação. [...] O que definia a nobreza no Brasil era o que ela não fazia. [...] Talvez por isso persista aqui um preconceito contra o trabalho manual, considerado símbolo de atividade “inferior” e menosprezada.*

[...]

*Numa sociedade escravocrata, todo trabalho físico e que demandasse esforço era considerado aviltante, e assim relegado aos africanos. Por sinal, cor virou uma régua para essa sociedade que a eles vinculava o labor braçal.*

[...]

*Foi o mesmo Antonil quem bem definiu a colônia como “Inferno dos negros, Purgatório dos brancos”. Tudo convergia para a palavra “inferno” [...].*

(SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 68, 98, 96).

Foi dito que no plano internacional se desenha a preocupação de identificação e reconhecimento do racismo, a fim de levantar o silêncio, combatê-lo e eliminá-lo. O levante dessa necessidade, como grifado acima, desvela uma face oculta do racismo.

A face institucional do racismo – ou do racismo institucional –, um legado da escravidão brasileira dos africanos, é desvelada na *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016*, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE. A *Síntese* é um documento que, ano a ano, apresenta “um quadro abrangente e integrado, considerando as distintas dimensões que envolve a elaboração de um sistema de indicadores sociais, como demografia, famílias, educação, trabalho, distribuição de renda e domicílio.” (IBGE, 2016, p.6).

A construção desse quadro não prescindiu da análise das desigualdades de gênero, cor ou raça e de rendimento, que são tratadas de forma transversal ao longo dos sete capítulos que compõe essa *Síntese*. Dentre as várias fontes de informação consultadas e utilizadas para a construção dos indicadores, deve-se mencionar a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2015*, que abrange todo o território nacional, e o *Censo Demográfico 2010*, ambos de responsabilidade do IBGE. Leiamos os números, abaixo reproduzidos, relativos à cor ou raça constantes na *Síntese 2016*, e observemos que, no seu conjunto, eles demonstram um fato: que todas as taxas demonstram que a população de cor ou raça preta ou parda brasileira, se comparadas às taxas relativas à população branca, está estruturalmente alijada das benesses sociais.

- a) Em 2015, a população brasileira foi de cerca de 204,9 milhões de pessoas (IBGE, 2016, p.11). Desse total, 51,5% são mulheres e 48,8%, homens (IBGE, 2016, p.18). No que tange à cor ou raça, “[...] mais da metade (53,9%) das pessoas se declararam de cor ou raça preta ou parda, enquanto o percentual das que se declararam brancas foi de 45,2%.” A proporção de declarantes no Nordeste é de 77,3%, no Centro-Oeste de 59,9%, no Sudeste de 46,2% e no Sul de 22,3%. Entre os homens, 55,2% se declararam de cor ou raça preta ou parda; entre as mulheres a proporção é de 52,7%. A proporção da população que se declarou

preta ou parda foi muito mais elevada nos grupos de 10 a 14 e 15 a 19 anos de idade “[...] com valores acima de 58,0%, para ambos os sexos [...]”, e “[...] este indicador descende com o aumento do grupo etário, ou seja, o indicador atingiu menor valor no grupo de 70 anos ou mais de idade, sendo de 46% para homens e 42,4% para mulheres [...]”. (IBGE, 2016, p. 18).

- b) Em 2015, a taxa de fecundidade – que “[...] mede o número de filhos nascidos vivos que uma mulher teria ao fim do seu período reprodutivo” – foi de 1,72 filhos por mulher, representando, em relação a 2005, uma queda de 17,7%. Nesse montante, o diferencial na fecundidade por cor ou raça e por escolaridade da mulher foi este: entre as mulheres de maior escolaridade e brancas, 41,6% não teve filhos e 51,8% teve um ou mais; das mulheres com menos escolaridade e pretas ou pardas, 35,9% não tiveram filhos e 63,4% tiveram um ou mais. (IBGE, 2016, p. 20). Ou seja, na distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por cor ou raça e grupos de anos de estudos, com indicação de filhos nascidos vivos, é maior entre as pretas e pardas com menor escolaridade do que entre as brancas com maior escolaridade.
- c) No quesito mortalidade infantil, segundo os dados da PNAD 2013 reproduzidos na *Síntese 2016*, “[...] no que tange à cor ou raça, as crianças pretas ou pardas são as que mais residem em domicílios com insegurança alimentar (43,1%), em todos os seus graus”, sendo maior o potencial de insegurança das crianças que vivem em domicílios rurais (48,6%). (IBGE, 2016, p. 39). Reproduzo o quadro completo de taxas da distribuição percentual das crianças com até 4 anos de idade, por situação de segurança alimentar do domicílio:

**Tabela 1.** Taxas da distribuição percentual das crianças com até 4 anos de idade por situação alimentar do domicílio

	<i>Meninos</i>	<i>Meninas</i>	<i>Branca</i>	<i>Preta ou Parda</i>	<i>Urbana</i>	<i>Rural</i>
<i>Insegurança grave</i>	4,8	4,9	2,7	6,8	4,1	8,5
<i>Insegurança moderada</i>	6,5	6,5	4,2	8,8	5,6	11,1
<i>Insegurança leve</i>	22,8	22,9	18,2	27,5	21,6	29,0
<i>Segurança alimentar</i>	65,9	65,7	74,9	56,9	68,6	51,4

Fonte: IBGE (2016, p. 40).

- d) No tocante ao acesso à educação superior, na faixa etária entre 18 a 24 anos, a *Síntese 2016* diagnóstica: “A adequação dessa faixa etária ao ensino superior ainda é bastante desigual dependendo das características de cor e raça. O total de pessoas de cor preta ou parda dessa faixa etária que cursam o ensino superior, em 2015, era de 12,8%. Esse percentual representa um crescimento significativo em relação a 2005 (7,3 pontos percentuais), mas ainda ficou abaixo do percentual alcançado pelos jovens estudantes brancos 10 anos antes (17,8%) [...]. Um dos fatores responsáveis por agravar a desigualdade de cor ou raça no acesso ao ensino superior é o atraso escolar, o qual afeta mais os estudantes pretos ou pardos em comparação com os estudantes brancos. Em 2015, 53,2% dos estudantes pretos ou pardos de 18 a 24 anos de idade cursavam níveis de ensino anteriores ao ensino superior, como o fundamental e o médio, enquanto apenas 29,1% dos estudantes brancos estavam nessa mesma situação [...]” (IBGE, 2016, p.62).
- e) No conjunto de pessoas com 18 anos de idade ou mais residentes em domicílios particulares, no que tange à (i) autoavaliação do estado de saúde em regular, ruim ou muito ruim, (ii) pessoas que não concluíram o ensino fundamental, (iii) pessoas em domicílio sem acesso simultâneo à água por rede geral, esgotamento por rede geral ou fosse séptica e lixo coletado, (iv) pessoas sem acesso à internet no domicílio e (v) pessoas em domicílio sem máquina de lavar, a *Síntese 2016*, lançando mão de dados da *Pesquisa Nacional de Saúde* de 2013, do IBGE, concluiu que, “como resultado, tem-se uma constante de maiores exposições a todas às carências estudadas pela população de cor ou raça preta ou parda e pelas pessoas com menos rendimento. Destaca-se que 37,8% da população adulta preta ou parda avaliou sua saúde como regular, ruim ou muito ruim, contra 29,7% da população branca. Pretos ou pardos estavam 73,5% mais expostos a viver em um domicílio com condições precárias do que brancos (38,7% dos pretos ou pardos, contra 22,3% dos brancos). Ao mesmo tempo, 53,1% das pessoas pretas ou pardas de 18 anos ou mais de idade estavam em domicílio sem máquina de lavar, contra 27,2% da população branca.” (IBGE, 2016, p. 85). Além disso, a análise da *Síntese 2016* expressa as “[...] desvantagens para as pessoas de cor ou raça preta ou parda, com uma expressiva maioria sem plano de saúde (78,8%), me-

nor acesso à saúde e maior exposição a riscos.” (IBGE, 2016, p.85). Eis um resumo do quadro esquemático com as informações numéricas e em pontos percentuais extraídas do gráfico em que tais conclusões são demonstradas pela *Síntese* (IBGE, 2016, p. 88):

**Tabela 2.** Taxas da distribuição percentual das crianças com até 4 anos de idade por situação alimentar do domicílio

	<b>Total</b>	<b>Branco</b>	<b>Pretos ou Pardos</b>
<i>Número de indivíduos</i>	146.308.458	69.441.261	74.873.046
<i>Pessoas sem plano de médico ou odontológico</i>	69,7	60,1	78,8
<i>Pessoas que se sentiram discriminadas no último serviço de saúde</i>	10,6	9,5	11,5
<i>Pessoas com autoavaliação de saúde regular, ruim ou muito ruim e que não consultaram médico em um ano</i>	6,0	4,2	7,5
<i>Pessoas com sintomas de depressão</i>	7,9	7,5	8,3
<i>Pessoas que declaram fumar algum produto do tabaco</i>	14,7	13,0	16,4

Fonte: IBGE (2016, p. 88).

- f) Ainda no quesito desigualdade de renda, a conclusão da *Síntese 2016* é de que, embora tenha sido atenuada nos últimos anos, “[...] a população permanece segmentada por cor ou raça. Pretos e pardos representam, em 2015, 54,0% do total da população, mas 75,5% das pessoas com os 10% menores rendimentos (contra 23,4% de brancos), ao mesmo tempo em que eram apenas 17,8% das pessoas no 1% com os maiores rendimentos, contra 79,7% de brancos.” (IBGE, 2016, p. 96).
- g) No quesito específico do domicílio, “o acesso domiciliar aos serviços de saneamento guarda forte correlação com a cor ou raça da pessoa de referência do domicílio.” (IBGE, 2016, p. 102). A *Síntese 2016* observa que houve evolução do acesso simultâneo dos três serviços básicos – abastecimento de água por rede geral, esgotamento por coleta ou pluvial, coleta direta ou indireta de lixo – “[...] entre os domicílios em que a pessoa de referência é branca, em comparação com aquelas onde a pessoa de referência é preta ou parda. Em 2015, os domicílios onde a pessoa de referência é branca tinham uma cobertura 16,6 pontos percentuais superior à verificada entre os domicílios com pessoas de referência pretas

ou pardas. Trata-se de uma diferença considerável, ainda que inferior à verificada em 2005, de 20,6 pontos percentuais.” (IBGE, 2016, p. 102-103).

- h) No que concerne à categoria domicílio próprio já pago, última característica analisada na *Síntese 2016*, a diferença entre aquele em que a pessoa de referência é branca (70,4%) não é grande em relação àquele em que a pessoa de referência é preta ou parda (69,5%). Contudo, na categoria domicílio próprio ainda pagando, em 2015 a diferença consistia de 6,1% daqueles com pessoa de referência branca e 3,9% – ou seja, 36% menor – daqueles cuja pessoa de referência é preta ou parda. “Esse padrão vem se repetindo em todos os anos da série história desde 2007, indicando que a população preta ou parda tem acesso mais restrito aos programas de crédito habitacional, seja em função de possuir um rendimento domiciliar *per capita* menor, seja pela maior informalidade no mercado de trabalho, ou mesmo pela ausência de garantias e documentação, característica da população mais empobrecida.” (IBGE, 2016, p. 105).

A *Síntese 2016* corrobora as afirmações contidas nas Resoluções 68/237 e 69/16 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Ela mostra de forma exata o que se pode chamar de racismo estrutural no Estado ou os efeitos do racismo estrutural na população de cor ou raça preta e parda, por mais que as sucessivas Constituições da nossa jovem República estabeleça a igualdade de condições a todos seus habitantes. Não há uma taxa nas estatísticas que demonstre o contrário, isto é, que mostre uma vantagem ou privilégio – termo esse que circulou e circula nas redes sociais, em jornais e revistas contrários, por exemplo, às cotas (cf., entre tantos outros trabalhos, MAGNONI, 2016) – da população preta ou parda em relação à branca, mas em absoluto o contrário. É o que já registram as pesquisas historiográficas mais recentes:

Último país a abolir a escravidão no Ocidente, o Brasil segue sendo campeão em desigualdade social e pratica um racismo silencioso mas igualmente perverso. Apesar de não existirem formas de discriminação no corpo da lei, os pobres e, sobretudo, as populações negras são ainda os mais culpabilizados pela Justiça, os que morrem mais cedo, têm menos acesso à educação superior pública ou a cargos mais qualificados no mercado de trabalho. Marca forte e renitente, a herança da escravidão condiciona até nossa cultura, e a nação se define a partir de uma linguagem pautada em cores sociais. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 15, ênfase minha).



A *Síntese 2016* do IBGE permite reafirmar o que o *Relatório* do LAESER-IE/UFRJ atestou, que, no Brasil, “[...] seja qual for, a posse de um determinado fenótipo atua como uma espécie de capital humano, aumentando a probabilidade de mobilidade social ascendente. No caso dos afrodescentes, o fenótipo atua como um capital humano às avessas.” (PAIXÃO et al., 2010, p. 23).

Malgrado tudo isso, como mostra Maria Salete Magnoni, em *Lei de cotas e a mídia brasileira: o que diria Lima Barreto?* (2016), parte da imprensa brasileira, a chamada “grande mídia”, insiste em mostrar questionáveis estatísticas e argumentos contrários a todas as políticas a favor da população de cor ou raça preta ou parda adotadas pelo Governo Federal, sobretudo na era petista, sob o argumento de que, se adotadas, instaurariam no seio da sociedade brasileira o racismo ou sua oficialização – para não citar os argumentos que aliam o petismo à corrupção e a tais políticas, e não às Resoluções supracitadas promulgadas pelas Nações Unidas.

Talvez seja exatamente contra isso que luta parte da sociedade, aliás, dona dos meios de comunicação: exaltadamente contra a *oficialização* “do” racismo (cf. PINCERATI, 2008). Ora, pois não deveríamos entender exatamente que o que não se quer é o registro oficial da existência do racismo? Por que isso estaria em curso? Nesse ponto, o *Relatório* do LAESER-IE/UFRJ, que não só apresenta estatísticas como também as justifica na história do país, é categórico quanto a outra característica do funcionamento e estruturação da ideologia racista *à la brasileira*:

O racismo, tal como atuante no Brasil, também atua mediante a tentativa de negar a existência de problemas sociais aos grupos discriminados decorrentes da discriminação étnico-racial. Ou seja, neste caso, as dificuldades destes grupos passaram a ser entendidas como inexistentes ou geradas por fatores outros que não o próprio modelo das relações sociais existentes. (PAIXÃO et al., 2010, p. 25).

Se visitarmos a história do Brasil, tal como tem sido contada mais recentemente, visualizaremos em todos esses números e argumentos a manutenção da mesma estrutura social da Colônia, do Império e das Regências: “No topo, os grandes proprietários de lavras e terras, o grupo de letrados, os altos funcionários [...]; na base, os escravos.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 126-127). E, em face disso, não poderíamos ou

seria demais pressupor que os fatos políticos mais recentes na esfera governamental – a destituição presidencial, os congelamentos de gastos sociais por décadas, etc... – não esconderiam um projeto de “reescravização”? (Tratarei desta noção adiante.) Afinal, as falsidades, as faltas de reconhecimento, as contendas, os silêncios e, sobretudo, a negação são mecanismos discursivos vigorosos de manutenção dessa ordem econômica, política e social pautada em cores. Não se pode esquecer que a religião já serviu e serve a esse propósito, como veremos a partir de agora.

## 2 O inferno ao negro

*Quem vir na escuridão da noite aquelas fornalhas tremendas perpetuamente ardentes [...] o ruído das rodas, das cadeias, da gente toda da cor da mesma noite, trabalhando vivamente, e gemendo tudo ao mesmo tempo sem momento de tréguas, nem de descanso; quem vir enfim toda a máquina e aparato confuso e estrondoso daquela Babilônia, não poderá duvidar, ainda que tenha visto Etnas e Vesúvios, que é uma semelhança de inferno.*

Padre Antonio Viera (apud SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 50)

### 2.1 Às luzes: uma sinopse

O panorama pintado acima demonstra a forte associação do escravo ao trabalho braçal, laboral e manual considerado como *inferior*, por isso mesmo relegado ao negro pelo branco. As estatísticas levantadas pelo IBGE em 2015 demonstram que essa ordem vige até hoje, transformando a vida dos *negros* – digamos com todas as palavras – num *inferno na terra*. Afinal, todos os flagelos sociais recaem sobre eles, ao mesmo tempo em que são culpabilizados por isso. O *branco*, nessa lógica, é um sujeito deífico, isto é, segue intocado e numa *posição superior* a todo esse mal.

Note-se, ademais, que a *Síntese 2016* do IBGE adota uma designação distinta, por exemplo, da adotada pelas historiadoras Lilian Schwarcz e Heloisa Starling, ao referir à população negra como *população de cor preta ou parda*, e não *população negra ou parda*. Isso porque, como se lê tanto na biografia do Brasil escrita por elas, quanto no *Relatório do LEASER* e na *Síntese*, é o fator *cor da pele* que é determinante à exclusão social. No Brasil quanto menos *cor*, melhor; numa tendência clara à eliminação da negritude em prol da branquidão e do branqueamento. Isso respeita a um longo funcionamento. Data do início do século XIX, quando, em face da predominância da população africana, ou seja, preta e parda sobre a branca, as elites “empreenderam políticas em “prol da povoação branca”. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 188).

Essa política emana da própria “civilização do açúcar”, em que se estabeleceu uma estranha associação entre o *branco dos senhores* e o *negro dos escravos* como evidência “natural”, por causa da cor da cana e do seu melado na detecção de sua qualidade: “quanto mais branco, melhor.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 75). Isso criou uma linguagem das cores na engenharia social então em construção. É nessa linguagem que se pode ver que o negro não corresponde necessariamente a preto, por mais que esteja a ele intimamente relacionado:

[...] com o decorrer do tempo, a escravidão africana e o complexo da cana mais pareciam com um par lógico e inseparável, tal seu grau de associação foi se aprofundando. Tanto que, na época, os termos se misturavam – indígenas eram chamados de “gentios da terra” ou de “negros”, e os africanos de “negros de Guiné” e de “negros da terra” – a denominação “negro” corresponde à designação genérica de escravo. Os critérios eram expressos pelo idioma da cor da pele, e em função da oposição entre preto e branco, devidamente reforçada pela experiência colonial. A vasta gama de variações de cor não implicava, porém, falta de preconceito e discriminação; refletia, antes de mais nada, a maneira como se mesclavam aspectos físicos, mentais e morais, criando-se uma verdadeira engenharia e linguagem das cores. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 66; ênfase minha).

Eis os germes do branqueamento ligado à ideia de que ser branco é naturalmente uma qualidade superior. Isso se fortalece, mostram as historiadoras, no avançar dos séculos, sobretudo com o recrudescimento do medo provocado pelas revoltas escravas no Haiti do fim do século XVIII e início do XIX, que teve por consequência a própria Revolução Francesa (1789-1799). As revoluções no Haiti levaram a sua independência, em 1804, e a consequente expulsão dos franceses.

Imediatamente, as colônias da América do Norte e países europeus impuseram ao Haiti bloqueio que durou mais de sessenta anos, e cujas consequências estão presentes até hoje. Quantos aos dirigentes brasileiros, passaram a temer o Haiti como ao diabo. O movimento de 1804 repercutiu no país todo, e seria pretexto para várias medidas restritivas, entre elas um modelo centralizador de poder após a Independência. O Brasil se inventou, assim, como um anti-Haiti: por oposição, *éramos todos brancos, cristãos e civilizados*. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.228-229, ênfase minha).

É por essa razão que não só Florestan Fernandes defende (cf. PINCERATI, 2008), como o *Relatório* do LAESER-IE/UFRJ mostra que, no Brasil, as linhas de classes e as linhas de cor formam um todo coerente, que se reforçam mutuamente a todo instante. (PAIXÃO et al., 2010, p. 23).

Note-se o alinhamento dos significantes *branco-cristão-civilizado-superior* e *negro-preto-pardo-diabo-inferior*. Não se pode deixar de se mencionar, a propósito, o trabalho Gisele dos Santos, intitulado *A invenção do “ser negro”: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros* (2002), que demonstra que foi no Iluminismo; mais essencialmente, no campo da Filosofia e das Ciências Sociais que se edificou a noção do “negro” como *ser inferior*.

No Brasil, essa ideia tomou corpo na sociedade escravocrata, pois, nela, o escravizado não era um ser humano, como o branco europeu, mas um animal, um primitivo, um selvagem, um bárbaro. Essa ideia partiu, na aurora da Modernidade, de uma divisão, uma separação entre seres superiores e seres inferiores. O racismo encontrou nessa divisão sua morada. Os primeiros seriam os cristãos civilizados, iluminados, razoados e letrados, ao passo que os segundos (não) eram (nem) infiéis a serem escravizados ou civilizados, domesticados, catequizados e doutrinados. O projeto colonizador bebeu dessas ideias e se sustentou nelas, como mostram amplamente Schwarcz e Starling (2015). E a violência dessas ideias, como se tenta aqui demonstrar, ainda não cedeu: a ascensão à branca civilização só se dá via catequização. Vejamos um exemplo ilustrativo, embora disfarçado, disso.

## **2.1 Às luzes: uma sinopse**

No dia 30 de março de 2011, uma quarta-feira, o Deputado Federal Pastor Marcos Feliciano, do Partido Social Cristão de São Paulo, postou em seu *Twitter* que os “*Africanos descendem de um ancestral amaldiçoado por Noé*”. A declaração teve repercussão imediata e prolongada. Espalhou-se pelas redes sociais e em vários jornais, dentre outros meios de comunicação; e o pastor foi acusado de ser racista. Eis a postagem:

**Figura 1.** Twitter do Deputado Federal Pastor Marcos Feliciano



**Fonte:** UOL Notícias (BALZA, 2013).

A Figura 1, que contém a postagem pastoral, foi capturada e depois publicada, no dia 31 de março de 2011 – e atualizada no dia 1º de março de 2013 –, no *UOL Notícias* (São Paulo). A propósito, a reportagem, *Deputado federal diz no Twitter que "africanos descendem de ancestral amaldiçoado"*, assinada por Guilherme Balza, informa bem abaixo dessa figura da postagem isto: “*Mensagem que foi postada no Twitter do deputado Marco Feliciano (PSC-SP) e depois apagada*”. Pressupõe-se, portanto, que essa é a foto da postagem do (*Twitter do*) Pastor e que foi logo apagada.

Esse apagamento é um gesto que deve chamar nossa atenção. Isso porque, informa ainda o repórter, “*após a reportagem contatar [a] assessoria de Feliciano, a mensagem foi apagada (veja a reprodução na imagem acima)*.” O deputado teria dito mais, segue o repórter; teria tido que “*sobre a África repousam maldições como o paganismo, misérias, doenças e a fome*.” Há outras declarações nessa direção que essa e outras reportagens reproduzem.

Segundo a própria reportagem, o Deputado Pastor negou ser ele mesmo o autor da declaração; mais propriamente, que ela é de responsabilidade de sua equipe de comunicação nessas redes. Contudo, pode-se encontrar no *YouTube* uma entrevista, dentre várias outras dadas a programas televisivos, em que comenta assumidamente sua declaração. Logo no começo de uma entrevista dada ao Danilo Gentili, no programa *Agora é tarde*, publicada no *YouTube* no dia 29 de março de 2011, o Deputado Federal Pastor

entra na pauta, afirmando a seu entrevistador e telespectador, em primeiro lugar, que as acusações de racismo, bem como de homofobia não procedem. Ele explica o porquê:

Por que para você ser racista você precisa ter um histórico racista; tem que ter um antes, um meio e um depois. *Minha mãe é negra!* [...] Minha mãe é negra. Meu padrasto é negro. *Eu tenho raiz negra*. Setenta por cento da população evangélica é de raiz negra. Eu sou um dos poucos brasileiros que fiz trabalhos na África. Fui a convite do governo de Angola; falei para quase trinta mil meninos mutilados de guerra. Então, *não existe isso*. (FELICIANO, 2013 apud PORTALRADIO, 2013; a transcrição deste e dos demais trechos é minha e as ênfases, também).

Gentili lhe questiona por que é que, então, começaram a falar isso. Feliciano responde que isso é culpa do forte e estruturado ativismo do movimento GLBT nas redes sociais. Mas Gentili o interrompe, advertindo-o de que “*deu a faca e o queijo na mão*” quando “tuitou” a postagem acima mostrada com acréscimos:

**Figura 2.** Captura da postagem de Feliciano exibida no programa de Gentilli



**Fonte:** PORTALDARADIO (2013).



Pois o Deputado Pastor começa sua justificativa afirmando que “*a maldade está nos olhos de quem lê*”, isto é, projeta no outro qualquer significação que julga maldosa; qual seja: que é racista. Então começa ele mesmo ler sua própria postagem com Gentilli, e explica:

O que que aconteceu nesse twitter. Eu estava dando um posicionamento... Me perguntaram sobre a fundação dos continentes; e me perguntaram por que o continente africano sofria tanto. E eu citei o que *uma linha teológica e filosófica pensava*. Não citei só esse... Eu citei outras inclusive. Só que *pinçaram isso aí e colocaram apenas isso*. (PORTALDARADIO, 2013, ênfase minha.)

Gentilli, contudo, assinala ao Deputado que, a despeito dessa afirmação, ele escreveu que “*é um fato*” e não que é uma linha teológica. O Pastor então responde:

Pois bem! Quando eu escrevi isso; começaram a me bater por causa disso; antes de baterem eu coloquei embaixo: “**Porém, toda maldição espiritual é quebrada na cruz de cristo.**” Só que nunca colocaram isso. Colocaram apenas isso... E na época tinha acontecido um fato com o outro deputado, Bolsonaro, e ele fala sobre racismo. E tentaram me colocar como se eu fosse discípulo dele. E usaram esse versículo... e... esse twitter pra me rotular. (PORTALDARADIO, 2013, ênfase minha).

O entrevistador pede perdão ao Deputado Pastor e diz:

Eu acredito que sua mãe é negra, acredito que as pessoas com que lida são negras e acredito que, inclusive, você *não* é racista. Mas, você vai me desculpar, está escrito que aquilo é um fato. Onde você provou esse fato? Porque, pelo que eu conheço da Bíblia, nem a Bíblia diz isso. (PORTALDARADIO, 2013, ênfase minha).

E Feliciano responde:

Ali eu **não** estou dizendo que negro é amaldiçoado, nem nada disso... Pinçaram e fizeram uma maldade comigo. (PORTALDARADIO, 2013, ênfase minha).

... e a conversa toma outros rumos.

Pontuemos, em primeiro lugar, o ruidoso eco que ressoa no texto. Ele é provocado pela repetitiva instanciação do morfema flexional *-ram*, isto é, do uso repetitivo da terceira pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo dos verbos da primeira conjugação *pinçar, colocar, tentar, começar, usar*, com exceção de *fazer*, pertencente à segunda conjugação. Note-se que esse uso está aliado à – digamos – uma estrutura persecutória da enunciação. Ora, ao mesmo tempo em que o Deputado reconhece que a postagem é sua, ele não para de escutar maldade na leitura *deles. Eles, quem?* Por mais que Feliciano tenha apontado ser *o ativismo do movimento GLBT*, as questões de Gentilli focam o texto tuitado pelo próprio Deputado Pastor. Então, diante todo esse eco, fica a aberta a questão de saber quem é esse sujeito suposto na desinência verbal. Ou seja, o referente se perde no desenrolar do texto, lembrando uma fala persecutória, em que intervém o mecanismo de projeção psíquica: a transferência ao outro daquilo que o eu quer expulsar de si. Isso explica a máxima que principia as tentativas de defesa de Feliciano: *A maldade está nos olhos de quem lê*. Curiosamente, ele mesmo lê o texto para Gentilli.

Detenhamo-nos um pouco nessa estruturação persecutória em causa na projeção. Em 1895, Sigmund Freud escreveu sobre o caso de uma jovem que comprovou sua hipótese de que a psicose é provocada por um processo de defesa contra representações intoleráveis. A jovem morava com seu irmão e sua irmã mais velha. Eles alugaram um dos quartos da casa a um viajante, do qual as irmãs falavam bem. Um dia, a jovem contou a sua irmã que uma vez ele tentou pô-la em perigo. Ela limpava o quarto dele enquanto ele ainda estava na cama. Ele a chama para perto de si. Quando ela chega, ele põe o pênis na mão dela. A cena não teve mais continuação. Depois de um tempo, a jovem começou a ter alucinações: reclamava que as vizinhas falavam mal dela, que elas diziam que ela ficaria para a titia, que ela amava ainda aquele homem... Ao tentar fazer com que a jovem se recordasse da cena, ela determinadamente se recusava. Então, Freud conclui: defesa! A representação em jogo era evidente, mas havia uma forte defesa psíquica em causa que projetava o conteúdo interno em percepção externa vinda do outro, pois lhe era intolerável a seu eu consciente sua “maldade”.

Essa projeção, que conhece na terceira pessoa aquilo que a primeira nega e quer expulsar de si, explica a negação – tão aludida pelos historiadores – presente na fala de Marcos Feliciano. Obviamente, ele tem razões evidentes – e também inconscientes – para negar aquilo que ele mesmo escreveu e leu, afinal é um Deputado Federal e um

Pastor. Há, no mínimo, duas imagens a serem zeladas; sem contar a de homem... e a de branco. Como faz isso? Num jogo de esconde-esconde: *ser é não ser*.

É digno de nota que ele não se reconheça como negro ao mesmo tempo que afirma ter raiz “negra”. Ora, ele não tem cor preta ou parda. Isso lhe permite negar-se como negro/preto/pardo, muito embora diga sê-lo, ao dissociar negro de preto ou pardo. Se é assim, ele é um embranquecido. Pois, se ele tem raiz negra, efetivamente seria realmente muito desprazeroso, constrangedor e uma maldade consigo mesmo ser um racista. Sua posição sujeito está em jogo. Por isso, segundo ela, “*A maldade está nos olhos de quem lê*”... E, num ato falho, ele mesmo lê seu texto... Mas, retomamos a questão, que olhos ele acusa ver/ler? Os *deles*, responde o Deputado Pastor. Eis a estruturação projetiva e persecutória de sua enunciação, que, aliás, deixa ver uma negação implícita; levando-nos a concluir que a projeção é necessária à manutenção de seu bem estar psíquico. Afinal, a rigor, ele é um branco-não-branco e um negro-não-preto. Por consequência, sua fala tem que ser racista sem o ser.

Note-se, pois, nesse ponto, flagrantes contradições denunciadas na estranheza das negações e, sobretudo, no uso das adversativas grifas. Por exemplo, o enunciado “*citei o que uma corrente teológico-filosófica pensava*”, por um lado, tem que o sujeito que *pensava* é *ela*, afastando o pensamento do sujeito que cita. Contudo, de outro lado, quem cita adverte: “*Porém, toda maldição espiritual é quebrada na cruz de cristo*”. A cópula antecederida pela adversativa renega a primeira negativa, logo redireciona a si aquele pensamento, pois a premissa básica aqui é: *há uma maldição espiritual*. Logo, como detectou Gentilli, a citação/menção não é uma citação/menção, mas sim um efetivo posicionamento/uso. Feliciano vai além e fecha o tema com esta pérola: “*Ali eu não estou dizendo que negro é amaldiçoado.*” Pois, o negro não é afrodescendente? Guardemos essa negação para daqui a pouco e atenhamo-nos à relação *racismo* e *maldição*.

Em primeiro lugar, o racismo pauta a dominação religiosa na fala do Deputado Federal Pastor. Por mais que, do ponto de vista subjetivo, se negue ser racista evocando a *mãe negra*, objetivamente há um mal-estar nisso. Ora, se a mãe de Feliciano é negra, então em suas veias e artérias circula o “sague negro”, se se pode reduzir assim. Se é assim, ele é um afrodescendente. Por consequência, é também um amaldiçoado. O mal-estar está nisso, pois – vejamos bem – como não pode admitir isso na consciência e no discurso, dado que se julga um agente do bem, ele, então, só pode ser um negro-não-preto. Eis uma

efetiva mal-dição; eis o ponto que alia *racismo* e *branqueamento*, denunciando o desejo de ser e se dizer branco por não ser preto ou pardo.

Por outro lado, a *maldição*, excluindo-se o ponto de vista psíquico, não estaria, aparentemente, em jogo nisso. Mas como é, no caso, um significante com efeitos de sentido nos negros e nos embranquecidos que causa mal-estar, pode-se avançar no estudo de seu funcionamento discursivo. Como? Se supusermos que um branco jamais cairia em tais contradições, pode-se entrevê-la na oposição *corpo negro* versus *corpo branco* agindo silenciosa e potentemente, no caso, nesse sujeito. Então, escutamos o alinhamento discursivo *maldição-escravidão*, de um lado, e *benedição-libertação*, de outro. Isso deve ficar mais evidente na pintura mostrada adiante.

### 3 O inferno é negro: o triunfo da luz

#### 3.1 Prenúncio

*O outono havia tingido de um ocre amarelado os dourados campos de trigo de Chartres. Empoleirado sobre o andaime, o mestre Juan de Rouen assinalava a alguns dos oficiais da obra certos detalhes que deveriam ser corrigidos em uma das abóbodas da nave maior da catedral.*

*A velha catedral de Chartres havia ardido na calorosa noite de 10 a 11 de junho de 1194. Do terrível incêndio só se salvou a cripta, respeitada na nova obra, em que se conservava uma das relíquias mais apreciadas daquele templo: a camisa que a Virgem Maria usava sobre seu sagrado corpo imaculado no dia em que deu a luz a seu filho Jesuscristo.*

*Quando as chamas se apagaram e as brasas do incêndio cederam, os consternados habitantes de Chartres puderam entrar nas ruínas de sua catedral e descobriram o fato milagroso da conservação intacta de sua mais venerada relíquia.*

*Em seguida correu por toda a cidade um rumor de que aquele era um claro sinal que a Virgem enviava a Chartres. Sem dúvida, com esse signo a mãe do Redentor queria dizer que era necessário construir uma nova catedral em sua honra, um grande templo que estivesse a altura da mulher que deu a luz ao filho de Deus; o novo tempo tinha que ser o da luz, da claridade e da cor.*

José Luis Corral (2004. p. 27)

Em seu romance histórico *El número de Dios* (2004), José Luis Corral Lafuente, escritor e professor de História Medieval na Universidad de Zaragoza (Aragón, Espanha), conta a trajetória de vida da grande pintora Teresa Rendol (personagem ficcional), perseguida pela Igreja por causa de sua origem cátara, e o arquiteto Henrique de

Rouen, com quem manteve uma forte relação de amor até o fim de sua vida, mas com quem nunca se casou. A novela é ambientada no transcorrer do século XIII d.C. Insere-se, mais precisamente, no contexto da construção das catedrais de Burgos e León, cidades situadas no Caminho de Santiago, iniciando com a história da construção da catedral de Chartres, no século anterior.

Nessa novela, Corral expõe um momento de transição na história das artes, que passava por grandes transformações com a chegada do estilo gótico à península ibérica. Os sacerdotes de então adotaram *o novo estilo da Luz*, que surgiu na Paris do século XII d.C em resposta às demandas do abade Suger (1081-1151). A novidade consistiu em rasgar os muros das catedrais para introduzir grandes vitrais, permitindo a entrada da *Luz* na Casa de Deus.

Por consequência, os pintores, antes os responsáveis por decorar o interior dos templos e dar luz a eles, progressivamente começaram a perder terreno para os arquitetos na concepção dos templos. O número de Deus correspondia à proporção áurea, um segredo transmitido de geração em geração, dominado pelos poucos arquitetos formados em Paris. Toda essa revolução tecnológica e artística tinha uma razão claramente religiosa; leiamos o trecho da novela que a conta:

No tempo em que ardeu a velha catedral de Chartres, já há várias décadas que na França se estava impondo uma nova forma de construir os grandes templos catedráticos, as imponentes basílicas e as suntuosas igrejas abaciais. Foi Suger, o influente abade do monastério de São Dionísio, quem, em meados do século XII, proclamou a nova doutrina do triunfo da luz e a necessidade de construir os templos cristãos levando em conta *o valor da claridade frente à penumbra*. Numa de suas obras, deixou escrito uma mensagem críptica que somente os iniciados eram capazes de interpretar; o abade Suger dizia que *“brilantemente reluzia aquele que multiplicava o esplendor e brilhante era o trabalho nobre através do qual resplandecia a nova luz.”*

Para Suger, Cristo era a nova luz que havia iluminado o mundo depois de uma larga época de trevas, o sol triunfante e revivido que iluminava a alma dos seres humanos e guiava seus corações rumo à verdade. E como as igrejas eram a cada de Deus, cada templo devia ser, portanto, a morada da luz.

[...]

Para o abade de São Dionísio era necessário, imprescindível abrir os muros e rasgá-los de cima a baixo com grandes janelas para, com elas, captu-

rar a luz do sol e deixá-la inundar os santuários cristãos. Suger encomendou a seus mestres de obras que encontrassem as soluções técnicas precisas a sua demanda de luz, e os mestres responderam com firme eficácia. (CORRAL, 2004, p. 29, ênfase minha).

A leitura desse trecho, com grifo na oposição *luz e escuridão*, permite escutar um implícito em causa no que disse o Deputado Federal Pastor Marcos Feliciano: “os africanos têm um ancestral amaldiçoado...”; a oposição *branco.negro*. Para entrevistá-la basta considerar seu mal-estar, ou seja, colocar esse enunciado em relação a sua negação: “*não disse que o negro é amaldiçoado*”; negação que é estranha, afinal todo negro é afrodescendente. Pode-se, então, eliminar o *não* para descobrir sua afirmação: [*disse que*] *o negro é amaldiçoado*.

Perguntemo-nos o que está em jogo nessa negação, desde o ponto de vista discursivo. Ora, desde o ponto de vista filogenético, todos somos afrodescendentes. O enunciado “os africanos têm um ancestral amaldiçoado *por Noé*” prescinde dessa premissa básica, isto é, ignora a Genética em proveito da leitura literal da versão bíblica da gênese humana. Trata-se de uma nítida posição político-religiosa que instaura a oposição racista entre *branco e negro*, cuja lógica é justamente a de estabelecer o *branco* como *ser abençoado* e o *negro* como *ser amaldiçoado*.

Atente-se que a conversão ao cristianismo é a única salvação. Ela é condição necessária à bênção. Se retomarmos o que testemunha a transformação tecnológica e artística medieval, no domínio da construção das catedrais, e a história da colonização e da escravidão brasileira, fica fácil entrever uma *ideologia da conversão* em funcionamento, se se pode conceituar assim, transmutada no que se chama *embranquecimento*, o que não deixa de ser uma “reescravização”.

A ‘reescravização’ (Schwarcz; Starling, 2015, p. 95-96), basicamente, é, na escravidão, a revogação da condição de liberto de um ex-escravizado. Dependia da lealdade dele com o senhor. Ademais, em viagens, documentos lhe eram exigidos a fim de comprovação de sua condição. “Nessas ocasiões, muitos homens livres, que, embora estivessem fora de seu meio social, portavam registros para atestar sua liberdade, foram facilmente aprisionados e outra vez vendidos como escravos.” (Schwarcz; Starling, 2015, p.96).

A sociedade escravocrata exercia enorme controle sobre os libertos, isto é, “sobre qualquer indivíduo que apresentasse possíveis traços de pertencimento à escravidão”



(Schwarcz; Starling, 2015, p.96). A liberdade do negro era sua servidão. Se a escravidão era o inferno na terra ao negro – indígena e africano –, sua liberdade era sua conversão. A catequese, nesse sentido, não deixa de ser uma reescravização: “*toda maldição espiritual é quebrada na cruz de cristo*”. O Senhor é um sujeito deífico por excelência em relação ao (ex)escravizado. Ele estabelece as condições da libertação; Ele leva Luz à escuridão, pois Ele encarna o Pai, sua justiça e sua vontade: *O Senhor é meu Pastor*. Libertação é salvação. Logo, a liberdade é branca a servidão negra. Essas metáforas podem ser vistas a seguir.

### 3.2 Céu.Inferno-Branco.Negro-Anjo.Demônio na Libertação dos Escravos (1889)

**Figura 3.** Reprodução fotográfica da obra *Libertação dos Escravos* (1889)



**Fonte:** Branco (2016).

A *Libertação dos Escravos*, de 1889, é uma tela a óleo monumental – 140,5 x 200 cm –, pintada pelo paraibano Pedro Américo (1843-1905). Foi encomendada pelo governo e pertence ao Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo (cf. SÃO PAULO, 2013, p. 68-69). É uma alegoria da abolição da escravatura no Brasil.

Pode-se visualizar três planos no quadro. No *superior*, vê-se, do lado esquerdo, a Vitória, com uma tocha incandescente na mão direita, sustentada pelos gênios da Música

e do Amor. Do lado direito, há uma Cruz fulgurante carregada por anjos translúcidos; clara representação da cristandade. No *centro*, há um muro que dá a entender que a cena se passa em um teatro de arena. No centro dele há uma figura com um cetro na mão; uma possível representação da princesa Isabel. No plano *inferior* está a figura da Liberdade; como se pousasse... De braços aberto, ela abençoa e solta os grilhões dos negros (cf. AMANCIO, 2013, p. 7). Há outra figura negra: um anjo negro, caído, pintado como se fosse uma sombra. Para Rafael Alves Pinto Júnior (2010), o quadro é uma alegoria da morte da escravidão, porque o anjo negro atrás dos libertos é um demônio morto. Então, esse demônio morto representa a escravidão vencida. Contudo, ele não nota que há Vitória branca sobre a maldição negra. A alegoria conjuga várias metáforas que pintam uma Guerra Santa da *Branca Luz* contra o *Diabo Negro*.

Nessa alegoria, a oposição das cores é constitutiva. Note-se que, no plano superior, todas as luzes são brancas. Até mesmo é branca a luz do fogo da tocha da Vitória. É o triunfo da Luz. A Luz da Tocha mais a Cruz é o Sol que ilumina toda a cena. O quadro é uma clara metáfora cristã (AMANCIO, 2013, p. 7): “*brilhantemente reluzia aquele que multiplicava o esplendor [...]*”. Nessa perspectiva, a Cruz é o Cristo.

Por fim, atentemos à acepção de ‘demônio’ na tradição judaico-cristã: um “anjo mau que, tendo-se rebelado contra Deus, foi precipitado no Inferno e procura a perdição da humanidade; gênio ou representação caído do mal; espírito maligno, espírito das trevas; Lúcifer, Satanás, Satã, Diabo” (AURÉLIO, 2004). Eis a oposição *branco-luz-deuses-céu-liberdade.negro-escuridão-demônios-inferno-escravidão*, tão naturalizada em nossa sociedade.

## Referências

AMANCIO, K. A. de O. A representação visual do negro na primeira república. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. *Anais...* Natal: ANPUH, 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364939709\\_ARQUIVO\\_Onegronaartebrasileiradaprimeirarepublica\\_2.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364939709_ARQUIVO_Onegronaartebrasileiradaprimeirarepublica_2.pdf). Acesso em: 17 mai. 2016.

BALZA, G. Deputado federal diz no Twitter que “africanos descendem de ancestral amaldiçoado”. *UOL Notícias*, São Paulo, 31 mar. 2011, atualizada em 01/03/2013. Disponível em:

<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/03/31/deputado-federal-diz-no-twitter-que-africanos-descendem-de-ancestral-amaldiçoado.htm>. Acesso em: 17 de maio 2016.

BRANCO, E. Pedro Américo: Estudo para Libertação dos Escravos, 1889. Fotografia, color., tirada em 23 de junho de 2012. Disponível em:

<https://www.flickr.com/photos/brutamonte/7454142144/in/photostream>. Acesso em: 15 maio 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições e vida da população brasileira: 2016*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 36).

CORRAL LAFUENTE, J. L. *El número de Dios*. Barcelona: Edhasa, 2004.

DEMÔNIO. In: FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário eletrônico Aurélio versão 5.11a*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FREUD, S. Rascunho H. Paranoia (24 de janeiro de 1895). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud I (1886~1889): publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996/2006. [1895]. p. 253-256.

MAGNONI, M. S. Lei de Cotas e a mídia brasileira: o que diria Lima Barreto? *Estudos Avançados* 30, n. 87, São Paulo, maio/ago. 2016. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870017>. Acesso em: 12 dez. 2016.

PAIXÃO et al. (Org). *Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2009-2010*. Constituição cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. Rio de Janeiro: Garamond/LAESER, 2010.

PINCERATI, W. D. “Posições perigosas”: igualdade versus diversidade: debate, embate e abate da questão negra no Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 50, n.2, Campinas, 2008. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/1498>. Acesso em: 12 dez. 2016.

PINTO JÚNIOR, Rafael Alves. *Pax et Concordia: A arquitetura como caminho da alegoria*. 19&20, Rio de Janeiro, v. V, n. 3, jul. 2010. Disponível em:

[http://www.dezenovevinte.net/obras/obras\\_paxconcordia.htm](http://www.dezenovevinte.net/obras/obras_paxconcordia.htm). Acesso em: 19 dez. 2016.

PORTALDARADIO. *Danilo Gentilli entrevista o Pastor e Deputado Marco Feliciano*. Publicado em 29 mar. 2013. Vídeo do Youtube. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=jSHdWHt1Wrk>. Acesso em: 05 dez. 2016.

SANTOS, G. dos. *A invenção do “ser negro”*: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Cultura. *Arte no Brasil*: uma história na Pinacoteca de São Paulo. 2. ed. São Paulo, 2013.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2002. [1916].

SCHWARCZ, L. M., STARLING, H. M. *Brasil*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

UNITED NATIONS. General Assembly. *A/RES/68/237*. Resolution adopted by the General Assembly on 23 December 2013 [without reference to a Main Committee (A/68/L.34)]. Proclamation of the International Decade for People of African Descent. 68<sup>a</sup> session. 72nd plenary meeting. [S/l.]. 2p. 7 February 2014a. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/68/237](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/68/237). Acesso em: 15 out. 2015.

\_\_\_\_\_. General Assembly. *A/RES/69/16*. Resolution adopted by the General Assembly on 18 November 2014 [without reference to a Main Committee (A/69/L.3)]. Programme of activities for the implementation of the International Decade for People of African Descent. 69<sup>a</sup> session. [S/l.]. 12p. 1 December 2014b. Disponível em: [http://www.un.org/en/events/africandescentdecade/pdf/A.RES.69.16\\_IDPAD.pdf](http://www.un.org/en/events/africandescentdecade/pdf/A.RES.69.16_IDPAD.pdf). Acesso em: 15 out. 2015.

Data de submissão: 21/12/2016

Data de aceite: 29/12/2016

**ANÁLISE DISCURSIVA DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS  
DESTINADAS À PREVENÇÃO DO HIV/AIDS E A CONSTRUÇÃO  
DA SUBJETIVIDADE SOROPOSITIVA**

DISCOURSE ANALYSIS OF HIV/AIDS PREVENTION CAMPAIGNS  
AND THE CONSTRUCTION OF HIV POSITIVE SUBJECTIVITY

Arthur Vinicius Nunes  
Mestrando do PPGLg da UFSC  
[arthur\\_anunes@hotmail.com](mailto:arthur_anunes@hotmail.com)

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar o discurso veiculado por textos de diferentes campanhas publicitárias destinadas à prevenção do hiv/aids no Brasil e no mundo. Partiu-se da noção de discurso conforme pensada por Michel Foucault, por meio da qual foram investigados alguns fenômenos discursivos dentro daquilo que chamou-se, neste trabalho, de *dispositivo crônico da aids* e o modo como este influencia na formação da subjetividade soropositiva. Em seguida, analisou-se o modo como essa subjetividade foi construída nos textos das campanhas, averiguando que nem sempre foi representada de forma positiva, contribuindo para diferentes formas de preconceito, estigma e exclusão do sujeito soropositivo e criando algumas tensões e ambiguidades dentro do dispositivo. Por fim, concluiu-se ser necessário repensar as formas pelas quais este sujeito é constituído, de modo a permitir novos modos de subjetivação para as pessoas vivendo com hiv.

**Palavras-chave:** Discurso; HIV/aids; Poder.

**Abstract:** This article aims to analyze the discourse presented by texts of different hiv / aids prevention campaigns in Brazil and other countries. Based on Michel Foucault's conception of discourse, some discursive phenomena, in this article named *chronic apparatus of aids*, and the way that they influence the formation of hiv positive subjectivity was analyzed. Then, the way this subjectivity was built in texts from the campaigns was analyzed, observing that this subjectivity was not represented in a positive way in most of the times, reinforcing different forms of prejudice, stigma and exclusion of HIV positive people and creating some tensions and ambiguities inside the apparatus. Lastly, a need to rethink the way as this subject is built emerged, one that allows new ways of subjectivation for people living with hiv.

**Keywords:** Discourse; HIV/ aids; Power.



## Introdução

A aids<sup>1</sup> surge enquanto discurso, e enquanto epidemia, na década de 80, e suas origens nos levam a pensar num cenário ambientado pelo pânico, pelo medo e pelo desconhecido. “Câncer gay”, “peste rosa” e “praga”. Essas foram algumas metáforas usadas para designar o modo como a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida foi produzida discursivamente.

Diferentes discursos sobre a aids passaram a fazer parte dos noticiários veiculados pela mídia televisiva e impressa, possibilitando o surgimento de diferentes séries discursivas<sup>2</sup> que objetivavam um falar sobre a doença, instigando conseqüentemente a produção de vontade de verdade e de um novo sujeito: aquele que, ao possuir o vírus, desenvolveria aquilo que se convencionou a classificar como uma síndrome que o levaria à morte.

Este estudo tem por objetivo investigar como diferentes séries discursivas sobre hiv/aids foram abordadas em anúncios publicitários destinados à prevenção da doença. Para isso, optei por fazer um recorte de quatro campanhas para mostrar como cada uma recorre a uma estratégia discursiva específica, em certos dispositivos<sup>3</sup>. Também interessei-me em observar como a subjetividade do *HIV-positivo* é construída em cada um dos discursos, visando identificar os enunciados que compõem a formação discursiva<sup>4</sup> da aids e do sujeito portador do vírus. Todas as análises são feitas sob à luz do filósofo francês Michel Foucault, e das leituras que este recebe do filósofo italiano Giorgio Agamben

---

<sup>1</sup> Pelo uso da palavra aids em letras minúsculas, recorro ao argumento do autor Hebert Daniel: “[...] uso a palavra em minúsculas para chamar atenção para este significante que quer dizer muito mais do que a doença indicada com a sigla AIDS” (DANIEL, 1990, p. 31). Desloco a mesma justificativa para o uso da palavra hiv, exceto quando elas vierem grafadas em maiúsculas em citações de outros autores.

<sup>2</sup> Foucault (2012), ao tratar do conceito de série discursiva, aponta que é necessário romper com o problema da continuidade e da linearidade em história, cabendo ao arqueólogo não delimitar a vizinhança de cada elemento numa dada série – visando atribuir aos acontecimentos uma ordem de valor cronológico – mas sim constituir essas séries: “definir para cada uma seus elementos, fixar-lhes os limites, descobrir o tipo de relações que lhe é específico, formular-lhes a lei e, além disso, descrever as relações entre as diferentes séries, para constituir, assim, séries de séries, ou ‘quadros’” (FOUCAULT, 2012, p.8). É dessa forma, segundo o filósofo, que seremos capazes de desligar as diferentes séries discursivas de suas cronologias, que tentam explicar o fenômeno pelo qual determinados discursos se constituíram diacronicamente.

<sup>3</sup> O conceito de dispositivo será abordado na Seção 2 deste artigo.

<sup>4</sup> O mesmo ocorre com o conceito de formação discursiva, que será tratado na Seção 2 deste artigo.



(2014) e de Butturi Junior (2016a), diante da qual se buscou delimitar conceitos referentes ao fenômeno do discurso – em especial os de dispositivo, formação discursiva, as subjetividades e formas de subjetivação que constituem os sujeitos sobre os quais os discursos falam –, e o modo pelos quais os discursos, originalmente dispersos, se configuram numa rede que aqui chamarei, com base na leitura de Butturi Junior (2016b), de *dispositivo da aids*, realizada segundo a leitura de Néstor Perlongher, no breve texto *O que é AIDS*, de 1987.

Ao descrever as práticas discursivas, já na introdução de *Arqueologia do Saber* (2012), Foucault dirá que “[...] por trás da história desordenada dos governos, das guerras e da fome, desenham-se histórias quase imóveis ao olhar – histórias com um suave declive: história dos caminhos marítimos, história do trigo ou das minas de ouro, história da seca e da irrigação” (FOUCAULT, 2012 p. 3). Tais histórias de que fala Foucault permitem-me, então, pensar acerca de quais histórias nos foram narradas a respeito da aids – e de que formas essas histórias foram responsáveis por construir em nossa memória uma visão específica do sujeito portador do hiv. O que dizer, por exemplo, dos discursos sobre a doença que se dispersaram diante das estratégias de diferentes dispositivos e não chegaram até nós? Ou então, daqueles que, enraizados em nossos enunciados – também em decorrência das estratégias no dispositivo – não permitiram com que novos chegassem ao nosso domínio do saber? E qual a importância, enfim, de atentarmos para os aspectos discursivos existentes no dispositivo da aids? Buscarei, ao longo do artigo, responder as perguntas acima, recorrendo à análise dos discursos presentes nas campanhas publicitárias.

Na seção 2 deste artigo, intitulada *Discurso, dispositivo e relações de poder*, buscarei conceituar alguns termos referentes aos fenômenos do discurso – já citados acima – de modo a entender como estes se articulam dentro de determinado dispositivo produzindo vontade de verdade e sujeitos e visando compreender, portanto, a maneira pela qual os discursos se vinculam às estratégias presentes nos dispositivos de poder-saber. Já na seção 3 – *Dispositivo da aids* – proponho-me a investigar no que consiste este espaço no qual a doença e o sujeito portador do vírus são transformados em discurso e a maneira pelo qual o dispositivo se configura. Para tanto, recorro tanto às considerações propostas por Foucault a respeito do *Dispositivo sexual*, quanto às considerações de caráter biopolítico pertinentes ao tema em questão, visando mostrar de que modo a aids – antes considerada uma doença mortal – pode hoje ser entendida a partir de um viés que a configura

como uma doença crônica. Por fim, na seção 3 – *A subjetividade soropositiva em campanhas publicitárias* – proponho uma análise dos discursos veiculados por diferentes textos destinados à prevenção do hiv/ aids, averiguando de que modo a subjetividade soropositiva é construída por meio de diferentes estratégias nos dispositivos. Recorrerei a quatro campanhas diferentes, veiculadas tanto em âmbito nacional, quanto internacional, buscando tecer algumas considerações entre a teoria apresentada no trabalho e os discursos veiculados pelos textos analisados.

## **2 Discurso, dispositivo e relações de poder**

Agamben, em sua leitura do conceito de dispositivo utilizado por Foucault em alguns de seus textos, e especificamente elaborado pelo filósofo francês, em linhas gerais, numa entrevista à *International Psychoanalytical Association*, em 1977 (BUTTURI JUNIOR, 2016a), o definirá como:

[...] um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não-linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos. [...] tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder. (AGAMBEN, 2014, p. 9-10).

Assim, pode-se dizer que o filósofo italiano faz notar a relação existente entre os viventes e o mundo que é sempre mediada por esse conjunto heterogêneo de elementos (práticas, saberes, medidas, instituições) formando uma rede complexa que possui uma estratégia dominante. Agamben ainda dirá que o objetivo dos dispositivos em geral são os de “[...] gerir, governar, controlar e orientar, num sentido que se supõe útil, os gestos e os pensamentos dos homens” (2014, p. 37).

Butturi Junior (2016a), ao dissertar sobre o conceito, aponta ainda, com base na leitura de Deleuze, que o conceito foucaultiano dá margem para a formação de duas linhas que se relacionam e que estabelecem uma ligação direta com o sujeito ao qual se vinculam: de objetivação e de subjetivação, por meio das quais são produzidas vontade de verdade, poder, resistências, formas de subjetividade e de subjetivação e a recriação de novas linhas, novos dispositivos e novas formas de um constituir-se a si mesmo. O

pesquisador argumentará que “o que chama a atenção é [...] a centralidade que o conceito [de dispositivo] dá à produção da tríade poder-saber-sujeito” (2016a, p. 509).

Carvalho (2007) ao tratar especificamente conceito de subjetividade na discussão dos dispositivos foucaultianos, diz que:

[...] o sujeito liga-se a uma conotação bifronte, portador tanto da sujeição às forças históricas, a certo número de saberes, de governo sob as quais, de um modo ou de outro, todos somos tocados, quanto às possibilidades de constituir-se a si mesmo, de sujeitar-se a si mesmo, relacionando-se com determinadas formas de forças que ele procura aplicar sobre si. É preciso, por conseguinte, notar a inexistência do Sujeito e ressaltar as variantes pluralizadas e heteromorfas abrigadas numa mera forma terminal – sujeito –, cuja localização será sempre deslocante, pois dependente dos compostos de forças. Toda relação com estes compostos pode ser designada de subjetividade, daí o aspecto friável e coexistente, peculiaridade foucaultiana, da ligação sujeito-subjetividade. (CARVALHO, 2007, p. 154).

Assim, o pesquisador situa essas forças que agem sobre o sujeito como sendo de ordem histórica e que subsistem, portanto, a séries de acontecimentos que ocorrem segundo a ordem dos dispositivos. Para Carvalho, é de dentro dessa trama que há uma dada produção de subjetividade, que por sua vez possui um caráter fortemente político. Para o autor “[...] o ser é político, pois é produzido a partir de formas de construção cuja existência depende de um jogo de verdade estabelecido na produção e circulação de enunciados, práticas, instituições” (CARVALHO, 2007, p. 154).

Pode-se dizer que o conceito de dispositivo é fundamental para entendermos as relações de poder que delimitam ou permitem a proliferação dos discursos. Deste modo, os discursos são parte de uma rede que se caracteriza por possuir uma função estratégica vinculada ao poder. Funcionam, portanto, junto com os outros elementos dessa rede complexa, como dispositivos de poder-saber.

Foucault nos apresenta, ainda, um outro conceito relevante que pode ser deslocado para entendermos a esfera discursiva na qual se circunscreve a temática do hiv/aids: trata-se do conceito de *formação discursiva*. Para o filósofo:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que, entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 2012, p. 43)

O sistema de dispersão citado por Michel Foucault refere-se ao modo como os discursos estão sujeitos a se modificarem num constante e disperso movimento. Com relação à definição do termo *sistemas de dispersão*, aliás, o filósofo se opõe aos métodos empregados pelas ciências em geral, incluindo à linguística, ao dizer que “[...] em lugar de reconstituir cadeias de inferência (como faz [...] a história das ciências ou a filosofia), em lugar de estabelecer quadros de diferença (como fazem os linguistas), descreveria *sistemas de dispersão*.” (FOUCAULT, 2012, p. 43). Porém, essa mesma esfera dispersa em que o discurso se inscreve, será também um espaço de regularidades, seja nos tipos de enunciação, seja nas escolhas temáticas etc. Essa regularidade será, portanto, nomeada pelo filósofo como *formação discursiva*.

Tomo aqui a formação discursiva e faço uma primeira aproximação com o acontecimento do hiv. Volto-me para Marcelo Bessa, em seu texto denominado *Romanção em picadinhos*, presente no livro *Os perigosos* (2002), destaca que os discursos sobre a aids no período de seu surgimento, na década de 80, foram dotados de um certo caráter “folhetinesco”, destacando as escolhas temáticas que surgiam para falar sobre a doença:

[...] vírus produzido em laboratório, guerra bacteriológica entre potências mundiais, doença misteriosa da África, macacos verdes, sexo com animais, resorts gays no Haiti, rituais de vodu, sangue, saunas gay e quartos escuros, sexo anal, oral e grupal, drogas injetáveis e inaláveis, entre tantas outras coisas. Além disso, para completar, havia as mais ecléticas personagens possíveis: homossexuais, promíscuos, usuários de drogas, prostitutas, bebês inocentes, hemofílicos, africanos, haitianos etc. (BESSA, 2002, p. 23).

O trecho acima nos oferece dados que mostram não só o quão negativa foi a produção de discursos sobre o hiv e os sujeitos vivendo com hiv, como sugerem uma formação discursiva sobre hiv/aids no período em que o vírus tornou-se conhecido mundial-

mente pela sociedade, na década de 80, relacionada aos “prazeres perversos” e ao higienismo. Além disso, Bessa aponta para o modo como essa formação discursiva – que aqui poderíamos aproximar de certa biomedicina – contribuiu negativamente para a formação da subjetividade que era construída por todos esses discursos: a do sujeito portador do vírus.

Esta linha de objetivização inicial é o mote para uma breve reflexão acerca do *dispositivo da aids*.

## 2.1 O dispositivo (crônico) da aids

Foucault, em *O nascimento da clínica* (1977), aponta para a relação existente entre os olhares e os discursos, mostrando o processo constante de redistribuição das visibilidades pelo qual passam determinados acontecimentos na história. Tal observação se torna pertinente ao pensarmos naquilo que Butturi Junior (2016b)<sup>5</sup> chama de *dispositivo da aids*. Ao citar Camargo Jr. (1994), o autor direciona seu olhar para o deslocamento entre dois momentos na história da síndrome. O *primeiro*, cujo acontecimento pode ser situado por volta de 1981, quando o CDC (*Centers for Disease Control*), ao confirmar o tratamento de cinco homens homossexuais (e, depois, a morte de dois deles), que apresentavam quadros clínicos semelhantes. Neste primeiro enunciado, o que se aponta é que poderia haver “[...] a possibilidade de uma disfunção imune celular relacionada a uma exposição comum que predispõe os indivíduos [...]” (CAMARGO JUNIOR, 1994, p. 161 apud BUTTURI JUNIOR, 2016b). Mais tarde – onze anos depois –, surge finalmente um enunciado que nomeava o acontecimento como *aids*, em que esta era descrita como uma síndrome caracterizada pela ocorrência de infecções oportunistas causada pela presença do vírus hiv no organismo. É então, com base nesse deslocamento apontado por Camargo Jr., que Butturi Junior dirá que:

[...] assim como fizera Foucault, a diferença ínfima e profunda que recorta dois períodos e suas implicações para o acontecimento da *aids*: formas de sujeito e produção de identidades, saberes e procedimentos médicos es-

---

<sup>5</sup> Toda citação do texto de Butturi Junior (2016b) não terá descrição do número de páginas pois está em fase de publicação (no prelo).

pecíficos que vem à tona respondendo a determinadas urgências históricas. Hoje, oportunamente, caberia aventar para outras formas de deslocamento desse dispositivo. (BUTTURI JUNIOR, 2016b).

Assim, ao atentar para o que seria o dispositivo da aids hoje, o autor aponta que, desde o acontecimento inicial de uma doença misteriosa, ao isolamento de um vírus e a respectiva produção de vontade de verdade que a transformou numa síndrome, passando pela criação dos grupos de risco dos anos oitenta<sup>6</sup>, “[...] é mister observar outras formas de redistribuição dos corpos, dos saberes, dos poderes e dos sujeitos. [...]” (BUTTURI JUNIOR, 2016b). O autor problematiza novos pontos de contato no dispositivo da aids, que se produzem a partir daquilo que ele chama de “[...] *discurso crônico da aids* produzido pela Terapia Antirretroviral (TARV) e suas formas de subjetividade”, configurando *um segundo acontecimento* para os processos de objetificação e de subjetivação. Butturi Junior (2016b) aponta então o aspecto crônico – ou em outras palavras, o *viver com HIV* – como um novo deslocamento que podemos contemplar, atualmente, quando pensamos no dispositivo da aids.

O aspecto crônico da aids nos possibilita pensar também a respeito de um outro fenômeno discursivo. A palavra soropositivo, por exemplo, assume na década de 90 uma relação hierarquizante em oposição ao termo aidético, pois o surgimento de novos medicamentos permitiu com que o sujeito portador do vírus, que em algum momento desenvolveria a doença, passasse a um estágio dentro da própria história da aids que o transformaria em doente crônico. A respeito do conceito de doença crônica, Schaurich, Coelho e Motta (2006, p. 459) dirão que:

Pode-se conceber, então, a doença crônica como uma possibilidade permanente de existência que altera o processo de ser saudável e encontra relação próxima com os significados estabelecidos, individual e coletivamente, para o processo de viver, pois a dimensão da doença vai além dos aspectos biológicos, envolvendo os contextos social, psicológico, cultural e religioso das pessoas.

---

<sup>6</sup> Sobre a questão daquilo que se convencionou a chamar *grupo de risco* e o dispositivo da aids, Butturi Junior (2016b) aponta que tal grupo foi “inicialmente definido sob a égide dos 5H: hemofílicos, homossexuais, haitianos, heroinômanos e *hookers* (prostitutas). [...] No interior desse grupo, é mister dar atenção especial à construção de identidades substancializadas e a negação inicial da possibilidade de contaminações heterossexuais.”



Os autores ainda aplicam esse conceito ao contexto de infecção pelo HIV dizendo que:

Percebe-se que as evoluções técnico-científicas e, principalmente, farmacológicas têm oportunizado aos indivíduos com AIDS um viver com a doença, e não para a doença como nos anos iniciais; isto é, o tratamento antiretroviral tem possibilitado, entre outros aspectos, transformar uma síndrome que anteriormente era percebida culturalmente como um resultado de morte anunciada, em uma doença com perspectivas de cronicidade. (SCHAURICH; COELHO; MOTTA, 2006, p. 459)

Atualmente, é interessante observar um outro fenômeno ocorrendo com o advento da palavra ‘indetectável’ no dispositivo da aids, que traz em seu significado a ideia do sujeito que, apesar de ser portador do vírus, reduz significativamente, segundo discursos médicos-científicos, as chances de transmissão do HIV. Eis que temos, portanto, uma cisão entre sujeitos que aparentemente teriam *algo* em comum – o fato de serem portadores do HIV –, mas que se distinguem, mais uma vez, numa relação hierarquizante, a partir da noção de adesão ou não à medicação usada para combater o vírus no organismo. Assim, é que Butturi Junior (2016b), ao citar Galvão (2000) dirá que:

A possibilidade de ser um sujeito diante do pânico moral narrado pela imprensa, às voltas com a estigmatização dos corpos biopolítica nos finais dos anos oitenta e nos anos noventa do século XX, certamente, não é a mesma que aparece alguns anos depois, segundo a ordem da biomedicina e da cronicidade da aids. Deslocamentos no dispositivo exigem, como é sabido, novas formas de ser sujeito. É sobre o *viver com o hiv* segundo a ordem da TARV que [...] incide esse novo deslocamento do dispositivo da aids. (BUTTURI JUNIOR, 2016b, s/p.).

Porém, o autor encontra no aspecto crônico do dispositivo da aids aquilo que ele classificará como uma “[...] ambiguidade dos discursos produzidos pelos sujeitos que estão em tratamento de infecção pelo vírus hiv usando a TARV” (BUTTURI JUNIOR, 2016b). Para ele, esses discursos veiculam enunciados que dizem respeito à medicalização e a disciplinarização dos corpos, produzindo conseqüentemente “[...]”

formas de saber, modalidades de sujeito e estratégias de poder” (BUTTURI JUNIOR, 2016b), que refletem na construção de uma subjetividade soropositiva. O autor também atenta, a partir da leitura de Néstor Perlongher, para o fato de que essa nova economia discursiva e subjetiva “[...] deve ser lida como um dispositivo, justamente por sua capacidade de produzir formas de subjetividade de acordo com estratégias políticas urgentes e específicas” (BUTTURI JUNIOR, 2016b).

Essas formas de subjetividade citadas pelo autor se materializarão em discursos que enfatizam, certamente a “[...] redistribuição e controle dos corpos perversos” (PERLONGHER, 1987, p. 76). Butturi Junior (2016b), pensando nessa redistribuição, irá direcionar sua atenção para duas estratégias presentes no dispositivo da aids: uma que diz respeito à disciplinarização dos corpos e do desejo; e uma outra, que aponta para a medicalização dos sujeitos e da população. Tal debate nos leva, inevitavelmente, a pensar numa biopolítica, pensada por Foucault quando este discorreu a respeito do dispositivo da sexualidade.

O filósofo comenta que, quando no fim do século XVIII, o sexo escapou da instituição que detinha o poder sobre ele – a eclesiástica –, passou a fazer parte também dos negócios do Estado, por meio de outras instituições, como a pedagogia, a medicina e a demografia. O autor dirá que “[...] todo o corpo social e quase cada um de seus indivíduos eram convocados a porem-se em vigilância.” (FOUCAULT, 2015, p. 126), de modo que o sexo, ao ser instaurado em novos contextos, passou também a estabelecer demarcações novas de poder em sociedade. Para o filósofo (FOUCAULT, 2015, p. 128):

A tecnologia do sexo, basicamente, vai se ordenar, a partir desse momento, em torno da instituição médica, da exigência de normalidade e, ao invés da questão da morte e do castigo eterno, do problema da vida e da doença. A `carne` é transferida para o organismo. Essa mutação se situa na passagem do século XVIII para o século XIX; ela abriu caminho para muitas outras transformações que daí derivam. [...] Na mesma época, a análise da hereditariedade colocava o sexo (as relações sexuais, as doenças venéreas, as alianças matrimoniais, as perversões) em posição de `responsabilidade biológica` com relação à espécie; não somente o sexo podia ser afetado por suas próprias doenças, mas, se não fosse controlado, podia transmitir doenças ou criá-las para as gerações futuras; ele aparecia, assim, na origem de todo um capital patológico da espécie. Daí o projeto médico, mas também político, de organizar uma gestão estatal dos casamentos,

nascimentos e sobrevivências; o sexo e sua fecundidade devem ser administrados. A medicina das perversões e os programas de eugenia foram, na tecnologia do sexo, as duas grandes inovações da segunda metade do século XIX.

Assim, ao situar o sexo como uma preocupação do Estado, fundamental para os princípios que regem a vida, ele passa a ser visto não mais apenas como uma questão associada à moral e aos bons costumes. Distanciado da mera noção de pecado, o sexo passa a ser umas das principais preocupações biopolíticas do Estado, que passa a englobá-lo de forma constante, estipulando leis e normas a respeito do fazer o e do falar sexual que influenciarão de modo direto à significação do hiv / aids e à subjetividade do soropositivo.

Butturi Junior argumentará a respeito do impacto que a biopolítica exerce no próprio modo como entendemos a noção de morte, conforme a leitura foucaultiana. Segundo o autor “[...] a modificação se dá quando o poder passa a ser exercido para garantir a manutenção da vida, expulsando a morte e entendendo-a como um problema. A questão dessa nova tecnologia do poder é fazer viver e não deixar morrer” (BUTTURI JUNIOR, 2016b).

Da perspectiva biopolítica, em que se pese a relação entre sexualidade e segurança, segundo a visão do autor, um problema que se coloca ao pensarmos no dispositivo da aids no Brasil – atualmente ou em sua aparição. Um problema ambíguo, pois “[...] este pode ser lido como um conjunto estratégico de separar e disciplinar a vida, por um lado, e de rejeitar e matar, por outro” (BUTTURI JUNIOR, 2016b). Se retomarmos a discussão a respeito do fenômeno discursivo pelo qual os enunciados sobre o “sujeito indetectável” assume uma relação hierarquizante de superioridade com a palavra “aidético”, por exemplo, percebemos que as estratégias de normalização e de disciplinarização vigentes no dispositivo se sobressaem ao valorizar o sujeito que adere a TARV e indetecta a carga de vírus no organismo – diminuindo as chances de transmissão do hiv nas relações sexuais, segundo discursos médicos-científicos. Assim, há para o portador do vírus que se disciplina e se normaliza – no sentido de tornar-se um portador de uma doença crônica – uma positividade e uma injunção exigidas pelo próprio dispositivo que permite a manutenção da vida. Entretanto, o contrário pode acontecer para aquele que por algum motivo desenvolve a síndrome: ao invés da cronicidade o que

existirá é uma aproximação cada vez maior entre esse sujeito e a morte, o que vai contra o objetivo biopolítico de fazer viver e não deixar morrer.

Desta forma, partindo da “égide de certo higienismo sanitaria”, o dispositivo da aids exigirá dos sujeitos que vivem com o hiv uma “responsabilização pelos corpos doentes” (BUTTURI JUNIOR, 2016b):

Nessa estratégia ampla de governo biopolítico, a medicalização dos corpos terá centralidade. Assim, a medicalização massiva e as táticas de produção de discursos de prevenção e de adesão aos tratamentos químicos será responsável por completar o conjunto de relações políticas que conformam a aids como um dispositivo. [...] anormal é aquele que não se responsabiliza por seu corpo e por sua saúde. (BUTTURI JUNIOR, 2016b).

O autor ressalta, porém, que não se trata negar os avanços das políticas públicas de combate ao hiv/ aids no Brasil, mas sim apontar, com base na leitura de Parker (2015), para as armadilhas que o aspecto crônico do hiv apresenta e para aquilo que chamará de *efeito de desaparecimento* ocasionado pela própria perspectiva crônica do hiv/ aids. Se, por um lado, hoje é possível um *viver com o vírus*, isso não quer dizer que os problemas inerentes à síndrome e aos portadores do hiv não existam mais. O autor comenta, por exemplo, do silenciamento dos órgãos oficiais frente a morte de certos grupos, dos efeitos colaterais causados pelo uso contínuo de certos medicamentos e pela não adesão de outros menos prejudiciais ao organismo por questões geralmente político-financeiras, da sujeição total do paciente à aquilo que é ditado pelo dispositivo médico e das táticas de controle dos corpos perversos por meio da medicalização dos pacientes e pelo cuidado com a segurança de seus corpos – incapazes de “contaminar” novas pessoas (BUTTURI JUNIOR, 2016b).

Eis que podemos afirmar, por fim, que se o dispositivo da aids permitiu aos pacientes portadores do vírus hiv, por meio da “correta adesão” da TARV, uma perspectiva crônica de vida, ao mesmo tempo ainda provoca cisões ao permitir com que vejamos o sujeito portador do vírus por um viés que oscila entre a normalidade e a anormalidade, entre a perversidade e a disciplina, entre o crônico e o mortal, entre a aceitação e a exclusão, e, por fim, entre a vida e a morte.

São estes enunciados de dispositivos dúbios que se materializam nas campanhas que, na próxima seção, analisarei.

### 3 A subjetividade soropositiva em campanhas publicitárias

De modo a investigar a formação discursiva sobre hiv/aids por meio de diferentes séries discursivas sobre a doença e, principalmente, de analisar como a subjetividade do soropositivo foi construída discursivamente em determinados dispositivos, analisarei quatro campanhas publicitárias por meio de textos destinados à prevenção da aids no Brasil e no mundo. Vejamos então os textos a serem analisados:

**Figura 1.** Campanha da AIDES



**Fonte:** TVWA Paris (2004).

Lançado em 2004 pela ONG francesa AIDES em parceria com a empresa TBWA de Paris, com o intuito de sensibilizar os franceses contra a aids, o texto publicitário acima teve os seguintes dizeres: “Sans preservant, c’est avec le sida que vous fait l’amour”<sup>7</sup>. É nítida a intenção da A campanha é bastante explícita em chamar a atenção para o risco de praticar relações sexuais sem o uso de preservativo, reforçando a ideia de que se não hou-

<sup>7</sup> “Sem precauções, é com a AIDS que você está fazendo amor”.

ver precaução, o indivíduo poderá ser acometido pelo vírus hiv, metaforicamente representado pelo veneno do escorpião. Há, assim, a presença da metáfora do perigo, marcada pela figura do animal. Já a subjetividade do soropositivo é construída por meio dessa metáfora: o indivíduo portador do hiv é um animal peçonhento, asqueroso e temido. O texto veicula um discurso biológico que transforma o corpo do sujeito num corpo de animal, o que nos leva a pensar na biopolítica da *scientia sexualis* de Foucault ao tratar do dispositivo sexual, “pautada [...] na disciplinarização médica dos prazeres científicos” (BUTTURI JUNIOR, 2016b). No anúncio, tanto os discursos de anormalidade – diante da figura do animal peçonhento – quanto os que aproximam a aids da ideia de morte – distante, portanto, da perspectiva de cronicidade – aparecem acentuando a intenção disciplinadora de adestramento dos corpos perversos. Podemos ainda buscar em outros elementos da campanha a presença da metáfora do perigo, como o quadro que está localizado acima da cama, mostrando um sujeito com os olhos vendados – no quadro, a repetição dos enunciados do perigo invisível que se deve desocultar reaparece e exige atenção. Se a campanha tenta, através da disseminação dos discursos da segurança e do perigo do dispositivo da aids, trabalhar com a prevenção da doença, ela acaba por construir a imagem do sujeito soropositivo como um inimigo a ser combatido – racialmente e biologicamente combatido, poderíamos afirmar com Foucault – por meio de estratégias de guerra pela preservação de uma espécie.

Sontag, em *AIDS e suas metáforas*, comenta acerca da presença das metáforas militares nas campanhas de saúde. Segundo a autora:

A metáfora mais generalizada que sobrevive nas campanhas de saúde pública, que rotineiramente apresentam a doença como algo que invade a sociedade, e as tentativas de reduzir a mortalidade causada por uma determinada doença são chamadas de lutas e guerras. As metáforas militares ganharam destaque no início do nosso século, nas campanhas de esclarecimento a respeito da sífilis realizadas durante a Primeira Guerra Mundial, e nas campanhas contra a tuberculose do pós-guerra. Um exemplo, extraído da campanha italiana contra a tuberculose dos anos 20, é o cartaz intitulado *Guerre alle Mosche* (Guerra às moscas), que mostra os efeitos letais das doenças transmitidas pela mosca. Os insetos aparecem como aviões inimigos soltando bombas de morte sobre uma população inocente. As bombas trazem inscrições. Uma delas é rotulada *Microbi*, micróbios; a outra, *Germi della tisi*, germes da tuberculose; a outra, simplesmente *Malattia*, doença. Um esqueleto de capa e capuz negros aparece no primeiro avião, como passageiro ou piloto. Em outro cartaz, “Com estas ar-



mas conquistaremos a tuberculose”, a figura da morte aparece presa à parede por espadas desembainhadas, cada uma das quais tem uma inscrição referente a uma medida contra a doença. Numa das lâminas lê-se “limpeza”; na outra, “sol”; nas outras, “ar”, “repouso”, “boa alimentação”, “higiene”. (Evidentemente, nenhuma dessas armas era realmente importante. O que conquista – ou seja, cura – a tuberculose são os antibióticos, que só foram descobertos cerca de vinte anos depois, na década de 1940) (SONTAG, 1989, p. 14-15).

Assim, há, tanto a partir daquilo que o anúncio veicula sobre a aids, quanto das afirmações da autora norte-americana sobre a tuberculose, a presença nítida da metáfora militar por meio da marcação específica de um inimigo. Se no caso da tuberculose as moscas aparecem como o alvo, no anúncio de 2004 que ora observo, o inimigo é representado pelo sujeito soropositivo – um sujeito que aparece socialmente como perigoso e que deve ser contido pelas normas do fazer viver que imperam nas relações de saber-poder do dispositivo.

É interessante notar que a metáfora do perigo e a assunção de estratégias militares, como pensadas por Sontag, reaparecem em outras campanhas da mesma época. Vejamos:

**Figura 2.** Campanha da fundação Michael Stich



**Fonte:** Jung Von Matt (2007).

O texto desse anúncio, produzido pela agência de publicidade Jung Von Matt para a fundação alemã Michael Stich, que apoia projetos destinados à prevenção da infecção pelo HIV, na Alemanha, pode ser traduzido assim: “Apenas 0.003mm de látex separam a vida da morte”. Como a própria sentença explicita, a ideia de finitude associada à aids é nítida, sendo que o uso do preservativo é o que existe de eficaz para separar a vida da morte. O discurso veiculado é marcado pela metáfora do perigo, só que dessa vez o anúncio recorre a uma imagem fortemente violenta para caracterizar o soropositivo como o inimigo, o assassino, o detentor de uma arma perigosa capaz de por um fim na vida das vítimas que ele encontra. Ao invés do pênis do modelo, o que aparece é o revólver, que se encontra nas mãos de sua parceira-suicida, que falha na gestão dos riscos e no cuidado de si exigidos pelo dispositivo. Se pensarmos no modo como a subjetividade soropositiva é construída aqui, vemos que o sujeito que possui o vírus é colocado numa posição de sujeição às forças históricas que comenta Carvalho (2007). Assim como no anúncio anterior, os enunciados que relacionam perigo e sujeito soropositivo fazem com que este último permaneça constituído segundo a ordem do dispositivo de segurança biopolítico engendrado nos anos oitenta do século XX. Aqui, é importante pensar que os deslocamentos nos saberes e na objetificação do hiv, trazidos pela TARV e pelo dispositivo crônico da aids, permanecem silenciados diante de uma memória de exclusão e de culpabilização – seja do soropositivo, seja dos corpos não-disciplinados. A memória discursiva que o enunciado coopta atua de modo a “separar e disciplinar a vida, por um lado” – por meio da citação que se faz ao uso do preservativo como sendo capaz de separar a vida da morte – e de “rejeitar e matar, por outro” (BUTTURI JUNIOR, 2016b) ao constituir o soropositivo como um sujeito perigoso por meio do instrumento que este carrega e que é capaz de levar alguém ao fim da vida.

Retomando à perspectiva de cronicidade com relação ao *viver com o hiv* apontada pelos autores Schaurich, Coelho e Motta (2006) e por Butturi Junior (2016b) acabamos concluindo que, por mais que já houvesse discursos que certificavam como eficiente a terapia antirretroviral no período em que ambas as campanhas foram publicadas, a formação discursiva produzida pelos anúncios ainda retoma e aprofunda os enunciados da mortalidade associados à aids da década de 80. Ainda não há, para o sujeito que vive com hiv, a possibilidade de positivação e permanece o estigma racializador.

Diante destes dois anúncios e da permanência dos discursos do perigo, trago para a análise o que se pode tratar como um deslocamento da ordem da assunção da cronicidade do dispositivo do hiv. Trata-se de um anúncio produzido pela Master Comunicação para a campanha de prevenção à aids promovida pelo Ministério da Saúde – Brasil, no ano de 2009:

**Figura 3.** Campanha “Viver com Aids é possível”



**Fonte:** Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais - Brasil (2009).

O discurso veiculado por esta campanha, como se pode notar com facilidade, parece mais otimista em relação aos anteriores. Primeiramente, a imagem foca não mais o ato sexual, mas sim o vínculo afetivo expresso pelo casal. É o beijo que instaura um discurso inédito com relação às outras campanhas: a resignificação do discurso da finitude. O texto, contrariamente aos anteriores, constrói-se a partir dos enunciados da *vida*: “Viver com aids é possível. Com o preconceito não”. Aqui, vemos claramente a passagem do conceito da doença mortal, materializado de diferentes formas nas campanhas anteriores, substituído pelo discurso da soropositividade e da positividade dos sujeitos. Um outro enunciado aparece nessa estratégia: o combate ao preconceito. Poucos anos separam

as visibilidades mas, se antes o soropositivo era o animal peçonhento, o detentor do objeto que mata ou se a relação com um portador do vírus era algo que levava naturalmente à morte – um sujeito “aidético” –, agora sua identidade é preservada e o discurso sobre esse sujeito também é ressignificado: ele é alguém cuja existência civil deve ser garantida.

Porém, uma leitura mais atenta nos permite ver também a presença do discurso biopolítico, deslocado. Assim, o enunciado “Um deles tem HIV. O outro sabe.” pressupõe que, além de viverem uma relação sorodiscordante – termo que se usa para definir a relação em que um parceiro tem o vírus e o outro não – a pessoa que não é portadora tem absoluta “consciência” da sorologia de seu parceiro, o que acarreta uma necessidade de que o parceiro sorodiscordante tem de saber da condição biológica da pessoa com quem está se relacionando, segundo a ordem de um dispositivo confessional. A obrigatoriedade da confissão, tema fundamental da injunção do dispositivo sexual foucaultiano, é retomada por CandiOTTO. Ao tratar da confissão, o autor recorre à uma genealogia da confissão em Foucault e destaca “[...] os modos pelos quais os sujeitos são constituídos a partir da obrigação de enunciar verdades sobre eles próprios” (CANDIOTTO, 2007, p. 3). Sendo assim, as práticas confessionais consistiriam como um mecanismo operador de verdade. Por sua vez, porém, que Foucault considera a verdade como sendo resultado de um acontecimento histórico, preferindo “[...] abordar os modos históricos de verificação, a saber, mecanismos e procedimentos, estratégias e táticas de poder que atuam na produção de discursos qualificados como verdadeiros e na desqualificação de outros, como falsos” (CANDIOTTO, 2007, p. 4). Assim, é na prática de enunciação do eu (*aveu*) e na sua relevância na produção de verdade, que o autor dirá que “[...] em suma, *aveu* designa o ato verbal pelo qual o sujeito, mediante reconhecimento sobre o que é ou fez, ata-se a essa verdade, coloca-se em situação de dependência a outrem e, por esse mesmo dizer, modifica a relação consigo.” (CANDIOTTO, 2007, p. 5).

Assim, é vinculando o sujeito à obrigação de verdade daquilo que se enuncia que o *aveu* o qualificará de modo diferente: “[...] doente, mas suficientemente consciente de sua doença, de modo que ele mesmo possa empreender seu processo de cura.” (CANDIOTTO, 2007, p. 7). Para o autor:

A constituição do sujeito pela enunciação de sua própria verdade configura o efeito de uma relação de poder [...]. O vínculo entre o sujeito e sua verdade é estabelecido em virtude dos mecanismos do saber-poder. A afirmação: ‘sou louco’, pronunciada pelo paciente é performativa, sua

enunciação está desvinculada de quem enuncia, embora opere a cura e realize o fim para o qual se propunha. A cura tem como condição suficiente a verbalização que reconhece a loucura. O gesto de dizer algo qualificado de verdadeiro adquire função precisa no próprio indivíduo que confessa. (CANDIOTTO, 2007, p. 8).

É possível defender a tese, a partir dos deslocamentos dos discursos e dos dispositivos, materializados no breve período que separa os três anúncios, a permanência de uma injunção pela verdade acerca da aids e dos sujeitos que vivem com HIV. Nos dois primeiros anúncios, a verdade da aids recupera uma memória discursiva biopolítica que inscreve o sujeito na trama da perversidade, do risco (e aqui, caba lembra dos “grupos de risco” produzidos até a década de noventa do século XX) e da estigmatização. Já no terceiro, muito embora se possa notar uma positivação, a permanência da confissão é a condição da normalidade dos sujeitos – de outra forma, estes mergulhariam nos discursos do perigo epidêmico.

Diante desta memória discursiva (FOUCAULT, 2012), vou ao último dos anúncios que aqui elenco e que foi publicado recentemente, em novembro de 2016, também pela agência de publicidade TBWA de Paris em parceria com a ONG francesa AIDES – a mesma parceria que resultou na campanha da Figura 1, de 2004. Vejamos:

**Figura 4.** Campanha da AIDES - 2016



**Fonte:** TBWA Paris (2016).



O texto veiculado pelo anúncio traz o seguinte enunciado, em destaque: “Les séropositifs sous traitement ont beaucoup de choses à nous transmettre. Mais pas le virus du sida.”<sup>8</sup>. A imagem traz dois homens. A cena que não traz em si um apelo sexualmente explícito, mas sim um relacionar-se que se encontra representado por um movimento de dança. Vemos claramente que o dispositivo ao qual o anúncio se veicula não tem a intenção de estigmatizar o sujeito portador do vírus como no anúncio da *Figura 1*, por exemplo, feito pela mesma empresa de publicidade. Há uma mudança de estratégia discursiva, que responde à novas urgências históricas e mostra uma diferença com relação ao modo como a temática do hiv/ aids é trabalhada e ao modo como a subjetividade soropositiva é construída. O discurso produzido pelo texto parte de um outro solo discursivo e se materializa a partir do que, antes, descrevi como o dispositivo crônico da aids (BUTTURI JUNIOR, 2016b). Nessa rede discursiva, o que se reforça não é mais uma doença (aids), mas um vírus. A temática também não se desenvolve segundo o perigo pelo contrário: trata-se do hiv e do discurso das pessoas por pessoas infectadas, mas que realizam o tratamento com a terapia antirretroviral. E os dizeres que afirmam que o sujeito soropositivo tem muitas coisas para *nos transmitir* podem ser associados ao papel que um dos dois representa: o de ser professor. Podemos dizer, inclusive, que há uma valorização do sujeito que antes se encontrava marginalizado. Há aqui, ainda que não se recorra a palavra “indetectável”, uma menção aos sujeitos que, por aderirem à medicação usada para combater o hiv, reduzem significativamente a chance de transmissão do vírus e não representam, portanto, mais a noção de perigo que é construída nos anúncios das figuras 1 e 2.

Se nos anúncios anteriores há uma aproximação da aids com a ideia de morte, aqui vemos a ressignificação não só da doença em si, por meio do tom nitidamente mais otimista deste em relação aos primeiros, em que o principal objetivo do dispositivo é criar uma relação de aproximação com o sujeito soropositivo, sem estigmatizá-lo. Porém, uma ressalva importante, da ordem também biopolítica: observamos que essa valorização é atribuída somente aos soropositivos em tratamento, o que reforça a estratégia de segu-

---

<sup>8</sup> Numa tradução livre: “Os soropositivos em tratamento têm muitas coisas pra te transmitir, menos o vírus da aids”.



rança que se desloca e faz deslocar os dispositivos sexual e da aids. Duas formas de subjetividade aparecem: por um lado, as pessoas medicadas e cujos corpos não transmitiriam o hiv.

Estes discursos veiculados pelo anúncio se aproximam da definição de doença crônica proposto por Schaurich, Coelho e Motta ao conceber o *viver com o hiv* como “[...] uma possibilidade permanente de existência que altera o processo de ser saudável e encontra relação próxima com os significados estabelecidos, individual e coletivamente, para o processo de viver” (2006, p. 459), ao mostrar não apenas a possibilidade de cronicidade diante do aspecto biológico da aids, mas também dos contextos sociais, psicológicos e culturais dos indivíduos que vivem com o hiv. Podemos também observar que a palavra aids (em francês, *sida*) é grafada em letras minúsculas e coincide com o argumento de Hebert Daniel exposto no início do trabalho de enxergarmos a aids para além da síndrome em si, indicando, portanto, que atualmente ela assume significados mais amplos, não devendo, segundo essa justificativa, ser grafada com maiúsculas por representar bem mais que a sigla de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

Se a origem discursiva do hiv/ aids aparece circunscrita por uma série de discursos que visam estigmatizar o sujeito que é soropositivo, como vemos presentes até em campanhas publicitárias recentes, pode-se dizer que ao menos a análise dos últimos anúncios nos permite inferir uma visão mais otimista da síndrome. A ideia de morte expressa nos dois primeiros textos aparece substituída pela ideia de que “viver com aids é possível”, um dos pontos de vista defendidos pela memória discursiva na qual ainda ecoam os enunciados de Daniel (1990).

### **Considerações finais**

O dispositivo crônico da aids citado nesta pesquisa se mostrou capaz de moldar um novo tipo de subjetividade ao portador do vírus hiv. Ao deslocar os discursos da finitude que antes predominavam no dispositivo da aids, a perspectiva de cronicidade aos sujeitos soropositivos – e a respectiva resignificação daquilo que se convencionou a classificar como uma síndrome – permitiu com que novas séries discursivas surgissem e com que as formações discursivas sobre a doença pudessem, enfim, produzir novas formas de objetivação e de subjetivação. No entanto, ao analisarmos os anúncios, percebemos que as

estratégias vigentes no interior do *dispositivo crônico da aids* ainda se mostram contraditórias em alguns aspectos, principalmente quando as pensamos biopoliticamente. Assim, desde a tese de disciplinarização dos corpos perversos, defendida por Butturi Junior (2016b) – mediante a táticas de prevenção do ato sexual e de medicalização dos sujeitos soropositivos – até a obrigatoriedade da confissão descrita por Candiotta (2007), com base na leitura foucaultiana, nota-se que ainda há muito a ser feito para que se possa des-sujeitar este sujeito constituído por relações de poder-saber estabelecidas dentro do dispositivo (BUTTURI JUNIOR, 2016a).

O que proponho aqui não é tecer críticas à terapia antiretroviral, nem deixar de reconhecer os avanços que ela tem proporcionado aos sujeitos que vivem com o vírus hiv, mas sim atentar – da mesma forma que fez Butturi Junior (2016b), usando argumentos já citados neste artigo – para novas formas de constituir esse sujeito que permitam com que o *viver com o hiv* seja repensado por meio de possibilidades mais ou menos livres de criação de si mesmo, afastando-se, portanto, das normas que imperam no dispositivo e que determinam formas pré-estabelecidas de subjetividade.

Já com relação ao fenômeno discursivo presente nos dispositivos – do qual tentei, via articulação entre a teoria exposta e a prática analisada, mostrar como se manifesta por meio de relações complexas de poder ditadas no e pelo dispositivo – recorro à Foucault (2015, p. 111), que considera que estes “[...] são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de forças; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia.”. O autor ainda ressalta que:

Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, espora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo.” (FOUCAULT, 2015, p. 110).

A análise das campanhas publicitárias me permitiu perceber que os próprios textos responsáveis por trabalhar com estratégias de prevenção e disseminação de informação sobre hiv/ aids reproduziram discursos que não condizem mais com a atual situação do

sujeito soropositivo e da síndrome em si. Tais discursos contribuíram para uma a permanência de uma memória estigmatizante das subjetividades soropositivas que precisa ser, cada vez mais, repensada diante das inúmeras e múltiplas possibilidades que o *viver com o hiv* possibilita hoje. Há, ainda, muitos discursos que precisam ser repensados e resignificados de modo a possibilitar a esses sujeitos o que de fato merecem: a liberdade de se constituírem sem serem vitimados pelos dispositivos, a dignidade da existência e a exigência pelos direitos civis e a luta e a resistência diante das formas de preconceito, estigmatização e exclusão que ainda imperam no dispositivo (crônico) da aids.

### Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *O amigo. O que é um dispositivo*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Aids no Brasil*. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pagina/aids-no-brasil>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Campanha "Viver com Aids é possível"*. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/campanhas/2009/38266>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- BESSA, Marcelo. *Os perigosos: autobiografia e AIDS*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.
- BUTTURI JUNIOR, A. *As formas de subjetividade e o dispositivo da aids no Brasil contemporâneo: disciplinas, biopolítica e fármakon*. In: AQUINO, V. C. et al. *Língua, literatura, cultura e identidade: entrelaçando conceitos*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2016a. p. 59-78.
- BUTTURI JUNIOR, A. *A autoria, o dispositivo e a ética: os limites da (des)subjetivação na escrita*. *Alfa*, São Paulo, v. 60, n. 3, p. 507-530, 2016b. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-57942016000300507&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-57942016000300507&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 10 jan. 2016b.
- CANDIOTTO, Cesar. *Verdade, confissão e desejo em Foucault*. *Revista Observaciones Filosóficas*. Valparaíso (Chile), v. 1, n. 4, p. 1-10, 2007.
- CARVALHO, A. F. de. *História e subjetividade no pensamento de Michel Foucault*. 2007. 242 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- DANIEL, Hebert. *O primeiro AZT a gente nunca esquece*. ABIA: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS. Rio de Janeiro, boletim n. 11, jul. 1990.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. 8. ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio: São Paulo: Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 7. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. *O nascimento da clínica*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

JUNG VON MATT. *Campanha da fundação Michael Stich (2007)*. Disponível em: <http://www.iocomunica.com.br/aids-na-publicidade>. Acesso em: 04 nov. 2016.

SCHAURICH, Diego; COELHO, Debora Fernandes; MOTTA, Maria da Graca Corso. A cronicidade no processo saúde-doença: repensando a epidemia da AIDS após os anti-retrovirais. *Revista de Enfermagem UERJ*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 455-462, jul./set. 2006.

SONTAG, Suzan. *Aids e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TBWA PARIS. *Campanha da AIDES, 2004*. Disponível em: [http://obviousmag.org/archives/2007/05/campanha\\_france.html](http://obviousmag.org/archives/2007/05/campanha_france.html). Acesso em: 09 ago. 2016.

TBWA PARIS. *Campanha da AIDES, 2016*. Disponível em: <http://m.aides.org/Revelation>. Acesso em: 29 nov. 2016.

Data de submissão: 09/12/2016

Data de aceite: 29/01/2017

## A NEGAÇÃO DA RAÇA E O DISCURSO LIBERAL-MERITOCRÁTICO

THE DENIAL OF RACE AND THE LIBERAL-MERITOCRATIC DISCOURSE

Maíra Sevegnani  
Mestranda do PPGLg da UFSC  
[maira.sevegnani@yahoo.com.br](mailto:maira.sevegnani@yahoo.com.br)

**Resumo:** Este artigo investiga os enunciados em torno de raça e racismo presentes na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186, de autoria do partido Democratas, que considera inconstitucional o Sistema de Cotas para Negros da Universidade de Brasília. Ancorados na arqueogenealogia foucaultiana, bem como nas proposições desse filósofo a respeito de poder-saber e dispositivo, propomos que o discurso liberal-meritocrático é o principal agregador dos demais discursos que compõem a Arguição, visto que sua função estratégica dominante parece ser preservar o acesso às instituições federais de ensino por vias exclusivamente meritocráticas. Para tanto, o documento analisado recorre a discursos biologizantes a respeito de raça, negando, inclusive, sua existência.

**Palavras-chave:** Arqueogenealogia; Dispositivo; Raça; Racismo; Discurso liberal-meritocrático.

**Abstract:** This article investigates the statements about race and racism on the Claim of Non-compliance with Fundamental Precept No. 186, written by the Democratic Party that considers the quota system for black people from the University of Brasília unconstitutional. Based on Foucauldian archaeo-genealogy, and on the propositions of this philosopher about power-knowledge and *apparatus*, we propose that the liberal-meritocratic discourse is the main aggregator of others discourses from the Claim, since its strategic dominant role seems to be the preservation of access to federal educational institutions exclusively by meritocratic means. Therefore, this document appeals to biological discourses about race, which even deny its existence.

**Keywords:** Archaeo-genealogy; Apparatus; Race; Racism; Liberal-meritocratic discourse.

## **Introdução**

As ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas ou privadas que visam à superação das desigualdades socioeconômicas a que foram submetidos determinados indivíduos na sociedade, tornando concreto, desse modo, o “princípio constitucional da igualdade material” (GOMES; SILVA, 2003, p. 90). Tais políticas consideram que a discriminação – seja essa de raça, etnia, gênero, religião ou condições físicas – torna desiguais as oportunidades de acesso à educação e ao mercado de trabalho, bem como reconhecem que as leis proibitivas e punitivas – que criminalizam a discriminação racial, por exemplo – não são suficientes para a neutralização das desigualdades sociais. Diante disso, as ações afirmativas buscam prover aos grupos historicamente marginalizados, através de medidas variadas, possibilidades de acesso a instituições públicas e/ou privadas de ensino e trabalho.

Entre as ações afirmativas implementadas a nível nacional, destacam-se as políticas de cotas para acesso a instituições federais de ensino, acesso a cargos públicos e acesso a postos de trabalho em empresas. Essas políticas têm como intuito garantir que um determinado número de vagas em estabelecimentos públicos ou privados seja preenchido por pessoas oriundas dos setores menos privilegiados da sociedade. No Brasil, exemplos de leis de cotas são a Lei nº 12.711/12, a Lei nº 8.213/91, a Lei nº 12.990/14, e a Lei nº 8.112/90, que reservam, respectivamente, um número de vagas para: i) estudantes oriundos de escolas públicas nas instituições federais de ensino; ii) pessoas com deficiência nas empresas; iii) candidatos negros em concursos públicos; iv) pessoas com deficiência em concursos públicos. No que diz respeito à primeira lei – lei que aqui nos interessa –, que estabelece que 50% das vagas oferecidas nas instituições federais de ensino sejam reservadas para alunos de escolas públicas, determina-se que metade dessas vagas seja direcionada para alunos cujas famílias possuam renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo por pessoa. Fica estabelecido por meio dessa lei, além disso, que dentre as 50% de vagas destinadas a alunos de escola pública, também sejam reservadas vagas para alunos “autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística” (BRASIL, 2012).



No cenário nacional, tais leis têm tido repercussões variadas, sendo a reserva de vagas para candidatos negros em instituições públicas de ensino, federais ou não, um dos assuntos mais polêmicos no que diz respeito às cotas. A aprovação da Lei nº 12.711 somente em 2012 sinaliza para o quanto o assunto é controverso, uma vez que o primeiro Projeto de Lei visando a ações afirmativas para a população negra foi proposto muitos anos antes, já em 1983. Tal projeto, de nº 1.332, arquivado na Câmara, foi elaborado pelo então deputado e ativista dos direitos dos negros Abdias do Nascimento (PDT)<sup>1</sup>, e propunha, entre outras medidas, reserva de vagas para negras e negros em cargos públicos e concessão de bolsas de estudos para alunas e alunos negros em todos os níveis de ensino, incluindo pós-graduação.

No entanto, faz-se mister destacar que, não obstante a lei de cotas para negros ter sido aprovada somente em 2012, universidades públicas já efetuavam reservas de vagas para candidatos negros desde 2001, quando a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) destinou para esses candidatos, pela primeira vez, 40% das vagas que já eram reservadas para alunos oriundos de escolas públicas. Entre as universidades federais, a pioneira foi a Universidade de Brasília (UnB), que, em junho de 2004, instituiu o Sistema de Cotas para Negros.

A instituição de cotas para negros na UnB, em especial, resultou em grande repercussão nos mais diversos setores da sociedade, e gerou, inclusive, reações na esfera jurídica, haja vista a ação movida pelo Partido Democratas (DEM) contra o sistema de cotas nessa universidade em 2009. Formulada como Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186 (doravante ADPF 186), a ação, ajuizada no Supremo Tribunal Federal (STF), considerava inconstitucional o sistema de cotas para negros, argumen-

---

<sup>1</sup> É extensa a história de lutas de Abdias do Nascimento em prol dos direitos das negras e negros, entre as quais destacam-se: a fundação do Teatro Experimental do Negro, em 1944, em que eram realizados cursos de alfabetização, treinamento dramático e cultura geral para seus participantes; a organização da Convenção Nacional do Negro, entre 1945 e 1946, que propôs à Assembleia Nacional Constituinte que a discriminação racial fosse considerada crime de lesa-Pátria; a realização, em 1950, do 1º Congresso do Negro Brasileiro; a fundação, em 1968, do Museu de Arte Negra; a criação, na PUC-SP, em 1981, do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO) e, no mesmo ano, a fundação da Secretaria do Movimento Negro no PDT. Abdias do Nascimento também foi o primeiro deputado federal eleito com uma agenda que lutava pelos direitos dos negros, e auxiliou, ainda, na instituição do dia 20 de novembro como o dia da Consciência Negra. Em 1991, foi nomeado Secretário de Defesa e Promoção da Igualdade Racial no Rio de Janeiro.

tando que haveria nesse sistema o descumprimento do preceito fundamental de igualdade, vigente na Constituição Federal de 1988. Em 2012, o relator do caso – o ministro Ricardo Lewandowski – julgou improcedente o pedido feito pelo DEM.

Diante do exposto, este trabalho investiga os discursos sobre raça e racismo acionados na ADPF 186. Tomando como base a arqueogenealogia foucaultiana – compreendida como “interseção entre uma pesquisa dos arquivos, arqueológica, e uma pesquisa das táticas e estratégias do poder a ela ligada, a genealogia” (BUTTURI JUNIOR, 2012, p. 26) –, o primeiro movimento aqui proposto é considerar a ADPF 186 um *dispositivo*, termo empregado por Foucault em seus estudos. Desse modo, como dispositivo, a ADPF 186 inscreve-se em uma e inscreve uma relação de poder-saber, bem como possui uma função estratégica concreta, que aqui se procurará deslindar.

Com vistas a realizar a investigação proposta, este artigo está assim organizado: na seção a seguir, apresentam-se as concepções e considerações foucaultianas que embasam e orientam este trabalho, a saber: a *arqueogenealogia* de Foucault; suas reflexões a respeito das relações entre *poder-saber*; e o conceito de *dispositivo*. Na Seção 3, discorre-se acerca da constituição do partido Democratas e sua história, atentando para sua orientação político-partidária. Na Seção 4, a ADPF 186 é analisada enfocando, respectivamente, os dois principais discursos acionados pelo documento: o discurso científico e o discurso liberal-meritocrático que, juntos, dão base para os discursos em torno de raça e racismo nesse dispositivo e procuram assegurar, ainda, segundo hipótese aqui assumida, a separação entre brancos e negros e o “direito de matar” – nos termos do que propõe Foucault (2010) – essa parcela menos privilegiada da população brasileira. Por fim, as últimas considerações são tecidas na Seção 5.

## **2 A arqueogenealogia foucaultiana: poder, saber e dispositivo**

É comum que os leitores de Foucault organizem seu percurso teórico-filosófico de acordo com fases, considerando que, em cada momento de sua vida, o filósofo francês teria se prestado a empreitadas distintas. É nesse sentido que, em geral, fala-se em um primeiro Foucault, preocupado com a *arqueologia dos saberes*; um segundo Foucault, orientado para uma *genealogia do poder*; e um terceiro Foucault, interessado nas questões concernentes à *constituição dos sujeitos* e aos *modos de subjetivação*.

Uma atitude distinta, no entanto, em vez de considerar os estudos de Foucault isoladamente e de acordo com as fases supracitadas, procura realizar investigações em que se articulam arqueologia e genealogia, através de um trabalho denominado *arqueogenealógico*. Mas o que são a arqueologia e a genealogia em Foucault, e de que forma ambas as atitudes metodológicas<sup>2</sup> podem se complementar?

Segundo Foucault, a arqueologia se presta à análise da discursividade local<sup>3</sup>, enquanto a genealogia procura “ativar os saberes libertos da sujeição que emergem dessa discursividade” (2015a, p. 270). Desse modo, ao trabalho eminentemente – mas não somente – arqueológico de Foucault correspondem as suas primeiras publicações: *A história da loucura* (1961), *O nascimento da clínica* (1963), *A palavra e as coisas* (1966) e *A arqueologia do saber* (1969), nascendo esse último, segundo o próprio filósofo, de uma vontade sua em atribuir coerência aos três trabalhos anteriores (2008). As principais questões colocadas por Foucault (2008) nesse momento procuram compreender o modo como os saberes emergiram, e buscam explicitar como foi possível que esses mesmos saberes, e não outros, se formassem em dado momento da história.

É preciso destacar, no entanto, que diferentemente da historiografia tradicional, Foucault (2008) não concebe a história como sucessão de acontecimentos lineares, em que um é causa de outro: história compreendida, portanto, como continuidade, evoluindo e se desenvolvendo. Foucault (2008) prefere, em vez disso, falar em rupturas, em acontecimentos tão dispersos que, por acidentes – e também por meio de lutas, algo que ficará mais claro em seus trabalhos posteriores –, agrupam-se e fazem emergir as discursividades e os saberes tais quais os conhecemos. É olhando por esse viés que toda concepção de ciência como verdade cai por terra, uma vez que não há saberes mais verdadei-

---

<sup>2</sup> Utiliza-se o termo “atitudes metodológicas” tendo-se claro, no entanto, que Foucault jamais criou uma “receita” de como proceder ante os problemas investigados, mas permitiu que se vislumbrassem pistas em suas próprias investigações. Falar em uma metodologia de pesquisa fechada em Foucault seria, em todo caso, contraditório em relação às próprias reflexões do filósofo que, desde o início de seu percurso como pesquisador, considerou inadequados os universais e procurou situar a verdade no tempo, tendo claro que essa é, antes, fruto de relações que produzem o verdadeiro e o falso. Desse modo, acredita-se que a procura por uma – e só uma – metodologia em Foucault que fosse suficiente para a investigação de quaisquer práticas discursivas e não discursivas seria um trabalho fadado ao fracasso.

<sup>3</sup> Discursividade local porque, conforme pontua Foucault (2015a, p. 265), o que se realiza é uma crítica local, “não centralizada [...], que não tem necessidade, para estabelecer sua validade, da concordância de um sistema comum”.

ros que outros, mas relações muito específicas que, em dado momento, tornaram possível produzir o verdadeiro como efeito de sentido em determinadas discursividades e não em outras.

Dessas reflexões também emerge a compreensão de que não é possível encontrar a origem dos discursos, nem prever o fim a que estaríamos todos fadados a vivenciar: Foucault (2008) recusa uma visão teleológica sobre a história. Assim, conforme já vimos, não há evolução dos acontecimentos, tampouco controle absoluto sobre o que está por vir.

A inquietude em que nos coloca Foucault (2008) é, desse modo, evidente: Recusa-se, a partir de sua arqueologia, a todo e qualquer universal, bem como se rejeita a crença de que temos acesso às coisas no mundo em sua pureza e verdade – tal relação é, antes, mediada pelos discursos, discursos esses que resultam de acasos e lutas. Se cremos que algo é verdadeiro, é porque esse verdadeiro foi tornado possível em nosso tempo. Assim, a verdade é compreendida não como descoberta, como se o passar dos anos nos permitisse enxergar aquilo que, no passado, não foi possível, mas é fruto de operações, de construções. Ou seja, a verdade é produzida.

Do desconforto em que nos coloca Foucault surge a pergunta: Se tudo é fruto de acidentes, como ficam as resistências ante tudo isso? A resposta encontramos na pesquisa genealógica empreendida pelo filósofo, em que as questões concernentes às lutas e às relações entre poder-saber permitem-nos compreender que as resistências são, também, partes constitutivas dos poderes, ou, como quer Foucault, “o interlocutor irreduzível” das relações de poder (2014, p. 104).

No que diz respeito, então, à genealogia, essa questiona o porquê da constituição de certos saberes (MACHADO, 2015, p. 11). Desse modo, nesse momento, as relações de poder são enfocadas, uma vez que se intenta descobrir por meio de que lutas, de quais relações – que são bélicas e também móveis – as discursividades foram possíveis. O poder (ou, antes, os poderes) em Foucault, no entanto, tem significado bem diverso daquele a que comumente recorremos, e longe de nos remeter à fonte de onde emanariam as relações de submissão e o *não* repressivo, remetem-nos, antes, à capilaridade e à onipresença do poder, bem como à sua face também produtiva.

Com vistas a apresentar aos seus leitores essa sua compreensão de poder, Foucault realiza, primeiro, um movimento de distanciamento da concepção de poder *jurídico-discursiva*, mais comum e na qual amplamente cremos ao tratarmos do poder. Tal distanciamento, empreendido em seu trabalho *História da sexualidade: a vontade de saber* (2014), apresenta-nos as características do poder jurídico-discursivo, distinguindo-o, posteriormente, de um poder diverso – um poder *estratégico* –, esse sim presente em todos os momentos e relações de nossas vidas. Desse modo, o poder jurídico-discursivo é descrito como um poder que diz *não*, que nada produz, mas que apenas *reprime*, que dita a *lei*, que *proíbe e censura*, não permitindo que se fale sobre determinadas coisas – no caso investigado por Foucault, sobre a sexualidade –, possuindo, ainda, unidade, e exercendo-se do mesmo modo em todos os níveis, em uma relação unidirecional, de cima para baixo. Embasa-se, por fim, na seguinte dicotomia: poder legislador *vs.* sujeito obediente (FOUCAULT, 2014).

O poder estratégico de que fala Foucault é, por outro lado, em muito diverso. Primeiro porque, como já vimos, trata-se de um poder que se apresenta em e é imanente a todas as relações, mas que não se *exerce* sempre do mesmo modo: ele não possui, portanto, unidade tal qual o poder jurídico-discursivo. Além disso, esse poder produz corpos úteis, não dizendo apenas *não*; está indissolúvelmente ligado às *resistências* e é intencional, embora não seja subjetivo – ou seja, é exercido com objetivos, porém não resulta da decisão de um sujeito, individualmente (FOUCAULT, 2014) –; por fim, trata-se de um poder que vem de baixo, uma vez que, conforme o filósofo (2014, p. 102-103), deve-se supor que

[...] as correlações de força múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social. Estes formam, então, uma linha de força geral que atravessa os afrontamentos locais e os liga entre si; evidentemente, em troca, procedem a redistribuições, alinhamentos, homogeneizações, arranjos de série, convergências desses afrontamentos locais. As grandes dominações são efeitos hegemônicos continuamente sustentados pela intensidade de todos estes afrontamentos.

No que concerne às resistências, é importante salientar, novamente, que Foucault não as concebe como externas às correlações de poder, tampouco elas seriam um subproduto dessas correlações: “sua marca em negativo, formando, por oposição à dominação essencial, um reverso inteiramente passivo, fadado à infinita derrota” (2014, p. 104). Isto é, as resistências não são ilusões e, tais quais as correlações de poder, também produzem algo no mundo, podendo até mesmo, eventualmente, “provocar o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva.” (2014, p. 104). Apesar disso, é mais comum que as resistências se apresentem como “[...] pontos [...] móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irredutíveis.” (2014, p. 105).

E se a genealogia, conforme já esboçado, procura compreender o porquê da emergência de certos saberes, Foucault vai se ocupar, nesse momento, das correlações de poder observando, em especial, que essas engendram relações de saber. Mas, novamente aqui, não se trata de conceber saber como produto de poder, pois um não existe sem o outro: poder e saber são mutuamente constitutivos. Sobre isso, em *Vigiar e punir* (2013, p. 30), Foucault explica:

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder.

Foucault exemplifica tal indissolubilidade entre poder e saber ao tratar da sexualidade, em *História da sexualidade* (2014). Segundo o filósofo, a sexualidade só se constituiu como domínio a conhecer porque relações de poder assim permitiram, tornando-a um objeto possível; e, do mesmo modo, o poder só pôde tratar da sexualidade porque “se tornou possível investir sobre ela através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos.” (p. 107). Assim, fala-se em *poder-saber*, atentando, com isso, para a impossibilidade de sua separação.

Sobre poder e saber, ainda, Foucault explica que é no discurso que ambos se articulam, derivando daí a “polivalência tática dos discursos.” (2014, p. 109). Isso significa



compreender os discursos como *estratégias, táticas* não estáveis nem uniformes, que tanto podem ser efeitos de poder, quanto podem servir como ponto de resistência a ele. Nesse sentido, os discursos devem ser interrogados em dois níveis: “o de sua produtividade tática (que efeitos recíprocos de poder e saber proporcionam) e o de sua integração estratégica (que conjuntura e que correlação de forças torna necessária sua utilização em tal ou qual episódio dos diversos confrontos produzidos).” (FOUCAULT, 2014, p. 111).

Outro conceito – ou estratégia – importante em Foucault é aquele denominado *dispositivo*. Segundo Agamben (2014), trata-se de um termo decisivo no pensamento do filósofo francês, que o utiliza especialmente a partir dos anos 1970, em seus estudos sobre a governabilidade e o governo dos homens. Ainda segundo Agamben, é somente em entrevista concedida em 1977 que Foucault se aproxima de uma conceptualização do termo. Em tal entrevista, publicada em seu *Microfísica do Poder*, Foucault define o dispositivo como “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas.” (FOUCAULT, 2015b, p. 364). Ou seja, o discursivo e o não discursivo podem ser elementos do dispositivo. A seguir, Foucault caracteriza o dispositivo como a *rede* que se pode estabelecer entre aqueles elementos tão heterogêneos, e ressalta, ainda, a função estratégica dominante do dispositivo, que procura responder a uma urgência histórica.

Para Agamben, esse termo seria etimologicamente próximo de outro utilizado por Foucault n’*A arqueologia do saber, positivé*, que o filósofo francês teria emprestado de um dos trabalhos de Hyppolite. Nesse trabalho, explica Agamben, Hyppolite analisa um estudo de Hegel em que o filósofo alemão distingue uma *religião natural* de uma *religião positiva*. A religião natural diria respeito a uma relação geral e imediata entre o humano e o divino, enquanto a religião positiva – também denominada *histórica* – se caracterizaria pela conjunção de regras, crenças e ritos que são impostos aos indivíduos pelo exterior, em determinado momento da história (AGAMBEN, 2014). Desse modo,

[...] Foucault, tomando emprestado este termo (que se tornará mais tarde “dispositivo”), toma posição em relação a um problema decisivo, que é também o seu problema mais próximo: a relação entre os indivíduos como seres viventes e o elemento histórico, entendendo com este termo o conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam as relações de poder. (AGAMBEN, 2014, p. 29).

No entanto, diferentemente de Hegel, que procura reconciliar religião natural e religião positiva, o objetivo de Foucault será “investigar os modos concretos em que as positivities (ou os dispositivos) agem nas relações, nos mecanismos e nos ‘jogos’ de poder.” (AGAMBEN, 2014, p. 29).

Diante disso, uma pesquisa arqueogenealógica procura compreender como certos saberes emergiram, ao mesmo tempo em que busca entender quais lutas e correlações de poder os tornaram possíveis. O conceito de *dispositivo* tem lugar privilegiado nessa investigação, uma vez que “resulta do cruzamento de relações de poder e de relações de saber” (AGAMBEN, 2014, p. 25), ao mesmo tempo em que engendra tais relações. Além disso, o dispositivo, nas correlações com os “seres viventes”, conforma e produz sujeitos, já que se compõe do “elemento histórico” – instituições, *processos de subjetivação* e regras –, de que fala Agamben.

### **3 O partido democratas**

Uma vez delineado o embasamento teórico-metodológico desse trabalho, procedemos a uma breve revisão dos caminhos que culminaram, em 2007, na criação do partido Democratas, autor da ação movida contra a UnB nos termos da ADPF 186, bem como observamos o modo como o partido se posiciona politicamente.

O partido Democratas (DEM) é fruto de uma reorganização do antigo Partido da Frente Liberal (PFL), fundado em 1985 e resultado de uma dissidência do Partido Democrático Social (PDS), criado em 1980. O PDS, assim como a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que o antecedeu, foram bases do governo durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985).

Desde a criação da ARENA, em 1965, resultado do bipartidarismo compulsório estabelecido pelo Ato Institucional Número Dois – que também fundou o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) –, até as eleições presidenciais de 2002, já sob a sigla PFL, o partido manteve-se sempre aliado ao governo. Somente nesse ano (2002), com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), o PFL passa a fazer parte, pela primeira vez, da oposição ao Governo Federal.

Segundo Martins (2011, p. 10), a reestruturação do PFL em DEM teria sido justamente uma reação à grave crise política vivida no partido após sua oposição ao governo, vendo diminuir consideravelmente o número de deputados federais eleitos em 2002 e em 2006: de 105 deputados federais eleitos em 1998, o partido teve 84 deputados eleitos em 2002, e apenas 65 deputados federais eleitos em 2006. Já segundo o site *Democratas PR*, a refundação do partido como DEM teria como objetivo “melhor desenvolver, atualizar e modernizar seu compromisso democrático”.

No que concerne à sua orientação partidária, o presidente do DEM, José Agripino Maia, reafirma no *Estatuto* mais recente do partido aqueles que seriam os seus compromissos:

[...] defender um sistema político democrático, plural e participativo e uma economia baseada na livre-iniciativa. O Democratas é a garantia da preservação dos ideais de liberdade associados ao progresso social. Defendemos um liberalismo moderno, voltado para a produção, o emprego e o bem-estar social. (DEMOCRATAS, 2008, p. 3).

No que concerne à economia, assim, o DEM se constitui segundo o discurso liberal, entendido em seus documentos a partir da defesa da livre-iniciativa. Isso também pode ser constatado nos *Princípios* do partido, publicados em seu site oficial, em que constam:

14. Perfilhar o respeito ao *direito de propriedade*, com reconhecimento das responsabilidades sociais inerentes ao exercício desse direito, tendo em conta que o interesse individual não pode se sobrepor ao interesse coletivo.

15. Reconhecer a *livre iniciativa* como elemento dinâmico da economia e a *empresa privada nacional* como *agente principal* da vida econômica do País.

16. Admitir a ingerência do Estado na economia, nos limites da lei, com a finalidade de promover o desenvolvimento, regular as relações sociais, condicionar o uso da propriedade a seu papel social e evitar a exploração predatória dos recursos naturais, sem que, contudo, *em nenhuma hipótese*, resulte em *constrangimentos espúrios ao livre-mercado* ou no *cerceamento das liberdades* do cidadão. (DEMOCRATAS, [2011?], p. 3, grifo nosso).

Desse modo, costuma-se situar o partido à centro-direita. Apesar disso, em 2011, o então vice-governador de Goiás, filiado à época ao partido, declara, em texto publicado no site oficial do DEM, sua vontade de que o partido exponha e defenda abertamente o pensamento de direita, e complementa: “Vamos falar à sociedade – somos de direita, somos liberais, somos conservadores, defendemos valores e conceitos da família brasileira. [...] Diremos que somos a favor de um Estado onde as funções serão preenchidas conforme o mérito de cada um [...]” (FIGUERÊDO JÚNIOR, 2011).

#### **4 A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186**

A ADPF 186, composta por 612 páginas, alicerça-se, conforme já mencionado, na denúncia de que o Sistema de Cotas proposto pela UnB descumpriria o preceito fundamental de igualdade, previsto na Constituição Brasileira de 1988. Isso posto, é preciso salientar que não nos interessa aqui analisar se o Sistema de Cotas descumpre, de fato, com o preceito de igualdade – em termos jurídicos, em todo caso, o STF já considerou improcedente a ADPF 186, julgando não haver violação do preceito de igualdade no Sistema de Cotas para Negros –, mas interrogar os discursos mobilizados por esse dispositivo – em especial, aqueles que se articulam com os discursos sobre raça e racismo –, buscando entrever, ainda, sua função estratégica e as relações de poder-saber por ele engendradas.

Dada a extensão do documento, procedemos à análise das seções presentes no capítulo II, *No mérito. Preceitos fundamentais violados* (p. 25-78), em que a advogada e autora do documento apresenta os argumentos que sustentam a sua tese. Os demais capítulos se prestam a argumentos baseados em textos constitucionais que visam à sustentação da admissibilidade de arguições do mesmo teor, bem como apresentam os pedidos cautelar, principal e sucessivo movidos pelo DEM.

O capítulo II, desse modo, objeto em análise, é dividido em seis seções: 1. *Considerações iniciais*; 2. *Sobre a inexistência de raças. O racismo e a opção pela escravidão negra*; 3. *O perigo da importação de modelos. Os exemplos de Ruanda e dos Estados Unidos da América*; 4. *A manipulação dos indicadores sociais envolvendo a raça*; 5. *Sistemas de classificação racial*; e 6. *A análise do programa afirmativo na UnB sob a ótica do princípio da proporcionalidade*.

Nessas seções, argumenta-se que no Brasil ninguém seria discriminado com base apenas em sua raça, defendendo, ainda, a partir de argumentos biologizantes, a tese acerca de que não seria possível traçar distinções entre as pessoas a partir do conceito de raça. Outros temas tratados no documento dizem respeito aos critérios utilizados pela Comissão Racial da UnB<sup>4</sup> para a definição da raça dos candidatos, que não seriam objetivos nem “científicos”, e às diferenças entre as conjunturas históricas de países como Ruanda, Estados Unidos e Brasil, advogando em favor da hipótese de que aqui, ao contrário do que aconteceria nos outros países, a democracia racial seria sentida por todas e todos. E se o capítulo inicia deixando claro que não questiona a existência de racismo na sociedade brasileira, acaba por sugerir, posteriormente, que o Brasil não seria racista, e que os problemas derivariam todos de questões econômicas: “[...] brancos, negros e pardos pobres têm as mesmas dificuldades, o mesmo perfil. Onde está, então, o País racista?” (DEMOCRATAS, 2009, p. 57).

Uma vez apresentada a ADPF 186 de maneira geral, analisamos, a seguir, a ADPF 186 enfocando, especialmente, os discursos mobilizados pela autora para compor sua principal linha argumentativa: i) negros e brancos não são diferentes, porque geneticamente não se pode falar em raças; ii) as dificuldades de acesso às camadas mais privilegiadas da sociedade são decorrentes apenas de questões econômicas; iii) o princípio de igualdade, assim, presente na Constituição, deve ser preservado, e o acesso às universidades deve se dar por meio, única e exclusivamente, do mérito pessoal. Por esse último argumento, em especial, acredita-se que o discurso liberal-meritocrático seja o principal agregador dos demais discursos. É acerca dele, primeiramente, que tratamos a seguir.

#### **4.1 O discurso liberal-meritocrático e científico**

O discurso liberal-meritocrático na ADPF 186 é acionado, em especial, nas várias menções feitas à suposta ofensa ao princípio de igualdade na instituição do Sistema de Cotas na UnB, bem como no pretense desrespeito desse Sistema ao princípio do mérito acadêmico:

[...] cotas para negros nas universidades ou em concursos públicos não resolvem o problema. Do contrário: mascaram a realidade, na medida em

---

<sup>4</sup> Em determinados momentos, a ADPF 186 refere-se à Comissão como “Tribunal racial”.

que revelam apenas uma política simbólica de custo zero [...] e ainda podem ter o condão de agravar o problema, na medida em que instituem a consciência estatal da raça, *promovem a ofensa arbitrária ao princípio da igualdade*, gerando discriminação reversa aos brancos pobres, além de favorecerem a classe média negra, que não seria a mais carente dos benefícios estatais. (DEMOCRATAS, 2009, p. 29, grifo nosso).

Com a instituição da referida Comissão Racial, atinge-se, ademais: [...] o artigo 5º [...] inciso XLII (vedação do racismo) [...], 206, caput e inciso I (*igualdade nas condições de acesso ao ensino*), 207 (autonomia universitária, já que tal princípio encontra limites na necessidade de combater o racismo e no respeito ao princípio do *mérito acadêmico*, previsto no artigo 208, inciso V, que determina ser o acesso aos níveis mais elevados do ensino e da pesquisa de acordo com a *capacidade de cada um*). (DEMOCRATAS, 2009, p. 39, grifo nosso).

[...] a autonomia universitária não pode ser compreendida como um direito absoluto, de maneira que não pode significar que os dirigentes e professores possam fazer o que bem entenderem na instituição. Nesses termos, também os dirigentes deverão observar os princípios constitucionais da proporcionalidade, da razoabilidade, da legalidade, da publicidade, da impessoalidade, da moralidade, *do mérito e do acesso universal*. (DEMOCRATAS, 2009, p. 36, grifo nosso).

Parte-se para um juízo de ponderação entre os valores que estão em jogo: de um lado, a necessidade de programas afirmativos para integrar o negro, e, de outro lado, a racialização do Brasil, a partir da *violação à igualdade*, à moralidade, à publicidade, ao *mérito*, à autonomia universitária, à vedação ao racismo, além da discriminação reversa e da possibilidade de inserir o ódio entre negros e brancos como elemento de destaque na outrora unidade nacional. (DEMOCRATAS, 2009, p. 75, grifo nosso).

Porém, reconhecendo que o Brasil “adota o modelo de Estado Social, que [...] prioriza a idéia de integração das minorias, de erradicação da pobreza, da redução das desigualdades sociais e regionais, de solidariedade, de harmonia, de prevalência do todo em relação ao individual”, e que, por esse motivo, o país deve “tratar desigualmente os desiguais na medida de sua desigualdade” (DEMOCRATAS, 2009, p. 25), o que o documento fará, a fim de sustentar que não são desiguais as oportunidades entre brancos e negros pobres, será argumentar em favor de uma não distinção entre as pessoas no que concerne a critérios puramente raciais. Nisso resulta a deslegitimação, na ADPF 186, de qualquer sistema de cotas baseado em raças, uma vez que, em não havendo tais distinções



raciais, o princípio de igualdade, em que todos são iguais perante à lei, deveria ser preservado no acesso às instituições de ensino.

A fim de sustentar o argumento em favor da inexistência de raças, o dispositivo recorre a enunciados da esfera científica – que serão tratados mais adiante – e a estatísticas, bem como se ancora na suposição de que a democracia racial, ainda que pudesse ser tomada como mito, possuiria fortes influências sobre o país, que se compreenderia miscigenado e racialmente integrado, e incentivaria, portanto, a intolerância à discriminação:

Em suma: para os pobres, a vida é verdadeiramente difícil, *independentemente de serem brancos, pretos ou pardos*: 45% dos brancos, 45% dos pretos e 47% dos pardos começaram a trabalhar entre os 10 e os 14 anos de idade; 25% dos brancos, 25% dos pretos e 23% dos pardos começaram a trabalhar um pouco mais tarde, entre os 15 e os 17 anos de idade. (DEMOCRATAS, 2009, p. 58, grifo nosso).

No Brasil, diferentemente do que aconteceu nos Estados Unidos, a força do *mito da democracia racial* fez com que *jamais se tolerasse* qualquer tipo de limitação de direitos baseado na raça. Neste País, não há qualquer proibição de que os negros dividam com os brancos a vizinhança em prédios luxuosos ou, então, que compartilhem da pobreza nas favelas. Essa, talvez, seja uma das funções do mito: incentivar, no imaginário social, a *intolerância à discriminação*. Manifestações isoladas de preconceito e de discriminação, por outro lado, sempre existirão, em qualquer sociedade, porque não se pode dominar a esfera do pensamento individual. (DEMOCRATAS, 2009, p. 64, grifo nosso).

É importante relembrar, na insistência aos argumentos em torno da inexistência de raças e no recurso à estatística, o funcionamento daquilo que Foucault denominou a *populalência tática dos discursos*. Isso porque, tanto a utilização de dados estatísticos quanto o argumento da não diferença entre as pessoas baseada na raça funcionam como discursos que tanto podem servir em favor da instituição de cotas raciais, quanto podem – como é o caso – ser utilizados para questionar sua legitimidade. Os discursos são – lembra Foucault – “elementos ou blocos táticos no campo das correlações de forças; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas.”

(FOUCAULT, 2014, p. 111). Não existe, desse modo, um discurso do poder e um discurso da resistência, mas discursos funcionando em determinadas estratégias, com determinadas funções, proporcionando “efeitos recíprocos de poder e saber.” (FOUCAULT, 2014, p. 111).

Sobre isso, ressalta-se ainda que, de acordo com a ADPF 186, sendo o Brasil um país não racista e as raças não existindo cientificamente, defende-se no dispositivo que a instituição de cotas é que ocasionaria o surgimento de “antagonismos insuperáveis [...] entre os grupos, que passar[i]am a se identificar a partir de culturas paralelas, com a criação de valores, pensamentos e identidades distintas e segregadas” (DEMOCRATAS, 2009, p. 38), promovendo a “consciência estatal de raça”, gerando “discriminação reversa em relação aos brancos pobres” (DEMOCRATAS, 2009, p. 29) e praticando o racismo quando na proposição de critérios para definição da raça dos candidatos. Assim, uma política que pretende reparar os danos ocasionados pelo racismo histórico no Brasil, como é o caso do sistema de cotas para negros, é que passa a ser vista, aqui, como eminentemente racista. Polivalência tática dos discursos, novamente.

Os excertos seguintes, ainda, asseveram novamente que o Brasil não seria um país racializado:

No Brasil, até a instituição do Tribunal Racial na UnB, *nunca houvera* qualquer tentativa de limitar o acesso das pessoas a determinadas atividades por causa da raça, ou de classificar a raça das pessoas a partir de critérios objetivos preestabelecidos. A base de divisão racial somente foi usada, aqui, para fins de pesquisas estatísticas, para sabermos quais são as cores que compõem a população. Mesmo assim, é de se destacar que nem todos os Censos brasileiros indagaram sobre a raça, [...].

Com efeito, nas coletas censitárias realizadas entre 1890 a 1940, o critério racial não esteve nas pesquisas. E, quando a raça voltou aos levantamentos, o resultado foi de uma extraordinária miscelânea racial. Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD, realizada em 1976, deixou-se livre ao pesquisado realizar uma autoclassificação. À pergunta: Qual é a cor do(a) senhor(a)?, caberia ao entrevistador apenas anotar a resposta, ainda que esta lhe parecesse estranha. Por conseqüência, identificaram-se espantosas 135 cores no País, *o que demonstra que o brasileiro não possui a consciência exata à que cor pertence, o que é produto de um Estado não-racializado [...]*. (DEMOCRATAS, 2009, p. 61-62, grifo nosso)

Nesses excertos, o que chama atenção é a referência ao *silêncio*: a inexistência de classificação das pessoas de acordo com raças, bem como a não “consciência” exata a que cor pertenceriam essas pessoas, resultaria, conseqüentemente, na constatação do Brasil como um país não racializado. Sobre isso, um paralelo pode ser feito com os estudos de Foucault a respeito da sexualidade. Segundo o filósofo, “o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras.” (FOUCAULT, 2014, p. 110). Nesse sentido, o silêncio em torno da sodomia admitiu um duplo funcionamento, por muito tempo: por um lado, a severidade contra os sodomitas; por outro lado, uma tolerância ampla. Já no século XIX, o aparecimento

na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de toda uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e “hermafroditismo psíquico” *permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de “perversidade”*; mas, também, *possibilitou a constituição de um discurso “de reação”*: a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a *reivindicar sua legitimidade* ou sua “naturalidade” e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico. (FOUCAULT, 2014, p. 111, grifos nossos).

Desse modo, tal qual a quebra de silêncio em torno da sexualidade, a crescente possibilidade de se falar sobre raças no Brasil, talvez, tenha permitido e esteja permitindo a constituição de discursos de reação à discriminação racial, bem como a proposição de medidas que visem a reparar os danos a que foram e são submetidos os negros no país.

No que concerne aos enunciados científicos, sua menção, conforme já ressaltado, também é feita a fim de conferir forças ao argumento da não distinção entre negros e brancos pobres. Sobre essa questão da *ciência*, em específico, antes de analisarmos os enunciados mobilizados, é importante destacar que, desde uma perspectiva foucaultiana, que põe em suspenso qualquer categoria supostamente *natural*, também a ciência deve ser compreendida como construção; ou melhor, há condições – assim como lutas – que possibilitariam que certos saberes fossem alçados à categoria de ciência, enquanto outros permaneceriam menores. A ciência, dessa maneira, seria mais uma dessas unidades com

as quais nos relacionamos – assim como o texto, a obra, a teoria – e nas quais nos habituamos a reconhecer uma coerência, um fim, uma verdade (FOUCAULT, 2008). Logo, se tratamos de *ciência*, a seguir, o fazemos embasados nessas considerações.

Isso posto, no que diz respeito aos enunciados da esfera científica, o dispositivo realiza dois movimentos: primeiro, outorga – ou, antes, reafirma – o estatuto de *verdade* às proposições científicas, julgando-as inquestionáveis; depois, realiza uma cisão entre conceitos científicos e conceitos sociais:

É preciso esclarecer e repetir: geneticamente, *raças não existem*. Nos últimos dez anos estabeleceu-se um consenso entre os geneticistas: *os homens são todos iguais* ou, como diria o geneticista Sérgio Pena, os homens são igualmente diferentes.

O genoma humano é composto de 20 mil genes. As diferenças mais aparentes (cor da pele, textura dos cabelos, formato do nariz) são determinadas por um conjunto de genes insignificamente pequeno se comparado a todos os genes humanos. Para sermos exatos, as diferenças entre um branco nórdico e um negro africano compreendem apenas uma fração de 0,005 do genoma humano. Em outras palavras, toda a discussão racial gravita em torno de apenas 0,035% do genoma. Por essa razão, a imensa maioria dos geneticistas é peremptória: *no que diz respeito aos homens, a genética não autoriza falar em raças*. Segundo o geneticista Craig Venter, o primeiro a descrever a seqüência do genoma humano, *raça é um conceito social, não um conceito científico*. (DEMOCRATAS, 2009, p. 38, grifo nosso).

A “verdade” da ciência, desse modo, tem lugar privilegiado na ADPF 186, que considera o argumento da genética suficientemente válido para assegurar a não distinção entre as raças, sendo a raça, antes, um “conceito social” e, portanto, menor.

É interessante notar, aqui, os movimentos, os jogos e relações de poder-saber que possibilitam que, nesse momento, critérios biológicos sejam utilizados para afirmar a não distinção entre as raças, enquanto, conforme lembra Foucault (2010), foi a mesma biologia que, outrora, ajudou a introduzir um corte na população, distinguindo entre aqueles que deveriam morrer e aqueles que deveriam viver, no surgimento daquilo que ele denominou *biopolítica*. De acordo com o filósofo, de um poder soberano, centrado no direito de *fazer morrer ou de deixar viver*, instala-se, no decorrer do século XVII e no século XVIII, um poder diverso, *disciplinar*, centrado no corpo individual. E no mesmo século XVIII,

uma nova tecnologia de poder vai se instalando, o *biopoder*, que não exclui o poder disciplinar, mas o integra, e tem por função controlar não o corpo individual, mas o homem enquanto espécie. Essa nova tecnologia centra-se, agora, não no direito de fazer morrer e de deixar viver, mas de *fazer viver e de deixar morrer*.

Nessa biopolítica, o interesse é a maximização da vida e, para isso, um conjunto de processos, que visam a “medir” fenômenos da população, vai se constituir, como taxas de reprodução, de fecundidade, de natalidade e mortalidade. Em suma, nasce a estatística. Entretanto, pergunta Foucault (2010), nessa nova tecnologia de poder, como vai se exercer o direito de matar, já que a função dela é, pelo contrário, maximizar a vida? É aí que intervém o racismo, segundo o filósofo:

Não quero de modo algum dizer que o racismo foi inventado nessa época. Ele existia há muito tempo. Mas eu acho que funcionava de outro modo. O que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado, foi mesmo a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo. (FOUCAULT, 2010, p. 214).

A fim de garantir o direito de matar, a biologia assume papel importante, separando entre aqueles que devem viver e aqueles que devem morrer, a partir de critérios raciais e sua conseqüente hierarquização. Mas é preciso que se atente para o fato de que, na base desse direito de fazer morrer, funciona o “princípio de que a morte dos outros é o fortalecimento biológico da própria pessoa na medida em que ela é membro de uma raça ou de uma população, na medida em que se é elemento numa pluralidade unitária e viva.” (FOUCAULT, 2010, p. 217).

A esse respeito, ao apresentar o desenvolvimento das teses monogenista e poligenista na Europa dos séculos XVIII e XIX – em que a primeira admitia uma origem comum a todos os homens, e a segunda acreditava serem os homens divididos em raças diferentes em sua essência –, Lilia Schwarcz, em *O espetáculo das raças* (1993), mostra como a ideia de uma distinção natural entre as raças serviu para hierarquizar os homens e, inclusive, possibilitou a emergência da *eugenia*, termo que propunha que somente as sociedades cujas raças eram “puras” poderiam progredir. Entre os adeptos da tese poligenista, ainda

– também chamados de darwinistas sociais, uma vez que se pautavam no trabalho de Darwin a respeito da origem e evolução das espécies – Schwarcz (1993) atenta para o fato de que, se os negros, por exemplo, eram vistos por tais adeptos como inferiores, porém não perigosos, os mestiços, por outro lado, eram vistos por eles com temor, haja vista as proposições de Gobineau, para quem o cruzamento entre espécies diferentes poderia dar origem a populações “desequilibradas e recaídas” (SCHWARCZ, 1993, p. 64).

Interessada na recepção das teses monogenista e poligenista no Brasil, bem como em seu desenvolvimento no país, Schwarcz (1993) centra sua pesquisa nas instituições de ensino que aqui se estabeleceram a partir da chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, e que, nos anos 1870, fortalecem-se e amadurecem. Segundo a autora, nesse país já miscigenado – e, portanto, visto com descrença por pesquisadores europeus adeptos das teses poligenistas –, caberia aos pesquisadores desses centros de ensino a explicação sobre as diferenças sociais internas, bem como a consequente manutenção da hierarquia social então vigente. Para tanto, teorias raciais diversas pautadas na biologia, como a evolucionista social e a darwinista social – sendo a primeira monogenista e a segunda poligenista –, serão no Brasil incorporadas e reformuladas. Segundo Schwarcz,

[d]o darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematizassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e “aperfeiçoamento”, obliterando-se a idéia de que a sociedade era una. (SCHWARCZ, 1993, p. 18).

Mais adiante, Schwarcz lembra o intuito com o qual teorias tão diversas são no Brasil conjugadas:

Falar da adoção de teorias raciais no Brasil implica pensar sobre um modelo que incorporou o que serviu e esqueceu o que não se ajustava. No Brasil, evolucionismo combina com darwinismo social, como se fosse possível falar em “evolução humana”, porém diferenciando raças; negar a civilização aos negros e mestiços, sem citar os efeitos da miscigenação já avançada. *Expulsar “a parte gangrenada” e garantir que o futuro da nação era “branco e ocidental”*. (SCHWARCZ, 1993, p. 242, grifo nosso).



Tais teorias, que através da biologia intentam legitimar e naturalizar as diferenças entre os sujeitos, permanecerão com força no país até os anos 1930, quando o evolucionismo social decai e as instituições de ensino são ameaçadas com a fundação das primeiras universidades no Brasil (SCHWARCZ, 1993).

E aqui em 2009, vimos a biologia servindo de suporte para uma tese diversa: a inexistência de raças. Caber-nos-ia indagar, no entanto, se esse discurso biológico, que serve de suporte para a deslegitimação das cotas raciais, não teria funções semelhantes aos discursos biológicos acerca da diferença entre as raças, que, em seu bojo, procuram assegurar o direito de fazer morrer. Isso porque, lembra Foucault, por tirar a vida não se quer referir-se apenas ao “assassínio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.” (FOUCAULT, 2010, p. 216). Em outras palavras, aqui, talvez, os critérios biológicos tenham a função estratégica de preservar a separação entre brancos e negros e a consequente expulsão e rejeição desses últimos nas esferas mais privilegiadas da sociedade, dificultando – ainda que indiretamente, ou seja, não por vias de proibição, mas de negação de possibilidades diferenciadas de acesso – a entrada de negros, em especial, nas universidades. Lembremos Castelo Branco (2004, p. 140):

Brasileiros morreram e ainda morrem, em proporções inimagináveis, de falta de cuidado, de falta de assistência, de omissão deliberada. Essas mortes não poderiam deixar de ser previsíveis. [...] Cabe dar estatuto de verdade ao que já sabemos: que nos países em desenvolvimento, como é o nosso, elimina-se a pobreza por uma política calculada de eliminação dos pobres; nesse caso, os eliminados são preferencialmente de raças e grupos desvalorizados socialmente.

Acredita-se, na esteira do que propõe Castelo Branco (2004), que a falta de políticas públicas voltadas especificamente para os negros e outros grupos socialmente desvalorizados – como é o caso, também, dos indígenas – tem trabalhado para ocasionar a morte direta ou indireta desses indivíduos. E se, como lembra Foucault (2014), o surgimento dos discursos em torno das homossexualidades serviu tanto para controlá-las como para possibilitar a emergência de discursos de reação, o reconhecimento das raças

tem possibilitado, no Brasil, o aparecimento cada vez maior de focos de resistência negra<sup>5</sup>, e conseqüentemente, reivindicações por melhores condições de vida para essa população. Nesse sentido, um discurso biológico que advogue acerca da inexistência de raças funciona, em um determinado dispositivo – como é o caso da ADPF 186 aqui analisada, acreditamos –, para enfraquecer esses focos de resistência, impedindo a criação de uma política pública voltada em especial para os negros.

### **Considerações finais**

O que se buscou fazer na presente pesquisa foi atentar para o fato de que, na ADPF 186, tomada como dispositivo, emergem discursos variados, polivalentes taticamente, que se articulam em detrimento de funções estratégicas específicas, a saber: sustentar o interesse liberal-meritocrático – no desejo por igualdade de acesso às universidades – e, hipótese aqui assumida, preservar o “direito de matar”, nos termos de Foucault (2010, p. 216), maximizando a vida – ou preservando os privilégios – de grupos hegemônicos. Assim é que, para garantir tal interesse liberal-meritocrático – que, conforme vimos anteriormente, é a orientação política mais evidente no partido Democratas –, são acionados discursos da esfera científica, da estatística, o conceito de democracia racial, bem como é operacionalizada a cisão entre *conceitos sociais* e *conceitos científicos*, sendo esses últimos conceitos considerados hierarquicamente superiores aos primeiros.

Sobre os conceitos de raça e racismo, além disso, faz-se mister pensar, por fim, em como eles são móveis em relação à função estratégica dos dispositivos. No documento aqui analisado, chega-se a assumir que os casos de racismo no Brasil são isolados, e tem-se o conceito de raça apagado, através da mobilização de discursos especialmente da esfera científica.

### **Referências**

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? In: \_\_\_\_\_. *O amigo & O que é um dispositivo?* Chapecó: Argos, 2014. p. 23-51.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

---

<sup>5</sup> E, talvez, tem possibilitado também o seu controle, em alguma medida: um poder que inclui para melhor examinar, conhecer e regular.

Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8112cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm). Acesso em: 07 dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm). Acesso em: 07 dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm). Acesso em: 07 dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 12.990, de 09 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm#art6](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm#art6).

Acesso em: 07 dez. 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 1332, de 14 de junho de 1983. Dispõe sobre ação compensatória, visando a implementação do princípio da isonomia social do negro, em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira, conforme direito assegurado pelo artigo 153, parágrafo primeiro, da constituição da república. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=190742>.

Acesso em: 07 dez. 2016.

BUTTURI JUNIOR, A. *A passividade e o fantasma: o discurso homossexual no Brasil*. 2012. 280 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BRANCO, G. C. O racismo no presente histórico: a análise de Michel Foucault. *Kalagatos* (UECE), Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 129-144, 2004.

DEMOCRATAS. *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186*. Brasília, 20 jul. 2009. Disponível em:

<http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=400108&tipo=TP&descricao=ADPF%2F186>. Acesso em: 07 dez. 2016.

DEMOCRATAS. *Princípios do Democratas*. [2011?]. Disponível em:

<http://www.dem.org.br/wp-content/uploads/2011/01/Principios-do-Democratas.pdf>.

Acesso em: 05 dez. 2016.

DEMOCRATAS. *Estatuto*. Brasília, 24 set. 2008. Disponível em:

<http://www.dem.org.br/wp-content/uploads/2011/07/Estatuto-do-Democratas.pdf>.

Acesso em: 05 dez. 2016.

DEMOCRATAS PR. *Um pouco da história do Democratas*. 24 out. 2012. Disponível em: [http://www.democrataspr.org.br/DetalhesVP/31/Um\\_pouco\\_da\\_historia\\_do\\_Democratas/](http://www.democrataspr.org.br/DetalhesVP/31/Um_pouco_da_historia_do_Democratas/). Acesso em: 05 dez. 2016.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7.ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 1.ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. Genealogia e poder. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 3.ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015a. p. 262-277.

\_\_\_\_\_. Sobre a história da sexualidade. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 3.ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015b. p. 363-406.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. 41.ed. Trad. de Raquel Ramalhete. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. Aula de 17 de março de 1976. In: \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. 2.ed. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. p. 201-222.

FIGUERÊDO JÚNIOR, J. E. *Ideologia: eu tenho*. 18 abr. 2011. Disponível em: <http://www.dem.org.br/noticias/ideologia-eu-tenho/>. Acesso em: 05 dez. 2016.

GOMES, J. B. B.; SILVA, F. D. L. L. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. *Série Cadernos do CEJ*, Brasília, v. 24, p. 85-153, 2003.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 3.ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

MARTINS, A. F. Os sites de partidos sob uma perspectiva organizacional: o caso do Partido Democratas. *IV Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política*, Abr. 2011, RJ, UERJ. Disponível em: [http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/adriane\\_figueirolas.pdf](http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/adriane_figueirolas.pdf). Acesso em: 07 de dez. 2016.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Data de submissão: 09/12/2016

Data de aceite: 29/01/2017

## **DISPUTAS DE SENTIDO DE JUVENTUDE: O QUE A MEDIDA PROVISÓRIA ENCERRA**

QUARRELS ON THE MEANING OF YOUTH: WHAT THE INTERIM MEASURE ENDS

Raquel A. L. S. Venera  
Docente da Univille  
[raquelsenavenera@gmail.com](mailto:raquelsenavenera@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo é uma reflexão que nasceu no contexto da publicação da Medida Provisória n.º 746, de 2016, transformada na Lei n.º 13.415, de 2017, mas também, e sobretudo, com base em um conjunto de análises anteriores sobre sentidos de juventude em disputas no jogo de linguagem nas políticas curriculares para o ensino médio. As análises foram produzidas em uma rede de pesquisas com caminhos epistemológicos diferentes, porém com intenções e resultados muito próximos. Esta reflexão destaca especialmente uma dessas pesquisas, que, pelo caminho da análise do discurso (AD) em diálogo com Orlandi (2011), analisou a política curricular Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), proposto pelo Ministério da Educação, e o ensino médio integral, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Essas análises dão visibilidade aos sentidos de juventude em disputa, e esta reflexão entende a medida provisória como uma tentativa de encerrar a disputa em questão.

**Palavras-chave:** Políticas curriculares; Discursos; Juventude.

**Abstract:** This article is a reflection from the context of the publication of the Measure no. 746, from 2016, that became Bill no. 13,415, in 2017, but also, and mainly, based on the group of former analyses about youth meanings in disputes in the language game on the curriculum policies regarding high school. These analyses were made in a net of investigations, with different epistemological paths, with very close intentions and results. The present reflection highlights one of these analyses, which, through discourse analysis together with Orlandi (2011), analyzed the *Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI; Innovative High School Program)*. These analyses provide visibility to the youth meanings in disputes, and the present reflection understands the interim measure as an attempt to end the dispute.

**Keywords:** Curriculum policies; Discourses; Youth.

## Introdução

“Compare: *saber e dizer* – quantos metros de altura tem o monte Branco – como é usada a palavra ‘jogo’ – como soa um clarinete. Quem se admira de que se possa saber algo e não se possa dizer, pensa talvez num caso como o primeiro. Certamente não pensa em um caso como o terceiro.”  
(WITTGENSTEIN, 1999. p. 56).

O desafio em definir os sentidos das palavras torna-se muito mais intrigante diante da constatação de que as experiências sentidas escapam dos limites da própria linguagem. Desafio impossível. Dizer sobre o som de um clarinete é transformar em palavras um real auditivo, sentido e sem ancoragem concreta no jogo da linguagem. As palavras que rodeiam as significações de juventude desvelam um anseio pela definição de um fenômeno que aparentemente parece ser concreto, mas que se mostra furtivo e escapa, no jogo da linguagem, das definições que o tentam capturar.

*Juventude* já funcionou ao longo do século XX como sinônimo ou metáfora de vitalidade, liberdade, futuro da nação, rebeldia, sujeitos propulsores das revoluções, ruptura de tradições, entre outros. Em meio a tantos deslizamentos de enunciados, a definição cronológica parece fixar sentidos mais duradouros, no entanto também se mostra frágil diante de contextos diversos. A crítica literária Beatriz Sarlo (1997), ao analisar a contemporaneidade, fala de um “estilo jovem” e história os sentidos de juventude. Segundo a autora, em 1900 uma mulher imigrante com dois filhos aos 17 anos e casada com um homem dez anos mais velho não se considerava jovem. E seu marido já era um homem maduro. Os pobres passavam da infância ao mundo do trabalho e quem não se enquadrasse nessa rotina era interpretado como um jovem delinquente. Ela lembra a reforma universitária de Córdoba, em 1918, cujos revolucionários se declaravam jovens, assim como os revolucionários cubanos e os que marcharam pelas ruas de Paris em maio de 1968. Mas, em 1917, os líderes da Revolução Russa não se consideravam jovens. Relativizando com base na História, ela nos fala que o conceito de juventude é polissêmico, de acordo com o espaço e os tempos diversos (SARLO, 1997, p. 37).

Por esse caminho temporal, também Jon Savage (2009) historia o uso publicitário do termo *teenager*, datando o fenômeno de meados do século XX, que definiu o jovem como um consumidor em potencial, além de criador e disseminador de novos consumos



e formas de consumo. O teórico passeia em vários tempos e espaços mencionando ainda no século XIX alguns registros na Europa. Ele foca os sentidos de delinquência juvenil e o engajamento político desde a juventude hitlerista, o *swing* e *zazous*, os recrutas relutantes e heróis socialistas, as bandas de *jazz* e os consumidores potenciais até o triunfo do *teenager*.

Esses trabalhos que localizam os sentidos de juventude no tempo são importantíssimos para lembrar que as análises que naturalizam a condição do jovem ou fixam o sentido de juventude cronologicamente parecem não contemplar as especificidades da condição dos sujeitos jovens, e parece haver ainda mais a saber sobre os jovens na contemporaneidade do que as narrativas sobre seu passado. Investigar a juventude, saber sobre ela, defini-la parece ser um fenômeno social que acompanha a tendência latino-americana. Rosangela Barbiani (2007) alerta para o perfil demográfico da América Latina em sua dimensão expressivamente juvenil e vulnerável pelo empobrecimento estrutural. Ela destaca:

Na sociedade globalizada econômica e culturalmente, entretanto, já não é possível ou suficiente fazer simples comparações de época. A centralidade da juventude nesse contexto é discutida (mais do que requerida) à luz da crítica às posições tradicionais e extremistas que ora situam os jovens como redenção da humanidade, ora como ameaça ou desvio à ordem social posta. (BARBIANI, 2007, p. 142).

Existem vários conceitos de juventude e adolescência, principalmente os norteados pela psicologia e sociologia, que nem sempre determinam uma cronologia, e outros relacionados às decisões de políticas públicas, considerando, sobretudo, o futuro adulto, a entrada no mercado de trabalho e/ou a idade biologicamente fértil. Para Corti e Souza (2004, p. 18),

[...] a modernidade também sedimentou uma definição de juventude e de adolescência largamente calcada nas classes altas e médias, transformando suas imagens em modelo privilegiado. Daí o estranhamento e a incompreensão das sociedades diante das novas juventudes, provenientes dos setores populares, que passam a ocupar as cidades com novas questões e problemas que já não dizem respeito ao modelo de juventude vigente.

Neste texto, levamos em conta as formas de ver a adolescência e a juventude por meio de reflexões acerca da cultura – “[...] especialmente aquelas que nos remetem à dinâmica das lógicas temporais –, que se interessam, sobretudo, com a fabricação desses conceitos na contemporaneidade.” (GABRIEL; LEITE; VENERA, 2012). No cotidiano, não é raro o tratamento dos dois conceitos como sinônimos. Isso fica evidente nas explicações do *Dicionário Aurélio* (FERREIRA, 1987). Considerando o dicionário como um instrumento da cultura, em que os discursos são difundidos, parece não haver diferença entre os dois conceitos. Lá (FERREIRA, 1987) aparece como sinônimo “a ‘mocidade’, ‘idade moça’ ou ‘juventa’, o que não explica o que seria especificamente a juventude, mas, ao conceituar a adolescência indica as idades de 12 a 20 anos, o que seria, também, sinônimo de uma ‘idade moça’” (GABRIEL; LEITE; VENERA, 2012, p. 24). Para evitar que esses conceitos sejam apresentados de forma vaga ou mesmo como sinônimos, entendemos que os dois conceitos são distintos, embora sob alguns aspectos se convirjam.

A aposta é conceber um conceito de juventude/adolescência que tome o processo de significação/identificação de maneira ampliada. Assim, não se leva em consideração aqui a cronologia demarcada pelos órgãos ou pelos documentos oficiais. Sendo assim, explicita-se:

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), compreende-se por jovens, no Brasil, as pessoas de 15 e 24 anos, e existe ainda a discussão para estender essa fase até os 30 anos. A definição dessa faixa de idade possui relação com a qualidade e expectativas de vida em um país, é uma categoria sociológica e política que implica na preparação dos indivíduos para o exercício da vida adulta, sua condição como idoso e a garantia de previdência social. (GABRIEL; LEITE; VENERA; 2012, p. 25).

Para as mesmas instituições, a adolescência é um processo biológico que vai dos 10 aos 19 anos, abrangendo a pré-adolescência dos 10 aos 14 anos e a adolescência dos 15 aos 19 anos. Como já citado, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei Federal n.º 8.069/90) (BRASIL, 1990) demarca a adolescência como a fase que vai dos 12 aos 18 anos incompletos, como período posterior à infância (GABRIEL; LEITE; VENERA, 2012). Desse modo, é fundamental ter a clareza de que a cronologia é norteadora das

políticas e carrega uma noção de temporalidade de vida bem marcada. Ou seja, as políticas específicas para crianças, adolescentes, jovens sexualmente ativos, idosos aposentados e idosos trabalhadores possuem a faixa etária como parâmetro. Mas, ao significar os jovens, haja vista sentidos específicos – a idade é um deles –, os currículos evocam locais de sujeitos para esses jovens. Que locais são esses?

Essa inquietação foi perseguida pela pesquisa interinstitucional intitulada *Abordagens discursivas de juventude no tempo presente: questões metodológicas nas análises de textos curriculares*<sup>1</sup>, que, em três instituições distintas e em diferentes abordagens discursivas, analisaram textos curriculares destinados a jovens. O recorte das reflexões deste artigo privilegia especialmente uma pesquisa que investigou os sentidos de juventude em políticas públicas e evidenciou alguns sentidos em disputa. O que se põe em evidência nesta reflexão é que a Medida Provisória n.º 746, de 2016 (BRASIL, 2016), que se transformou na Lei n.º 13.415 de 2017, escancara um jogo que não é novo. Materializa um momento do jogo político da linguagem em que os jogadores dão xeque-mate diante de um veredicto que se pretende final. Ou seja, o que vemos hoje como política para o ensino médio não nasceu agora, contudo está sendo engendrado nos sentidos de juventude e nas políticas anteriores. O que se tem de novo é a forma como as regras do jogo se impuseram.

Para construir a análise, este artigo está assim organizado: no primeiro momento, são apresentadas as análises do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), proposto pelo Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2009) e implementado pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SEESC) (SANTA CATARINA, 2011)<sup>2</sup>. No segundo momento, são traçadas algumas reflexões acerca da lei instituída com base na referida medida provisória. Nas reflexões finais, assumo um lugar político de analista do discurso e aponto algumas possibilidades de um jogo que recomeça ou pode continuar

---

<sup>1</sup> Pesquisa coordenada pela Professora Doutora Carmen Teresa Gabriel, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), conta também com o núcleo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em parceria com a Professora Doutora Miriam Leite, da Uerj, aprovado no Edital Chamada Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/Ministério da Educação (MEC)/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) n.º 18/2012. As análises escolhidas neste artigo foram produzidas em uma pesquisa vinculada a essa grande proposta.

<sup>2</sup> Essa pesquisa foi desenvolvida juntamente com a Professora Eliene de Jesus Figueiredo Solto Meyer, mestre em Educação pela Universidade da Região de Joinville (Univille), em Joinville (SC). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Políticas e Práticas Educativas.

por desvios. É uma reflexão que convoca professores para a “desobediência” comprometida com a juventude.

## **2 Os sentidos de juventude nos discursos das políticas públicas curriculares para o ensino médio**

Por políticas curriculares entendo aquelas que apontam, investem e acionam a criação de currículos. A política curricular pode ser considerada como o eixo para a produção de formas eficientes de instituição e constituição de uma realidade (VALLE; DALLABRIDA, 2006), definindo os papéis dos professores e alunos e as suas relações, realocando funções de autoridade e iniciativa e assim determinando os conhecimentos e as suas mais diversas formas de apropriação. Ou seja, constituindo os sentidos dos sujeitos envolvidos nos currículos. Valle e Dallabrida (2006, p. 185) citam: “A política curricular, transformada em currículo, realiza, por fim, um processo de inclusão de certos saberes e de certos indivíduos, tendo por consequência a exclusão de outros”. No “território contestado” que se mostra o currículo, materializa-se a luta por sentidos, por disciplinas, conhecimentos, saberes e práticas que são incluídos ou excluídos, ditos ou silenciados.

Consideramos conhecimento e currículo campos culturais de disputa e interpretação, em que os diversificados grupos tentam estabelecer seus domínios. Com base nesse entendimento sobre as políticas curriculares, o discurso do ProEMI, proposto pelo MEC e implementado pela SEESC, foi analisado pelas ferramentas oferecidas pela análise do discurso (AD) de corrente francesa. Segundo a analista do discurso Eni Orlandi (2011, p. 12), a AD pode ser tida como “um método para pensar a língua, as línguas, as linguagens, os sentidos, os sujeitos, o mundo”. Nessa mesma direção, Lima (2003, p. 77-78) afirma:

A escola francesa prioriza os procedimentos “analíticos” que desestruturam os textos: trata-se de fazer aparecer o discurso como plenitude enganosa, cuja análise deve revelar a “inconsistência” fundamental, relacionando-o ao trabalho de forças inconscientes.

É importante salientar que, para a AD, o contexto de produção dos discursos é o meio pelo qual se constroem os sentidos do texto. O que foi possível dizer? Que escolhas e sentidos foram evocados por meio de um contexto e expectativas?

Esta pesquisa levou em conta especialmente a proposta da AD como método de leitura tendo em vista a tríade sujeito, história e linguagem e seus efeitos interpretativos. Especialmente a presente análise considerou que os textos em estudo revelam o limiar em que o indivíduo se fez sujeito transformando um discurso em texto, em arranjos de unidades textuais, mesmo que simbólicas. Temos nesse recorte de análises textos que materializam os discursos em tensões, em disputa por sentidos políticos de educação, de juventude, de cidadania, de protagonismo, entre outros. São sentidos em disputa que acionam práticas políticas. Por isso, entendemos as políticas curriculares como um campo, “um território contestado”, como já foi mencionado.

Nesse “território contestado”, faz-se necessário definir o texto e o discurso. A empiria de análise é um texto, mas em sua articulação com a AD o tomaremos como unidade de análise, mesmo que simbólica, mas uma unidade com início, meio e fim que materializa os discursos. Para Guimarães (2007, p. 13), “o texto é atravessado por várias posições do sujeito, sendo, também, uma dispersão de discursos”. Mas o sujeito na posição de autor do texto procura criar, como regulação de sentidos de leitura, uma ilusão de unidade textual, ao mesmo tempo em que tenta garantir também ao leitor uma unidade de sujeito assumindo a função-autor. É importante ter claro, porém, que essas unidades são simbólicas e que um texto carrega um coletivo de dispersões discursivas, assim como são carregadas de contradições as formações discursivas às quais o sujeito se filia.

O que apresentamos como unidades de análise são textos. Como explica Orlandi (2011, p. 112):

Uma unidade feita de som, letras, sinais diacríticos, margens, notas, imagens, sequências, com uma extensão dada, com (imaginariamente) um começo, meio e fim, tendo um autor que se representa em sua origem, com sua unidade, lhe proporcionando coerência, não-contradição, conferindo-lhe progressão e finalidade.

Contudo é importante ressaltar que o trabalho simbólico que o sujeito exerce transformando suas ideias em palavras transmuta o discurso em texto. Está nos textos a materialidade dos discursos. Isto é, temos por meio da análise possibilidades de reconhecer a relação entre “o mensurável com o imensurável, o empírico com o simbólico e o político” (ORLANDI, 2011, p. 113). Dizemos, portanto, que estamos analisando os discursos, porque o sujeito na condição de autor está sempre ancorado no discurso, na formação discursiva, em um sentido escolhido quando produz o texto.

Especialmente esta análise considerou que os textos revelam o limiar em que o indivíduo se fez sujeito transformando um discurso em texto, em arranjos de unidades textuais, mesmo que simbólicas. Temos no nosso recorte de análises textos que materializam os discursos em tensões, em disputas por sentidos políticos de educação, de juventude, de cidadania, de protagonismo, entre outros. São sentidos em disputa que acionam práticas políticas.

Com essas considerações feitas, é preciso perguntar quem são os autores desses textos. Quem transformou os discursos em textos? Quem confeccionou a ideia de unidade nessas textualidades? Em que lugar de sujeito estavam? A que formações discursivas estavam afiliadas? Procurar por um sujeito na posição de autor de um texto proveniente de uma autarquia nacional pressupõe entender que se trata de vários sujeitos autores que respondem a uma formação discursiva política, mas que em sua heterogeneidade acaba o mesmo texto por se transformar em uma pulverização de discursos. O local que esses sujeitos ocupam: no caso do texto ProEMI, o MEC, a Secretaria de Educação Básica, a Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para a Educação Básica, a Coordenação Geral de Ensino; e no caso do texto *Novas perspectivas para o cotidiano escolar: ensino médio integral*, do Estado de Santa Catarina, a SEESC, a Diretoria de Educação Básica e Profissional e a Gerência de Ensino Médio.

Existe uma diretoria ou gerência para regular os sentidos e as concepções de educação básica nacional. Esse fato nos diz que as concepções entre os estados estão dispersas. O currículo não é um “documento neutro”, ele é forjado em um jogo de discursos dissonantes, e, nesse jogo, as brechas abrem-se e os documentos construídos em uma correlação de forças deixam abertas lacunas para serem preenchidas de acordo com as disputas de cada local.



No caso específico de Santa Catarina outro sujeito na condição de autor além da SEESC apareceu no texto. Como norteador do documento havia o texto *Protótipos curriculares de ensino médio e ensino médio integrado: resumo executivo* (UNESCO, 2011). Trata-se de um referencial que tem “objetivos relacionados com a preparação para o mundo do trabalho e a prática social como foco de orientação para a aprendizagem” (SANTA CATARINA, 2011, p. 8). Estes protótipos são compreendidos como referenciais “usados pela escola na definição do currículo do ensino médio ou para a elaboração do currículo (e do plano de curso) do ensino médio integrado com a educação profissional” (SANTA CATARINA, 2011, p. 9) e não são considerados currículos prontos.

Além dos sujeitos também é fundamental a análise do contexto de produção dos discursos. Estes se materializam em textos haja vista a formação discursiva no tempo. O desafio de superar o binarismo que tem marcado as políticas curriculares para o ensino médio no Brasil – o ensino propedêutico e o ensino profissionalizante – é uma das marcas do contexto atual das políticas para esse nível da educação básica, pelo qual nasceu o ProEMI.

No Governo Lula, a ideia de protagonismo juvenil apareceu com mais destaque e por consequência na definição de políticas públicas de juventude, entendendo-se como protagonismo juvenil nas políticas em concordância com Melo e Duarte (2011, p. 237) o “reconhecimento dos papéis de distintos atores na formulação, validação, implementação e avaliação de políticas públicas de juventude”. Nesse sentido, ainda os autores afirmam que essa discussão se iniciou em 2003 e em 2005 começou o processo de institucionalização das políticas para juventude no Brasil.

Nesse processo, destacam-se a criação da Secretaria e do Conselho Nacional da Juventude (2005); do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem) (2006); do Programa Universidade para Todos (ProUni) (2005); do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) (2007); os Pontos de Cultura e as Praças da Juventude, entre outros que, apesar de não serem exclusivos de juventude, atendem, mormente, os jovens brasileiros pertencentes às camadas populares, em situação de defasagem escolar, desemprego e vulnerabilidade social (MELO; DUARTE, 2011, p. 237).

No Brasil, a partir do século XX, os debates políticos sobre juventude ganharam força e “passaram a enfatizar aspectos singulares da experiência social dessa geração, identificando suas vulnerabilidades, demandas e potencialidades” (NOVAES, 2007, p. 253). Atualmente o discurso difundido nas políticas de juventude parte da ideia de que “os jovens devem ser sujeitos de políticas públicas específicas e de caráter transversal, que se diferenciam daquelas focadas sobre as crianças ou sobre os adultos, em virtude das particularidades vividas nesse período da vida” (CORTI; SOUZA, 2004, p. 85). Somente em 2010, a Emenda Constitucional n.º 65 acrescentou a palavra *jovem* entre os indivíduos cuidados pelo Estado. A dificuldade de compreender a condição de ser jovem leva a sociedade a olhar para os jovens essencialmente pelo que eles não são. Conforme Corti e Souza (2004, p. 23):

Quando dirigimos nosso olhar à juventude nos preocupando apenas com o que ela acarretará para a vida adulta, tendemos a prescrever uma série de comportamentos e atitudes que só assumem sentido num tempo futuro. É um erro ancorar os jovens nesta temporalidade projetada, que faz sentido apenas para os adultos que já tiveram oportunidades de construir suas próprias experiências de vida e extrair delas suas lições.

O ProEMI nasceu de uma sequência de programas da União que materializam em conjunto as políticas para a juventude brasileira. Ela está no bojo das políticas públicas para a juventude, e os sentidos desse contexto podem aparecer materializados nos discursos que serão analisados. O ProEMI faz parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) como estratégia do Governo Federal de reestruturar os currículos do ensino médio com propostas que serão introduzidas no currículo escolar, aumentando o tempo do aluno na escola e diversificando as práticas pedagógicas no ensino médio. O documento orientador do ProEMI assegura que o programa “pretende estabelecer mudanças significativas nas escolas públicas de ensino não profissionalizante no País, revertendo os dados negativos referente a esta etapa da educação básica” (BRASIL, 2009, p. 7).

No Estado de Santa Catarina o acolhimento a essa política se deu em acordo com as *Orientações para Organização e Funcionamento das Unidades Escolares de Educação Básica e Profissional da Rede Pública Estadual – 2013*<sup>3</sup>. Em convênio originário do Parecer

---

<sup>3</sup> Documento disponível nas gerências regionais de Educação (Gered).

CNE/CP n.º 11/2009<sup>4</sup>, realizado com o MEC, Santa Catarina aderiu ao programa em 2009 e iniciou o desenvolvimento das atividades em 18 escolas da rede pública estadual em 2010. Atendendo às novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) e ao Decreto n.º 7.083, de 27 de janeiro de 2010, que traz em seu artigo 1.º, sobre o Programa Mais Educação, a finalidade de contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral, a SEESC, a partir de 2012, viabilizou a ampliação e a consolidação do ensino médio inovador/integral em 95 escolas da rede pública estadual de ensino. Com o ensino médio integral, em Santa Catarina, desenvolveu-se o ensino médio inovador, que se encontra em duas modalidades: integral e semi-integral, o último apenas três vezes na semana.

O contexto de produção desses textos foi marcado pelas ações políticas governamentais na educação brasileira que sucederam aos mandatos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Esses mandatos foram marcadas por demandas que diziam sobre a urgência por mudanças – uma verdadeira reforma em todos os níveis da educação. Nessa reforma os projetos e programas voltados para o ensino médio se destacaram na educação básica no país. Para Lopes (2008, p. 189), “a reforma do ensino médio pode ser considerada uma reforma particular, com especificidades derivadas do interesse conferido a esse nível de ensino na atual conjuntura político-social”.

Diante das considerações feitas – acerca dos sujeitos autores e de alguns contextos da construção dessa política –, podemos inferir que os diversos sentidos de juventude podem estar em conflito e em disputa no interior de uma política de currículo destinada a essa faixa de idade. Posta em cena essa organização dos artefatos da presente análise, iniciaremos por evidenciar os sentidos de juventude capturados nessas políticas curriculares.

O sentido de emancipação parece pairar no discurso do documento orientador do ProEMI. O texto estrutura-se com base em uma lógica em que é apresentado o problema histórico de déficit do ensino médio e em seguida são apontados alguns caminhos possíveis para o enfrentamento e a superação dessa realidade. Nesse jogo do texto de “um antes”, “uma possibilidade presente” e “um possível futuro” o sentido de emancipação se

---

<sup>4</sup> Trata da proposta de experiência curricular inovadora para o ensino médio.

faz. Podemos pontuar o **primeiro sentido de juventude** nesse movimento: o jovem como um sujeito que precisa ser emancipado, introduzido no mundo adulto com habilidades e competências para participar dele. Para o documento, esse modelo deve articular o trabalho, a ciência e a cultura na perspectiva da emancipação humana. Trata-se de uma política de currículo que dê conta de produzir esse local de sujeito para os jovens – um local de sujeito emancipado. Ou seja, o jovem, estudante do ensino médio, ainda que tenha frequentado currículos inspiradores na cidadania durante toda a sua vida escolar, ainda é alguém que carece ser emancipado.

A ideia de cidadania perpassa a maioria dos documentos educacionais brasileiros da atualidade e possui um sentido diferenciado de outros tempos. Hoje a cidadania é meta orientadora da educação desde a educação infantil, e os documentos direcionados para o ensino médio dão pistas de que ao final da educação básica os jovens deverão ser aptos a exercerem a cidadania plena. Uma cidadania que é atingida depois da conclusão da educação básica. A diferenciação entre quem é e quem não é cidadão aponta para complexas disputas no interior das sociedades. Nesse sentido, Carvalho (2002, p. 9) afirma:

Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania e em cada país e em cada momento histórico.

Já no texto *Novas perspectivas para o cotidiano escolar: ensino médio integral*, o jogo da linguagem aponta outros contornos. Ao apresentar os eixos norteadores para o ensino médio catarinense, o discurso do protagonismo jovem aparece como pano de fundo da vida cidadã:

Tendo como eixos norteadores a sustentabilidade e o empreendedorismo, e, como base metodológica, o protagonismo, o currículo se desprenderá do modelo de aulas totalmente livrescas e sem sentido, para aulas contextualizadas e práticas, nas quais o jovem, ativo e participativo, desenvolverá ações de inserção social, e constituirá o conhecimento de forma coletiva, com visão interdisciplinar, relacionando-a com sua vida, sua moradia, sua escola, seu bairro, sua cidade, seu planeta, permitindo, desta forma, colocar-se efetivamente como cidadão com direitos e deve-

res, porém, com participação ativa como agente de transformação da sociedade onde vive, exercendo efetivamente sua cidadania (SANTA CATARINA, 2011, p. 4).

O caminho para a inovação seria aqui deixar as aulas e os livros e ir para a inserção social a partir da sustentabilidade e do empreendedorismo? Qual o sentido de “aulas totalmente livrescas”? Poderiam ser as aulas que demandam estudos teóricos? Esse sentido seria oposto ao sentido da participação na comunidade? Essas perguntas fazem parte da análise porque o texto não oferece uma compreensão dessas questões. Ele lança uma ideia e a deixa solta para o leitor emitir sentidos. Há que se questionar como esse documento tem entendido a cidadania. Se os jovens estiveram contemplados em currículos voltados para a formação de cidadãos desde a educação infantil, conforme objetiva-se especificamente na Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina e, de forma mais geral, nos demais documentos educacionais, agora no ensino médio seria o momento em que a cidadania seria uma prática? O que a palavra “efetivamente” provoca? E como entender esse sentido diante de expressões como “participação ativa” ou “transformação da sociedade onde vive”? Nesse ponto percebemos um sentido de juventude política atrelada à “sustentabilidade” e ao “empreendedorismo”, um sentido de jovem com um potencial empreendedor que precisa ser desenvolvido.

O texto de Santa Catarina propõe “um contexto de pesquisa e intervenção com atividades empreendedoras e socioambientais, que exigirão o protagonismo dos jovens na construção e no desenvolvimento de uma comunidade de aprendizagem” (SANTA CATARINA, 2011, p. 7). Dessa forma, o texto aponta para um paradoxo em que anteriormente os sentidos de livros aparecem quase como sinônimos de aulas “conservadoras” e sem muita contribuição, sendo aulas “contextualizadas e práticas” mais adequadas. Portanto, como estabelecer contexto de pesquisa para os jovens atribuindo o uso de livros a ensino sem sentido? O documento não dá pistas de que os jovens terão participação ativa nesse currículo, mas esta análise questiona os sentidos de protagonismo juvenil sugeridos em um contexto do “mercado de trabalho”, de “empreendedorismo” e de “sustentabilidade”. Com essa análise verificamos que o sentido de juventude está funcionando como sujeito com potencialidades empreendedoras.

Podemos dizer que o documento do ProEMI aponta para um sentido de jovem que necessita ser emancipado, e na rede pública estadual de Santa Catarina isso compreende

um sentido de jovem que precisa se preparar para ser um futuro empreendedor: “Tendo como eixos norteadores a sustentabilidade e o empreendedorismo, e como base metodológica, o protagonismo” (SANTA CATARINA, 2011, p. 4). Os sentidos de “emancipação” e “empreendedorismo” estão funcionando como sinônimos na preparação da vida cidadã? Ambos projetam o jovem para um futuro, um vir a ser adulto cidadão. O documento do ProEMI quando não deixa claro o sentido de emancipação ainda assim abrange em um dos seus itens a necessidade de trabalhar como assunto os aspectos do empreendedorismo e dessa forma acaba permitindo esse tipo de apropriação. Seria proposital? Estariam esses sentidos em disputa nessas políticas curriculares ou propositalmente ocupam um mesmo território semântico?

Esses sentidos evocam identidades, convocam os jovens a lugares na vida adulta. Isso é um currículo que reproduz ou cria desafios? Se o sentido de juventude é ser alguém que precisa ser emancipado, parece imprópria a lógica das competências. Essa lógica, segundo Valle e Dallabrida (2006), opõe-se ao movimento de emancipação em que impõem a competitividade e o individualismo. O currículo é entendido aqui como “um campo de luta em torno da significação de identidades” (SILVA, 2005, p. 134), no qual domínios são postos. Os currículos constroem identidades dos discursos que evocam, registram marcas que não são as vozes dos jovens. É esse o sentido de sujeito carente de ser emancipado? O currículo revela-se como produtor de identidade, como potencial promotor de desigualdades. Para Silva (2005), o currículo é poder, seu discurso inclui ou exclui. Dessa forma, o currículo “está baseado na cultura dominante: ele se expressa na linguagem dominante, ele é transmitido através do código cultural dominante” (SILVA, 2005, p. 35).

Um **segundo sentido de juventude** foi capturado nas análises das orientações didático-pedagógicas do documento do ProEMI e nas possibilidades de financiamentos para as adaptações da estrutura física das escolas. Esses textos ressaltam que, para a aprendizagem ser efetiva, atrativa para o jovem, é necessário que o professor “possua instrumentos didático-pedagógicos para a dinamização de suas aulas, com material de apoio às práticas e recursos tecnológicos compatíveis com as exigências do mundo moderno” (BRASIL, 2009, p. 19). Notamos que, embora “o material de apoio às práticas e recursos tecnológicos” esteja relacionado às exigências do mundo moderno, em todo o restante do texto esse sentido está diretamente associado também a uma visão do jovem como



sujeito versátil, dinâmico, plugado, que precisa ser seduzido pela tecnologia. Um sujeito que necessita de um professor munido de recursos tecnológicos para conquistá-lo. Assim, o documento do MEC traz no item “Apoio às Práticas Docentes” que

a estruturação de ambientes virtuais em cada escola de ensino médio é fator relevante do Programa Ensino Médio Inovador, contribuindo para o apoio as práticas didáticas do professor. [...] A proposta de que cada escola possua sua página virtual. [...] Com o auxílio da Internet e outras ferramentas de mídia. Tais estruturas se mostram importantíssimas para a aprendizagem de jovens e adulto (BRASIL, 2009, p. 19).

Em sequência, o documento aponta entre os itens financiáveis a “aquisição de material permanente e equipamentos”, assim como a “aquisição de tecnologias educacionais (guias de tecnologia do MEC)” (BRASIL, 2009, p. 19). O sentido de juventude ligada à mídia evoca outros que não estão claramente explícitos, mas que aparecem com a necessidade de equipar as escolas. A “geração” anterior –hoje os adultos: professores, gestores, administradores da escola –, não acompanhou a velocidade midiática nem tecnológica. A “geração” atual – os jovens – parece não caber de forma confortável, seduzida nesse lugar. A intensa familiaridade que os mais jovens desenvolvem com essas inovações tecnológicas pode desenvolver novas, inesperadas e até, ao menos para alguns, indesejadas práticas que questionam padrões estabelecidos de comportamento.

O que faz definir essa proposta como currículo para a juventude? O documento propõe que as escolas criem parceria com a Secretaria Nacional de Juventude com o objetivo de articular ações em conjunto com a juventude. Que ações? O texto não deixa isso claro.

O programa estimulará a realização de estágio e a concessão de auxílio ao desenvolvimento de projetos integradores de iniciação à ciência, atividades sociais, artísticas e culturais, bem como outras proposições de atividades educativas de interesse dos estudantes (BRASIL, 2009, p. 19).

A orientação segue afirmando que “espaço e recursos pedagógicos apropriados às dinâmicas de ensino constituem pressupostos condicionantes ao sucesso da aprendizagem” (BRASIL, 2009, p. 19). Esse sentido de juventude conectada às tecnologias e às novas formas de comunicação deixam pistas no jogo da linguagem de que tanto se exige

da escola e dos professores a atualização constante a favor das demandas do mundo externo à escola, além de exigir formação integral dos jovens quanto respostas a uma demanda de sedução desse jovem que precisa não só ter acesso à escola em tempo integral, mas permanecer nela.

No item “Apoio a projetos de pesquisa e estudos relativos ao ensino médio e juventude”, o documento orienta:

*A produção de conhecimentos relativos ao ensino médio e dos sujeitos jovens que frequentam ou deveriam frequentar esta etapa da educação básica subsidia a gestão dos sistemas de ensino e qualifica a prática docente no desenvolvimento de um projeto de inovação curricular nas escolas (BRASIL, 2009, p. 20, grifos nossos).*

O documento escancara a carência de conhecimento sobre o entendimento da concepção de juventude no contexto das multiplicidades dos diversos grupos de juventudes recebidos pelas escolas. Conhecer quem são os jovens estudantes do ensino médio parece ser um desafio anunciado pelo ProEMI. O mesmo discurso que anuncia a necessidade de pesquisa sobre os jovens e o ensino médio faz emergir o **terceiro sentido de juventude** – sujeitos que não se conseguem significar, interpretar totalmente, que são uma incógnita e por isso se precisa pesquisá-los. Conhecer sobre o jovem para saber como melhor educá-lo, como seduzi-lo, para incluí-lo no mundo do trabalho e na vida social útil.

Como se os jovens fossem metaforicamente “monstros” que precisam ser decodificados. Jeffrey Jerome Cohen, um dos autores da Teoria dos Monstros, explica que o “monstro nasce nessas encruzilhadas metafóricas, como corporificação de um certo momento cultural – uma época, de um sentimento e de um lugar. [...] O corpo monstruoso é pura cultura” (COHEN, 2000, p. 27). Rosangela Soares (2000), estudiosa da adolescência como produção discursiva, afirma que a Teoria dos Monstros permite conhecermos as culturas por meio dos monstros que elas geram. E o terceiro sentido de juventude capturado no documento do ProEMI não seria outro jeito de assumir a existência de um monstro que não se deixa capturar? Um “outro” que funciona como um espelho voltado para o “dentro” de nós e que, por isso, tanto incomoda. Fabricado na nossa cultura, não conseguimos defini-lo completamente. Os discursos, tanto o biológico, que disseca o monstro até chegar aos seus hormônios, quanto o psicológico, que lhe disseca a psique,

não o apreendem totalmente. Algo sempre escapa, como um vampiro que sempre retorna com outra roupagem e se recusa a morrer.

A juventude é a materialidade da diferença feita de carne, é a incorporação do fora, do além, daquilo que não conseguimos nomear totalmente e sempre nos escapa. Não é a criança, não é o adulto, tampouco é o jovem no sentido cronológico do termo. É uma ameaça à estabilidade das identidades sociais e culturais e, por isso, um monstro. Soares (2000, p. 157) fala sobre essa instabilidade da seguinte forma:

O que é atribuído ao adolescente – instabilidade, incerteza, mobilidade e transitoriedade – parece ter se deslocado para além dessa “fase de transição”, a fim de assumir conotações da cultura de amplo significado. As identidades sociais instáveis, fragmentadas em oposição à fixidez, têm nos aproximado cada vez mais dos monstros. Não será esse excesso de proximidade que constitui o horror e o fascínio que sentimos por esses corpos monstruosos?

Pelo fato de não ocupar um lugar fixo e de borrar as identidades, os jovens não são vistos nem como crianças nem como adultos. Um sujeito da linguagem que por vezes não é tão convencionalmente assujeitado, por isso facilmente naturalizado pela medicina hebiátrica e pela psicologia, e, dessa forma, tornam-se protegidas as identidades estáveis ao seu entorno. Esse sentido de juventude aparece no documento do ProEMI de maneira sutil, mas evidencia a preocupação estatal de entender mais essa incógnita, esse sujeito que escapa no exato momento em que é interpretado e no próximo momento já não é mais aquela certeza.

Supõe-se que os sentidos de juventude que são destacados em uma política pública são aqueles que disputam a hegemonia. Durante o processo de análise, apontamos sentidos de juventude no jogo de linguagem do documento orientador do ProEMI, do MEC, considerando o jovem como alguém que precisa ser emancipado, conectado às “novas tecnologias” ou que necessita ser capturado pelo tecnológico e ainda um sujeito a ser interpretado, uma incógnita a ser desvelada. O documento *Novas perspectivas para o cotidiano escolar: ensino médio integral*, da SEESC, apresenta em seu jogo de linguagem um sentido de juventude atrelado ao sentido de jovem com potencial empreendedor a ser desenvolvido.

Em ambas as políticas de currículo, o sentido de juventude como etapa de transição da vida pareceu bastante recorrente, uma vez que a natureza do discurso curricular prevê um lugar identitário ou evoca o sujeito a um lugar no mundo ao final do percurso. Quando Wittgenstein (1999) sugeriu o jogo entre “saber e dizer” na epígrafe deste artigo, entre responder à altura do Monte Branco e ao som do clarinete, talvez ainda seja mais possível medir o Monte Branco. Ao perseguir os sentidos de juventude nas políticas curriculares, talvez seja mais fácil e possível considerar a cronologia que marca o tempo de transição entre a infância e a fase adulta. Parece que esse sentido reforça a responsabilidade de construção de um futuro adulto mais ou menos estável socialmente – seja por um tipo de emancipação, seja por um investimento no empreendedorismo e na sustentabilidade.

Há que se atribuir sentidos de futuro, pelo fato de não ocupar socialmente um lugar de estabilidade e borrar as identidades mais ou menos fixas propostas pelos adultos. Esses sujeitos que não são mais vistos como criança e ainda não são tidos como adultos ocupam lugares de sujeitos da linguagem às vezes não tão convencionalmente “assujeitados”, por isso facilmente naturalizados como “adolescentes”. E, dessa forma, tornam-se protegidas as identidades estáveis ao seu entorno, mas ainda assim seus *rolezinhos*, seus estilos musicais, seus *pixos* e grafites nas paredes das cidades, suas estéticas de vida provocam instabilidades sociais e evocam aos adultos a necessidade urgente de pesquisa e decodificação desse fenômeno. Esse sentido de “incógnita” aparece no documento do ProEMI de forma sutil, mas evidencia a preocupação estatal de entender mais sobre a multiplicidade desse público – sujeitos que escapam no exato momento em que são interpretados e no próximo momento já não são mais exatamente aquela certeza da pesquisa anterior.

Cabe dizer que procuramos mostrar, via análise, que essas políticas de currículo desvelam sentidos de juventude que não estão explícitos, mas que norteiam as políticas e evocam lugares de sujeitos tanto para professores quanto para os próprios jovens. Jovens anunciados como sujeitos que precisam ser emancipados e inseridos no mundo adulto, capturados pela tecnologia, concebidos como potenciais empreendedores. Alguém que não se deixa capturar.

### **3 O que a medida provisória quer encerrar**

Quando se diz que as políticas de currículo são “territórios contestados”, diz-se sobre as áreas do conhecimento que se tensionam em disputas de conteúdo, de níveis de importância e destaque do que será ensinado, diz-se também acerca dos sentidos sociais de sujeito político: quem são os estudantes que o currículo recebe, e também quem serão os egressos desse currículo e que identidade social se pretende construir durante o tempo nesse percurso planejado. Além disso, diz-se especialmente sobre a expectativa social que se impõe ao currículo, sobre quem deve ser o egresso da educação básica. Deverá o jovem saber sobre os conhecimentos eruditos acumulados pela nossa civilização? Ou deverá ele dominar ofícios que garantam o primeiro emprego? Ou, ainda, ter conhecimentos suficientes para continuar seus estudos na universidade? Quem deverá ser esse sujeito, não mais criança e quase adulto que dividirá o mundo cidadão com todos os demais? Deverá a escola se importar com uma educação moral? Religiosa? Laica? Ética? Esse sujeito deverá ser questionador? Empreendedor? Que sentidos de sociedade ele deve defender? Um sentido inclusivo, com lugares iguais a todos? Deverá o jovem pensar em uma sociedade com lugares iguais para os negros, as mulheres, as prostitutas, os *trans*, os *gays*, as lésbicas, os brancos, os homens? Um sentido excludente mantendo a histórica cultura machista, branca de homens bem posicionados economicamente? São muitas as contestações implicadas em uma política de currículo. Essas tensões formam uma grande rede. O currículo, em um Estado democrático, acontece nessa rede em movimento, ora tensionando em um determinado sentido, ora tensionando em outro em um jogo político de linguagem e luta por um sentido mais ou menos hegemônico, sempre provisório.

Principalmente, no contexto atual das políticas de currículo para o ensino médio, as disputas explicitam alguns pontos de tensão específicos que merecem atenção. Desde que o Projeto de Lei n.º 6.840, de 2013, propôs discutir as mudanças da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n.º 9.394/96, é sabido que os grupos empresariais e as grandes corporações educacionais tensionam para garantir uma educação técnica que responda às demandas do mundo corporativo. Não é necessária uma pesquisa sistemática na mídia para lembrar quem são os representantes desses grupos, como o Instituto Ayrton Senna, a Fundação Roberto Marinho e até representantes da própria Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que, de um lado, exigem mais disciplinas e formatos técnicos no ensino em nome de uma flexibilização e liberdade de escolha dos estudantes e, do

outro, educadores, pesquisadores que em contrapartida apontam para a formação integral do estudante, com preocupações humana e social.

O ProEMI, lançado em 2010, era uma possibilidade de os estados e o Distrito Federal produzirem suas experiências curriculares e de forma sistemática as apresentarem em fóruns e debates nacionais e, então, após um grande debate nacional, ouvindo também os próprios estudantes, pais e professores, construir uma reforma do ensino médio consensuada. Embora a palavra *consensuada* talvez não seja a mais adequada, havia uma rede de poderes fazendo tensões no cenário político democrático. Como vimos nas análises desses programas, tanto no ProEMI quanto na experiência do Estado de Santa Catarina a disputa entre os sentidos de juventude direciona um lugar de sujeito para os jovens. O sentido cronológico vê-os como sujeitos em transição, e o sentido de carência de emancipação, como passivos à sedução pelas tecnologias enquanto uma incógnita social, evocando outro sentido que dá lugares de adequação e estabilidade para a vida adulta. Os vazios de sentidos deixam brechas no jogo da linguagem, a emancipação funcionando como sinônimo de empreendedorismo, por exemplo. Essa análise diz-nos que o jogo estava sendo jogado em um tabuleiro democrático e os discursos do mercado, da formação técnica para o trabalho, das respostas ao mundo corporativo estavam em vantagem.

Ainda assim, especialmente com o fenômeno de ampliação da rede federal com as inaugurações dos institutos federais pelo interior do Brasil, os discursos humanistas e de formação integral do estudante ecoavam de alguma maneira. Porém uma medida provisória é um gesto político que encerra o debate e apresenta um xeque-mate que muda as regras do jogo. Um golpe no jogo político da linguagem. É o momento em que se pretende parar o jogo, fixando o sentido que convém para os jogadores vencedores.

O documento estabelece:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, *conforme a relevância para o contexto local* e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

I - linguagens e suas *tecnologias*;

II - matemática e suas *tecnologias*;

III - ciências da natureza e suas *tecnologias*;

IV - ciências humanas e sociais *aplicadas*;

V - *formação técnica e profissional* (BRASIL, 2017 grifos nossos).



Logo, ele define que o ensino médio deve focar em uma aplicabilidade técnica, e a relevância local evidentemente será a paráfrase do atendimento da força produtiva local. Além dessa escolha, ainda está prevista “a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional” (BRASIL, 2017), o que, em outras palavras, legaliza a “escola de fábrica” a receber menores de idade sob a justificativa de vivências práticas no setor produtivo. Ainda, o professor com notório saber poderá ser o próprio representante da empresa ou indústria local.

Por outro lado, a exclusão de conteúdos das ciências humanas que não possuem explicitamente caráter prático nem aplicável tecnicamente, como a História, por exemplo, revela a limitação da proposta ao atendimento do setor corporativo e sem nenhuma perspectiva de formação integral do estudante. Esse documento escancara que os sentidos de juventude como uma fase cronológica da vida e anterior à emancipação/ao empreendedorismo evocam os sujeitos para uma vida adulta útil, aplicada às demandas técnicas locais. As análises do ProEMI mostram que esses sentidos não são novos e venciam o jogo político nesse “território contestado”, mas uma lei aprovada com uma medida provisória quer encerrar a própria disputa democrática.

### **Reflexões provisórias**

A medida provisória intenciona parar o jogo político da construção de um currículo. Em grande medida, com a aprovação e implementação em forma de lei, esse fato é consumado. Acabaram os debates, os fóruns, os estudos, mas o território de currículo está aberto a contestação. A luta continua em outras instâncias, com outras armas em outros posicionamentos dos sujeitos. Essas reflexões anunciam a urgência de uma análise mais aprofundada tanto da medida provisória quanto da lei que muda os dispositivos de vários documentos jurídicos, incluindo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A luta por sentidos para juventude enquanto acontecimento do presente é urgente: nem como a criança – que passou, que necessitava de tutela maior –, nem como o adulto – que ainda não é, com todas as responsabilidades de um cidadão –, muito menos apenas

como um momento preparatório para a vida adulta, para se contaminar com os sentidos *carpe diem* das juventudes. Essa reflexão é um grito em defesa dos sentidos de juventude como potência, como sujeito que cria, que participa, que está aqui e agora com desejos reais. É uma reflexão que convoca professores para a “desobediência” comprometida com a juventude. E nesse local em que essa reflexão termina, contaminada pelo seu contexto de produção, caberia também uma fala de Wittgenstein (1999, p. 41): “Lá onde nossa linguagem autoriza a presumir um corpo, e não existe corpo algum, lá desejaríamos dizer, existe um espírito” que nos coloca perante a inquietação de pensar os sujeitos nos jogos de linguagem, sem nenhuma base ou segurança essencializadora que os garanta previamente um conceito, uma definição, uma identidade. Lá, onde os discursos fazem sentido, os jogos de linguagem são jogados, as articulações políticas são alçadas, os seres humanos são nominados e lá autorizamos “a presumir um corpo”, em que as subjetividades se processam desautomatizadas de essências.

### Referências

BARBIANI, Rosangela. Mapeando o discurso teórico latino-americano sobre juventude(s): a unidade na diversidade. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, jan./jun. 2007.

BRASIL. *Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. 1990.

BRASIL. *Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.

BRASIL. *Decreto n.º 7.083, de 27 de janeiro de 2010*. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Programa Ensino Médio Inovador: Documento Orientador*. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

\_\_\_\_\_. *Medida Provisória n.º 746, de 22 de setembro de 2016*. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei n.º 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. 2016.

\_\_\_\_\_. *Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e n.º 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho

– CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n.º 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COHEN, Jeffrey Jerome. A cultura dos monstros: sete teses. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.23-60.

CORTI, Ana Paula; SOUZA, Raquel. *Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para educadores*. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

GABRIEL, Carmen T.; LEITE, Miriam S.; VENERA, Raquel A. S. Abordagens discursivas de juventude no tempo presente: questões metodológicas nas análises de textos curriculares. *Projeto de Pesquisa*. Rio de Janeiro; Joinville, 2012.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2007.

LIMA, Maria E. A. T. Análise do discurso e/ou análise de conteúdo. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 9, n. 13, p. 76-88, jun. 2003.

LOPES, Alice C. A articulação entre conteúdos e competências em políticas de currículo para o ensino médio. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Políticas educativas e dinâmicas curriculares no Brasil e em Portugal*. Petrópolis, RJ: Faperj, 2008. p. 189-213.

MELO, Savana D. G.; DUARTE, Adriana. Políticas para o ensino médio no Brasil: perspectivas para a universalização. *Caderno Cedes*, v. 31, n. 84, p. 231-251, maio-ago. 2011.

NOVAES, Regina. Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas. In: \_\_\_\_\_. *Juventudes e contemporaneidade*. Brasília: Unesco, MEC, Anped, 2007. 284 p. (Coleção Educação para Todos; 16).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (Unesco). *Protótipos curriculares de ensino médio e ensino médio integrado: resumo executivo*. Brasília: Unesco, 2011.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes, 2011.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. *Novas perspectivas para o cotidiano escolar: ensino médio integral*. Florianópolis, 2011.

SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna*. Intelectuais, Artes e Videocultura na Argentina. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

SAVAGE, Jon. *A criação da juventude*. Como o conceito de *teenage* revolucionou o século XX. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOARES, Rosângela. Adolescência: monstruosidade cultural? *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 151-159, jul./dez. 2000.

UNESCO. Protótipos curriculares de ensino médio e ensino médio integrado: resumo executivo. *Série Debates ED*, nº 1, maio 2011.

VALLE, Ione R.; DALLABRIDA, Norberto. *Ensino médio em Santa Catarina: histórias, políticas, tendências*. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

Data de submissão: 24/02/2016

Data de aceite: 05/03/2017